

SUMÁRIO

Introdução	3
-------------------------	----------

Capítulo I

1. DE COLONO A IMIGRANTE: A COMUNIDADE PORTUGUESA DE PERNAMBUCO.....	14
1.1. De Portugal para o Brasil	15
1.1.1. Emigração clandestina	22
1.1.2. O caso do Patacho Arrogante	25
1.2. O Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa	28
1.3. Comunidade de Acolhimento: Pernambuco como destino.....	31
1.4. O legado do antilusitanismo em Pernambuco	35

Capítulo II

2. O GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA: PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA COMUNIDADE PORTUGUESA DE PERNAMBUCO.....	47
2.1. A criação do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco (GPLPE)	50
2.1.1. A Biblioteca	57
2.2. O patrono do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco.....	62
2.2.1. João Vicente Martins: de médico do povo a patrono do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco (GPLPE)	63
2.2.2. Sobre a presença de João Vicente Martins na cidade do Porto, Portugal	65
2.3. Instituições florescentes: do literário ao social.....	66

Capítulo III

3. (RE) SIGNIFICAÇÃO DE UMA IDENTIDADE PORTUGUESA: O GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA DE PERNAMBUCO.....	75
3.1. O Gabinete Português de Leitura de Pernambuco e a sociedade pernambucana:	
delimitando fronteiras identitárias	76
3.2. Instituições em torno de uma identidade	84
3.3. Camões: o herói de Portugal e símbolo do emigrante português	90
3.4. Uma arquitetura para a posteridade	98
 Considerações Finais.....	 104
Fontes Consultadas	107
Jornais e Periódicos	108
Referências.....	109
Anexo.....	117

Introdução

Observar a trajetória dos portugueses no Brasil traz à tona dois momentos que podem ser identificados nos binômios colonizador/explorador e imigrante/construtor. O primeiro deles relaciona-se ao tempo colonial; o segundo, ao período que se iniciou a partir da independência do Brasil. Em ambos os períodos, os discursos construídos em torno dos portugueses variavam de acordo com as leituras e experiências diversas, tanto dos nacionais¹ como dos próprios portugueses.

Enquanto elemento colonizador, a presença dos portugueses em terras brasileiras se traduzia nos discursos propalados pelos próprios lusos de que sua missão principal era a de proporcionar a salvação aos povos nativos de sua ignorância, bem como da ausência de civilização. Nos discursos anunciados na época, a “selvageria” dos nativos contrastava-se ao desenvolvimento europeu.

Entre os séculos XVI ao início do século XX, a imagem do imigrante português era dinâmica e ganhava sentidos que se coadunavam às conjunturas vivenciadas na comunidade de acolhimento². Essa imagem era (re)significada³ de acordo com as experiências, tanto dos nacionais quanto dos portugueses. Ou seja, as experiências de quem chegava e de quem acolhia

¹ Por nacionais entendam-se aqueles nascidos no Brasil que concebiam os portugueses como monopolizadores do comércio e causadores dos males que viviam.

² Esse termo será sempre usado para expressar o Brasil. No caso deste estudo, será especificamente a província de Pernambuco.

³ Usaremos no decorrer desse estudo os termos **(re)construir** para nos referirmos aos discursos já propagados na sociedade pernambucana sobre a identidade do imigrante português. Já o termo **(re)significar** traz à baila os novos sentidos do que era ser português.

geravam definições quase sempre díspares. Nos discursos que circulavam em torno dos binômios colonizador-explorador e imigrante-construtor, os portugueses buscavam se adequar às realidades que se impuseram devido às mudanças nas relações políticas entre Brasil e Portugal após a independência.

Na verdade, até 1822, apesar dos movimentos sociais que ocorriam em todo Brasil, a estadia dos portugueses e sua imposição era mais confortável. Porém, com a proclamação da independência, uma nova realidade se estabeleceu e, não raras vezes, viu-se ocorrer movimentos que expressaram a contestação da identidade dos imigrantes portugueses radicados em Pernambuco. É neste percurso que este estudo pretende se pautar: entender como a comunidade portuguesa de Pernambuco se organizou frente às contestações de sua identidade no âmbito das associações, dentre as quais o Gabinete Português de Leitura de Pernambuco (GPLPE), criado a 3 de novembro de 1850. Essa associação foi a que teve melhor desempenho no processo da (re)significação da imagem do imigrante português nesta província. Em torno dessa instituição surgiram variadas discussões sobre a identidade do imigrante português, inspiradas num passado que era interpretado de forma diferente tanto pelos portugueses como pelos nacionais. Os primeiros evidenciavam as contribuições dos cidadãos portugueses aos brasileiros, esquadrinhando para isso, no passado colonial, a (re)construção do discurso identitário e a (re)significação da imagem do colono. E os nacionais, por sua vez, interpretavam esse mesmo passado em uma ótica que entendia as ações dos portugueses numa perspectiva negativa, com uma visão que reforçava a ideia de serem os lusos os exploradores da riqueza nacional.

Entre as várias interpretações surgiram novas identidades, e entre essas nos interessa observar aquela que os próprios portugueses (re)construíram acerca de si mesmos. Para esse exame consideramos a perspectiva do *outro*, ou seja, dos portugueses, a qual se fez baseada nas contraposições de pertencimento/distância, identidade/diferença, universalidade/particularidade⁴. Essa leitura é importante porque desvincula o binômio português/colonizador e contribui no entendimento da presença dos portugueses em Pernambuco enquanto grupo de imigrantes que possuía identidade própria, além de mostrar que, apesar do patriarcalismo político de que desfrutaram os portugueses no período de pós-

⁴ DIEHL. Asthor Antonio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru, SP: EDUSC 2002, p. 55.

independência, eles buscaram a demarcação de fronteiras através da (re)construção e da negociação identitária. E é em torno do processo da (re)construção dos discursos que buscaram a (re)significação da identidade portuguesa que se direciona este estudo. Saliente-se, no entanto, que neste percurso várias identidades se apresentaram, dentre as quais aquela que procurou defender que o português era elemento útil à civilização da nova nação independente. A primeira associação portuguesa de maior duração na província, o Gabinete Português de Leitura, divulgou e materializou tal discurso. A partir desta associação, outras foram pensadas e estabelecidas como, por exemplo, o Real Hospital Português de Beneficência de Pernambuco, criado em 1855.

Um dos primeiros registros que se tem sobre a vida dos imigrantes portugueses em Pernambuco pode ser visto nos relatos dos viajantes do século XIX. Em seus escritos, existem apontamentos sobre como viviam os imigrantes portugueses e como era a relação destes com os brasileiros. Em 1821, Maria Graham, viajante inglesa, esteve em Pernambuco e falou sobre as relações nada amistosas entre os portugueses e alguns brasileiros na época⁵. George Gardner, viajante britânico, também escreveu poucos anos após a independência do Brasil e relatou a antipatia reinante entre os brasileiros e portugueses, a qual se iniciara a partir de então.

A literatura no século XIX formulou uma imagem negativa do imigrante português. *O Cortiço*, romance publicado em 1890 pelo escritor brasileiro Aluísio de Azevedo, reforçou os estigmas contra o português, pois nele os lusos foram acusados de usura, de cobrar altos valores dos aluguéis no cortiço, de roubar nos pesos e medidas. Além disso, o escritor apresentou os portugueses como “burros”, “sujos” e motivos de piadas. Era assim um reflexo dos estereótipos atrelados aos portugueses durante o século XIX. Manoel Bonfim partilhou dessa mesma ideia a respeito dos portugueses ao escrever, em 1905, um ensaio cujo título era *América Latina: males de uma origem*, no qual defendia que Portugal nada mais era do que um parasita que sugou toda a riqueza da sua colônia. O discurso do seu ensaio apresentava forte conotação antilusitana: “Foi instintivamente que a coroa privilegiou o comércio para seus súditos – pelo instinto voraz do parasita”⁶.

As publicações recaíam sempre em discussões nas quais os historiadores do século XIX e XX perscrutavam a presença dos portugueses no Brasil e baseavam-se sempre nas suas

⁵ VALENTE, Waldemar. *Antecipação de Pernambuco no Movimento da Independência (testemunho de uma inglesa)*. Recife, 1974.

⁶ BOMFIM, Manoel (1868-1932). *A América Latina: Males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993, p. 138.

origens e qualidades. José Carlos Reis⁷ subdividiu em duas correntes esses estudos: a do “descobrimento do Brasil”, cujos expoentes são Varnhagem e Gilberto Freyre, e a do “redescobrimento do Brasil”, que é representada por Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda e os marxistas Nelsón W. Sodré, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso. A primeira corrente priorizava a continuidade em relação à mudança, ao preferir o passado português ao Brasil brasileiro, o tradicional ao moderno. Já a segunda preferia a mudança à continuidade, rompia com o passado e optava pelo Brasil brasileiro ao português, o Brasil moderno ao colonial.

Somando-se a essas tendências, surgiram novas formas de análise sobre o colonizador e imigrante português no Brasil, além das observações sobre a sociedade pernambucana em seus aspectos sócio-político-econômico e também cultural que contribuíram para as manifestações antiportuguesas. Trabalhos de autores que apresentaram uma releitura dentro da perspectiva da história social e também da abordagem antropológica. Esses estudos aumentaram consideravelmente os objetos e as estratégias de pesquisa, abarcando aspectos outrora não considerados. Isso, sem dúvida, tem facilitado as análises da historiografia lusa nas sociedades pernambucana e brasileira.

Marcus Carvalho⁸, num estudo sobre a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824, ao abordar sobre o processo de independência do Brasil na província de Pernambuco favorece uma melhor compreensão sobre as tendências políticas que disputavam o poder: o federalismo e o centralismo. Seu estudo possibilitou a contextualização e compreensão dos movimentos de cunho antilusitano, como a Pedrosada, que será abordada no primeiro capítulo, além de permitir a compreensão do que representou a independência para os pernambucanos. Em *Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849*⁹, Carvalho analisou a participação dos membros das classes subalternas que saíram as ruas na Insurreição Praieira (1848-1849). A sua investigação chegou a conclusões de grande importância para aqueles que pesquisam sobre os portugueses, porque expôs as motivações socioeconômicas dos participantes nos motins de rua contra os lusitanos.

⁷ REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

⁸ CARVALHO, Marcus J. M. de. *Cavalcantis e Cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824*. Rev. Bras. Hist., São Paulo, 1998, v. 18, n. 36.

⁹ Id. *Os nomes da revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849*. Revista Brasileira de História, jul. 2003, vol. 23, n° 45, pp. 209-238.

Outro importante estudo sobre esse movimento foi realizado por Bruno Augusto Dornelas Câmara, *Trabalho livre no Brasil Imperial: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira*¹⁰. É essa uma análise também centrada nas agitações de rua, chamadas de “mata-marinheiros”, ocorridas no Recife nos anos que antecederam a eclosão da Insurreição Praieira. Tais subversões tinham como alvo principal a comunidade portuguesa residente na cidade. Os trabalhadores nacionais e estrangeiros – na sua maioria portugueses – concorriam numa acirrada disputa pelas oportunidades de emprego no mercado de trabalho, acentuando, assim, as rivalidades raciais e tensões sociais de toda ordem.

Mas, quem eram esses portugueses que emigraram para o Brasil no século XIX? Para encontrar a resposta se faz necessária uma análise sobre a imigração portuguesa e, alguns autores têm contribuído para esse entendimento. Os estudos de Jorge Fernandes Alves¹¹ são de grande valor para a compreensão de quem eram os imigrantes lusos no Brasil do século XIX, pois revelam dados importantes, como o grau de instrução dos portugueses que se estabeleceram no Brasil neste século, bem como as causas que levaram muitos deles a deixar a terra natal em direção àquele país.

De fato, foram vários os motivos que incentivaram os portugueses a partir. Havia uma grande quantidade de emigração de pessoas com menos de 14 anos de idade. Segundo alude Miriam Halpern Pereira (2004), tal fato ocorria para que não se pagasse uma fiança obrigatória àqueles que não quisessem prestar recrutamento. Por isso, muitos menores saíam clandestinamente do país e em alguns casos viajavam sem possuir sequer tutores¹². Mas, conforme diz-nos Ana Silvia Volpi Scott (2001), muitos adultos com família também emigravam para o Brasil com a esperança de economizarem e retornarem para pagar dívidas de hipoteca e organizar sua vida econômica. Partiam em sua maioria para o Rio de Janeiro e em menor escala para outras cidades, como Recife e Salvador. Em fins do século XIX e inícios do século XX, teve início a imigração subsidiada pelo Estado. Nessa etapa chegaram grupos mais humildes, com um grau de instrução menor e que buscavam abrigo às portas das instituições beneficente e assistencial¹³.

¹⁰ CÂMARA, Bruno A. D. *Trabalho livre no Brasil Imperial: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira*. Dissertação de mestrado, CFCH, UFPE, 2005.

¹¹ ALVES, Jorge Fernandes. *Os Brasileiros: Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto: 1994.

¹² PEREIRA, Miriam Halpern. *Política portuguesa de emigração (1850 a 1930)*. Bauru: EDUSC, 2004, pp.41,42.

¹³ SCOTT, Ana Silvia Volpi. *As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930)*. Paper apresentado ao: Congresso de Historia Económica de Zaragoza, 2001, pp. 24-26.

Eulália Maria Lahmeyer Lobo (2001), em estudo sobre a *Imigração Portuguesa no Brasil*¹⁴, examinou esse tema num contexto social, político, econômico e cultural. Seu trabalho resultou numa fonte que proporciona o conhecimento das discussões da historiografia que trata da comunidade portuguesa, especificamente no Rio de Janeiro, São Paulo e Santos, além de apontar os desdobramentos referentes ao tema. Deixar Portugal tinha um novo e dramático significado a partir de então: “Esta [emigração] representava uma fuga à proletarização no país de origem, forçada pela crescente fragmentação e desaparecimento da pequena propriedade no norte”¹⁵. As circunstâncias desfavoráveis em terras portuguesas, somada ao imaginário popular, que concebia o Brasil como *a terra da promessa*, como uma espécie de *Eldorado* onde se fazia fortuna rapidamente, permitindo um digno e vitorioso retorno a sua terra natal, deve ser considerada também no processo de emigração portuguesa¹⁶.

Mas, “como os moradores da América portuguesa, todos os súditos do rei de Portugal, tornaram-se brasileiros de um dia para outro após a independência?”¹⁷ Com essa interrogação Luis Felipe Alencastro (1997) abre um questionamento muito pertinente e que contribui para se pensar a construção da identidade portuguesa no Brasil pós-independência. O ponderar sobre a mudança de categoria que assume a comunidade portuguesa, de ex-colonizador à imigrante, é sobremaneira significativo às análises da categoria étnica. E essa reflexão sobre o português, não mais como o ex-colonizador, mas como um imigrante que busca seu lugar na sociedade brasileira, suscitou alguns estudos, dentre os quais o de Robert Rowland¹⁸: *Manuéis e Joaquins: a cultura brasileira e os portugueses*, em que o autor examina os contextos nos quais surgiram as imagens estereotipadas do imigrante português e afirma que os estereótipos refletem a dificuldade de se definir uma identidade nacional num país multirracial cuja economia, até finais do século XIX, baseava-se na escravidão com uma forte presença portuguesa no setor comercial. Numa outra ótica, Jeffrey Lesser (2001), em estudo sobre a negociação da identidade nacional no Brasil, chama a atenção para o fato de que o preconceito e os estereótipos que derivaram das tensões sociais foram umas das maneiras pelas quais a

¹⁴ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.

¹⁵ Id., *ibidem.*, p.16.

¹⁶ PAIVA, José Rodrigues & AGUIAR, Cláudio. *Literatura e Emigração*. Recife: Associação de Estudos Portugueses Jordão Emerenciano; UFPE, Departamento de Letras, 2001, p. 24.

¹⁷ ALENCASTRO, Luis Felipe. *História da vida privada no Brasil – a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 307.

¹⁸ ROWLAND, Robert. *Manuéis e Joaquins: A Cultura Brasileira e os Portugueses*. Etnográfica, Vol. V (1), 2001, pp. 157-172.

identidade do imigrante foi contestada “à medida que na negociação as posições iam sendo expostas e, em seguida, revistas, de acordo com a reação dos diferentes públicos”¹⁹.

Sobre essa temática da formação identitária, Gladys Sabrina Ribeiro²⁰ assevera que no processo de formação identitária da nação brasileira as rivalidades nacionais e até raciais eclodiram, pois a busca por um espaço para vivenciar a liberdade, por ser uma necessidade urgente gerou xenofobias e conflitos sociais. Tais agitações tinham como causa primaz o mercado de trabalho e a luta pela sobrevivência. A historiadora procurou entender o processo da construção identitária da nação brasileira, e isso a levou irremediavelmente a trilhar pelos discursos do imigrante português frente à aversão dos nacionais. Ao se debruçar sobre as manifestações antilusitanas no Rio de Janeiro, Ribeiro concluiu que a identidade nacional foi sendo elaborada nos anos iniciais do Império, quando foi definido o que era “ser brasileiro” em oposição ao “ser português”²¹.

Tatiana Bastos realizou um recente estudo sobre o Real Gabinete Portugues de Leitura na província do Rio de Janeiro. Nele, a autora analisa as estratégias elaboradas pelo Gabinete naquela província para a valorização da imagem do imigrante português no Brasil. Defende, assim, que estudar essa instituição expandiu a concepção da construção da identidade do imigrante português no século XIX²².

É nessa mesma linha de pesquisa de Bastos que se baseia essa dissertação. Contudo, partimos da ideia de que os portugueses que viviam em Pernambuco já possuíam uma identidade a qual, por carregar uma imagem negativa, levava-os a se empenharem na busca de uma (re)significação dessa identidade. E para isso procuraram negociar seu lugar na comunidade de acolhimento. Portanto, não há uma construção de identidade, mas sim uma (re)construção dos discursos e a (re)significação do “ser português”. Essa é a nossa principal abordagem neste trabalho. Como já exposto em nota na primeira página desta introdução, usamos o termo “(re)construir” para nos referirmos aos discursos já propagados na sociedade pernambucana sobre a identidade do imigrante português; já o termo (re)significar justifica-se por trazer à baila os novos sentidos do que era ser português.

¹⁹ LESSER, Jeffrey. *A Negociação da Identidade Nacional: Imigrantes, Minorias e a Luta pela Etnicidade no Brasil*. São Paulo, UNESP, 2001, p. 23.

²⁰ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FARPEJ, 2002.

²¹ Id., *ibidem*. p. 21.

²² BASTOS, Tatiana Quintela de Azeredo. *Gabinete Português de Leitura: Construção de uma identidade portuguesa (1837-1893)*. Dissertação defendida na UFRJ, 2007.

Nesse percurso, alguns aspectos da cultura lusa passaram a ser adotados somente pela própria comunidade, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, quando foi criado o Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, em 3 de novembro de 1850. Essa associação inseriu comemorações em sua agenda e vivenciou costumes típicos da cultura lusitana, como a inserção, a partir de 1880, da comemoração do Dia de Camões em 10 de junho, o qual posteriormente passou a ser também festejado como Dia de Portugal e da Raça.

Defendemos que a identidade do imigrante português em Pernambuco passou por uma (re)significação a partir da instalação do Gabinete Português de Leitura. Essa instituição, ao ser portadora de um discurso que (re)significava a imagem do imigrante português, contribuiu para a redefinição das fronteiras identitárias. De colono e explorador, o português adquiria a imagem de imigrante e grande povo contribuidor para formação da nação brasileira.

Essa discussão apresenta o português como grupo étnico, um grupo que possuía características comuns (religiosas, linguísticas e culturais próprias, apesar das semelhanças com o Brasil). Referimo-nos aos portugueses enquanto grupo étnico no sentido da composição de grupo ou comunidade formada por pessoas que possuem interesses comuns e por isso se unem para vivenciar as crenças e costumes de sua terra natal. A comunidade portuguesa de Pernambuco, ao se reunir em torno do Gabinete Português de Leitura, se empenhou em manter viva a história do povo português. O termo *etnia* não sugere um contexto estático de isolamento, mas antes uma concepção muito útil que considera a dinamicidade das relações de contato e adaptação mútua entre os grupos. É aqui que apreciamos a teoria barthiana, pois Frederick Barth considera que as fronteiras estabelecidas entre os grupos étnicos são o que deve ser estimado primeiramente na definição de tais grupos. Essas fronteiras são dinâmicas e suas dimensões selecionadas conforme o interesse do próprio grupo.

Com base nesse conceito, buscamos na historiografia brasileira e portuguesa construir uma das muitas histórias da comunidade lusitana em Pernambuco, entre os anos 1851-1921. A delimitação da pesquisa buscou se pautar nas datas que consideramos essenciais à concepção e concretização de um discurso, tido como importante na (re)construção dos discursos em torno da (re)significação da *missão* do português em Pernambuco. A década de 1850 conta-nos o processo da criação e organização de uma instituição que delineou uma nova etapa da presença lusitana na província pernambucana. As décadas 1860 e 1870 apontam o amadurecimento dessa instituição em meio à permanência do lusofobismo em Pernambuco. A partir de 1880, o

Gabinete inseriu-se no ciclo de comemoração do dia de Camões. O ano de 1921 representou a concretização do que se sonhou na década de 1880: a construção do idealizado prédio para instalação desta instituição.

Para realizar este estudo, além da bibliografia utilizada, foram também utilizadas as fontes primárias, dentre as quais destacamos os jornais (*Diário de Pernambuco e Jornal do Comércio* de Lisboa), consultados na Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) e Biblioteca Municipal do Porto, respectivamente; os manuscritos diversos encontrados no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE); a coleção de *Poesia Patriótica* (1851-1852) na Biblioteca Pública Estadual Castelo Branco (BPECB); a Coleção Geral dos *Opúsculos*²³, tomo IV, de Alexandre Herculano, volume esse que foi subdividido em duas partes e que a segunda delas reúne uma série de cartas dirigidas ao conselheiro Carlos Bento da Silva, em que Herculano manifesta sua opinião sobre a emigração para a América; e, o *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados*, de 1873, adquirido na Biblioteca Municipal do Porto. Esses documentos foram as principais ferramentas que permitiram a composição do primeiro capítulo desta dissertação e contém informações essenciais para a contextualização da criação e organização do Gabinete Português de Leitura, pois ao permitir a compreensão do processo de emigração e acolhimento dos portugueses em Pernambuco, possibilitou maior clareza nas discussões dos dois capítulos subsequentes.

A criação do Gabinete Português de Leitura em Pernambuco não foi algo isolado, pelo contrário, foi fruto de um contexto nacional e internacional e expressou a forma de concepção e leituras de parte da comunidade portuguesa que vivia em Pernambuco na segunda metade do século XIX. Num contexto em que pesava o ideal de civilizador, os Gabinetes de Leitura emergiam como um dos símbolos da *Ilustração*. Essa foi a idéia em que nos detivemos no capítulo segundo. Para compô-lo retrocedemos à gênese da criação dos Gabinetes de Leitura fazendo uso de alguns trabalhos, dentre os quais destacamos o de Mattos²⁴ (2005), que se dedicou a estudar a arquitetura neomanuelina adotada por partes das instituições portuguesas no

²³ Toda coleção dos *Opúsculos* está disponível na net no site Biblioteca Nacional de Portugal. <http://www.purl.pt/718>

²⁴ MATTOS, Maria de Fátima da Silva Costa Garcia de. *O Neomanuelismo no Brasil: a identificação de um estilo através da sua instituição – Os Gabinetes Portugueses de Leitura*. São Paulo: Tese de Doutorado, Escola de Comunicação e Artes – USP, 2005.

Brasil, além do estudo realizado por Ana Luiza Martins²⁵ sobre o Gabinete de Leitura da Província de São Paulo (1847-1890). Somando-se a esses estudos, os *Anais Pernambucanos de Pereira da Costa* – volume dez – também auxiliaram na compreensão da criação do GPLPE. O intuito desse capítulo foi também de descrever o funcionamento da instituição, bem como alguns eventos ligados à sua criação. Fez-se necessária a utilização de documentos primários consultados também nos arquivos especificados no capítulo primeiro, além de outros documentos consultados na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, como o jornal *O Médico do Povo*, que tinha como um dos seus proprietários o médico homeopata João Vicente Martins, considerado o patriarca do GPLPE. Ainda foram visto alguns documentos do acervo da Biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. Finalizando o capítulo segundo, destacou-se a criação das instituições sociais que foram geradas no interior do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, como o Hospital Português de Beneficência do Recife.

Por fim, reservamos para o terceiro capítulo a compreensão do processo de (re)construção dos discursos sobre a (re)significação da identidade do imigrante português em Pernambuco, tomando como aporte teórico a perspectiva de Frederick Barth, que considera que as fronteiras delimitadas por determinado grupo são o que se deve considerar na compreensão da construção identitária de um grupo. Além disso, Barth considera que um grupo pode perfeitamente cruzar essas fronteiras sem com isso perder sua identidade. Seguindo esse viés interpretativo, esse capítulo foi subdividido em quatro partes. A primeira parte se deteve na análise do processo de delimitação da fronteira identitária do ser português. Nessa apreciação, os discursos em torno do Gabinete Português de Leitura no período de sua criação possibilitou o entendimento do processo de (re)construção dos discursos sobre a (re)significação da identidade do imigrante português. A segunda parte se dedicou a compreender como os discursos pseudocientíficos que se tornaram comuns à fala de alguns intelectuais, a partir de 1870, interferiram na (re)definição da imagem do português. Dentre esses intelectuais destacamos Silvio Romero, pelo teor do seu discurso favorável à contribuição do imigrante português ao Brasil. Na terceira parte foram analisadas as festas comemorativas e sua função na (re)significação da identidade do imigrante português. Destaca-se o *Dia de Camões*,

²⁵ MARTINS, Ana Luiza. *Gabinetes de Leitura da Província de São Paulo: A Pluralidade de um Espaço Esquecido (1847-1890)*. São Paulo, FFLCH/USP, 1990 (mimeo).

principalmente a comemoração do Terceiro Centenário de Camões, o herói de Portugal e símbolo do imigrante português no Brasil. Por fim, enfatizou-se o empenho dos associados ao Gabinete Português de Leitura de Pernambuco na construção de um prédio para a sede permanente dessa instituição, com uma definição arquitetônica que engrandecesse a *Nação Portuguesa*.

Seguindo esse percurso de análise, este estudo pretende contribuir para a discussão historiográfica sobre a comunidade portuguesa radicada em Pernambuco e a forma de representação dessa comunidade através das instituições por ela criadas. Pretendemos que essa interpretação histórica colabore para a construção de novas histórias reveladoras da atuação da comunidade portuguesa em Pernambuco, sendo esta apenas uma face das muitas histórias tecidas e vividas por pernambucanos e portugueses no Estado de Pernambuco.

I

De colono a imigrante:
A comunidade portuguesa de Pernambuco

*Julgas agora, Rei, se houve no mundo
Gente que tais caminhos cometessem?
Crês tu que tanto Enéias e o facundo
Ulisses pelo mundo se estendessem? (...).*
(Camões, *Lusíadas*)

Falar do processo emigratório dos portugueses para o Brasil no século XIX traz à tona uma reflexão diferenciada das demais nacionalidades que também emigraram para este país voluntariamente, pois o elo colonial de Portugal com o Brasil lhe fez vivenciar situações distintas dos demais grupos que se estabeleceram em solo brasileiro. Conforme Joel Serrão (1982), por possuir um passado colonial, torna-se difícil distinguir de forma clara quais portugueses, durante a época moderna, se inscreviam na categoria de colonizadores ou de emigrantes. Serrão defende que os colonizadores e emigrantes sempre coexistiram de maneira dissociada e acrescenta que estes

... umas vezes seguiam a par a política colonizadora do Estado e as condições individuais que impeliam a saída; outras vezes, em períodos de rush emigratório (por exemplo, a corrida aurífera no século XVIII para o Brasil), que, naturalmente, os Poderes Públicos procuraram constranger ou fiscalizar, esse mesmo Estado promovia, simultaneamente, (século XVIII), no Brasil, e dos planaltos angolanos (a partir dos fins do século XIX).²⁶

Esclarece ainda Serrão que “*emigrante é gênero do qual colonizador é espécie*”²⁷. O

²⁶ SERRÃO, Joel. *A Emigração Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizontes, 1982, p. 87.

²⁷ Id., *ibidem*, p. 87, (grifos do autor).

colonizador era aquele que saía de sua pátria e dirigia-se para uma colônia, ou com a ajuda do Estado ou interligado a alguma empresa nacional promovida pelo Estado. Dessa forma, o colono sempre estava ligado de alguma forma à política do Estado. O emigrante, por sua vez, era aquele que decidiu deixar sua terra por interesses pessoais, sem estar atrelado aos convites do governo, este muitas vezes partia até em oposição ao governo. Dessa maneira, o que move o emigrante é a vontade de buscar a realização pessoal, a busca pela felicidade ou a liberdade. E é por isso que quem emigra se dispõe a participar da nova forma de vida que lhe apresenta o país de destino.

No processo emigratório dos vários grupos que se dirigiram ao Brasil, dois desses se diferenciaram dos demais: os portugueses e os africanos. Os primeiros por terem sido os colonizadores, e os segundos, devido o sistema escravagista que os obrigou a deixar sua terra natal para servir ao colonizador em terras brasileiras. Na formação da nação brasileira, o português possuía no passado colonial elos positivos e negativos que serviram de respaldo às formas de tratamento que a comunidade receptora lhes proporcionou no pós-independência. Este capítulo busca entender o processo emigratório dos portugueses para o Brasil no período de 1851 a 1921²⁸, bem como foi a receptividade dos pernambucanos aos lusos, a qual é aqui interpretada a partir do sentimento de lusofobia que acompanharam muitos dos movimentos sociais juntamente aos discursos propalados pela imprensa.

1.1. De Portugal para o Brasil

No século XIX, Portugal se inseria num contexto de pobreza que impulsionou a partida de muitos lusos para as terras em que se prometiam maiores oportunidades. O apoio do Estado ao processo de modernização da agricultura resultou na saída do campo de grande quantidade de pequenos proprietários e trabalhadores agrícolas. Somando-se a isso, nos últimos anos da década de 1880, o norte de Portugal mergulhou numa profunda crise vinícola, aumentando a expulsão da mão-de-obra rural.

Outro fator que também influenciou a saída de muitos portugueses de sua terra natal foi

²⁸ Esta pesquisa evidencia os eventos que marcaram a comunidade portuguesa de Pernambuco e que serviram como respaldo à compreensão da organização dos portugueses a partir da criação do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, doravante GPLPE. As datas que aparecem citadas, por vezes, podem parecer ao leitor, deixar lacunas não analisadas. Porém, procuramos ressaltar os aspectos que, até onde pesquisamos, nos permitissem compreender como parte da comunidade lusitana de Pernambuco, representada pelo GPLPE, responderam aos discursos nativistas e criaram as fronteiras que re-significaram a identidade do imigrante português radicados em Pernambuco.

o recrutamento militar. Algumas leis que definiram as idades e o tempo da prestação do serviço militar estimularam a partida, cada vez mais cedo, dos jovens portugueses. A Carta de Lei de 27 de julho de 1855, no artigo 55º (lei do recrutamento), formalizou que nenhum jovem entre 18 e 21 anos completos poderia ter passaporte para país estrangeiro sem a prestação de fiança informando seu substituto. Em 1859, essa idade foi antecipada para 14 anos (art.11º). A Lei de 28 de março de 1877 estipulou que qualquer rapaz que quisesse sair do país com a idade de até 22 anos completos deveria pagar fiança, com exceção dos menores de 14 anos quando estivessem acompanhados dos pais²⁹. Além da interferência dessas leis nas idades de se emigrar, o partir em tenra idade sofria a influência da figura do *brasileiro*.

O termo *brasileiro* possuía um significado singular para os portugueses. Alexandre Herculano, na década de 1870, explicou que o *brasileiro* em Portugal remetia à ideia de um indivíduo que vivia em melhor condição socioeconômica e não tinha nascido no Brasil. Mas que, partindo para lá na infância ou na mocidade “mais ou menos pobre”, alcançou algum sucesso e retornou anos depois, “mais ou menos rico”. Para ele o termo *brasileiro* remetia ao sucesso do *mineiro* do século XVIII. Assim concluía ser verdadeiro o asserto: «a nossa melhor colônia é o Brasil, depois que deixou de ser colônia nossa»³⁰.

Dessa forma, a designação “brasileiro” se relacionava com a história da emigração portuguesa para o Brasil e seu uso fazia parte da figura mitológica do emigrante que regressava com sucesso econômico. No imaginário da sociedade portuguesa, a etapa final do trajeto emigratório idealizado era somente alcançada por esses *brasileiros*, conhecidos também como *torna viagem*. Esses, por conseguirem realizar uma boa ou razoável poupança no Brasil, adquiriam *status* e respeito no seu retorno.

É certo que apenas uma pequena minoria dos que partiam obtinham sucesso, mas a miragem no Brasil se dava baseada nos bons exemplos fornecidos por esses *brasileiros*. Quem emigrava geralmente sonhava com um regressar opulento e, de fato, alguns concretizavam o sonho idealizado, “se não com avultadas fortunas, ao menos com o suficiente para viverem em

²⁹ ALVES, Jorge Fernandes. *Os Brasileiros: Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto: 1994, p. 117. No Brasil o estrangeiro era liberado de prestar serviço militar, apesar de ter ocorrido algumas exceções.

³⁰ HERCULANO, Alexandre. *Opúsculo. A Emigração, 1873-1875, Tomo IV*, 1876, p. 112. Disponível no site: http://purl.pt/718/3/p-5640-p/p-5640-p_item3/p-5640-p_PDF/p-5640-p_PDF_24-C-R0075/p-5640-p_0000_capa-296_t24-C-R0075.pdf

abastança”³¹. O resultado vitorioso dos que voltavam se fazia notar nas propriedades e prédios por estes adquiridos, pois dos melhores quase todos pertenciam aos *brasileiros*.

Contudo, essa quimera era um reflexo da situação de pobreza em que se encontrava Portugal. Derivava dessa circunstância o desejo dos pais de verem seus filhos alcançarem sucesso econômico para obter uma melhor condição socioeconômica que repercutiria na vida de toda família. Essa situação era exteriorizada nos jornais e periódicos da época, os quais ao mesmo tempo em que exaltavam os que alcançaram sucesso, definia a figura do *torna viagem* não desejado.

*É negativa a riqueza de sete décimas partes dos nossos compatriotas que “abrasileirados” saltam quase diariamente nas praias do Tejo; há na memória de todos, as ultimas palavras de despedida de seu pai por ocasião de deitar-lhe a sua ultima benção antes da partida (e quase sempre a última da vida) “meu filho, não me venhas envergonhar, ou volta rico, ou... não voltes”*³².

Segundo parecer exposto no Primeiro Inquérito sobre a Emigração Portuguesa (1873), de cem indivíduos que emigraram, quarenta retornaram. Desses, vinte regressaram na mesma condição de pobreza de sua partida, além de debilitados na saúde; quinze retornaram com pequenos capitais que eram investidos na indústria ou na compra de propriedades no local de onde saíram e cinco voltaram com boas fortunas³³.

Não existem dados exatos do número de emigrantes portugueses que decidiram partir para o Brasil. Entretanto, conforme tabela I, após 1855 o fluxo emigratório cresceu bastante.

Segundo Serrão, é difícil estimar quantos portugueses emigraram antes de 1855. No entanto, considera que no período em que a corte portuguesa se deslocou para o Rio de Janeiro, entre 1808 e 1817, por volta de 24 mil portugueses emigraram legalmente para o Brasil, uma média de 2.400 por ano. Observando a tabela I, percebe-se que no ano de 1855 este número cresceu cinco vezes, passando de 2.400 para 11.557 saídas anuais. Nota-se também a acentuação dessa emigração ao longo dos séculos XIX e XX. Porém, a partir de 1856, esse número passou a ter anualmente um lento declínio ao ponto de em 1866 o quantitativo alcançar

³¹ *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873, p.177.

³² AZEVEDO, João Pereira, “*Emigração Portuguesa para o Brasil*”. In. *O Comercio do Porto*, de 13 de novembro de 1872, Apud. ALVES, 1994, p. 259.

³³ PIPEP, 1873, p.177.

menos da metade daqueles que emigraram para o Brasil em 1855. A partir de 1867, retomou-se um crescimento gradativo, apesar da isolada queda em 1878.

Tabela I

EMIGRAÇÃO PORTUGUESA LEGAL – 1855 – 1921*							
Ano	Nº de Emigrante	Ano	Nº de Emigrante	Ano	Nº de Emigrante	Ano	Nº de Emigrante
1855	11557	1872	17283	1889	29421	1907	41950
1856	10288	1873	12987	1890	20614	1908	40145
1857	9861	1874	14834	1891	23585	1909	38223
1858	8963	1875	15434	1892	21074	1910	39515
1859	9309	1876	11027	1893	30383	1911	59661
1860	6524	1877	11054	1894	26911	1912	88929
1861	5945	1878	9925	1895	44746	1913	77645
1862	5674	1879	13207	1896	27680	1914	25730
1863	4411	1880	12596	1897	21334	1915	19314
1864	4517	1881	14635	1898	23604	1916	24897
1865	4170	1882	18272	1900	21235	1917	15825
1866	4124	1883	19251	1901	20646	1918	11853
1867	4805	1884	17518	1902	24170	1919	37138
1868	4782	1885	15004	1903	21611	1920	64783
1869	6035	1886	13998	1904	28304	1921	24597
1870	7310	1887	16932	1905	33610		
1871	10388	1888	23981	1906	38093	TOTAL	1.443.827

Fonte: Joel Serrão, 1982, pp.30,31³⁴.

Uma média de 1.443.827 portugueses emigraram para o Brasil legalmente entre 1855 até 1921. Porém, sabe-se que o número real foi de fato superior ao legal. Serrão calcula que cerca de 1/3 dos emigrantes portugueses estavam na ilegalidade³⁵. Seguindo essa lógica, a média de entrada no Brasil entre os anos de 1855 a 1921 foi de 1.925.102 portugueses. Para esse grupo de imigrantes foi fácil se estabelecer ilegalmente no Brasil. Afinal, possuíam características tão comuns aos nativos que muitas vezes se tornava impossível ou difícil a sua identificação como ilegais.

Como pôde ser visto, a partir de meados do século XIX a emigração para o Brasil adquiriu dimensão considerável causando um impacto na sociedade portuguesa, de forma que as classes dirigentes reclamaram as saídas da mão-de-obra barata. Tal situação foi repudiada por Alexandre Herculano que, apesar de defender o projeto da colonização interna Norte-Sul³⁶

³⁴ Este quadro demonstrativo começa de 1855 e vai até 1973. Porém, nesse trabalho fizemos o recorte até o ano de 1921, ano que compreende a construção do atual prédio do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco.

³⁵ SERRÃO, Joel. Op. Cit.

³⁶ Alexandre Herculano foi um exímio defensor da emigração interna em Portugal, defendia que se migrasse das zonas mais populosas para as menos habitadas, ou seja, do Norte para o Sul de Portugal. Confira em *Opúsculo*,

de Portugal, registrou sua indignação contra o desejo das classes dirigentes de obstá-la [a emigração] somente para obter salários baratos para a agricultura³⁷.

Ao elencar as motivações da emigração, alguns parlamentares de Portugal concluíram que a ambição de adquirir riquezas era o argumento mais forte dos que pretendiam partir voluntariamente³⁸. A historiadora Miriam Halpern observou que o mito da fortuna ligado à emigração exerceu na sociedade portuguesa um papel análogo àquele que nas sociedades industrializadas teve o mito do *self-made man*³⁹. Esse mito estava associado ao mito do retorno, pois era no retorno à terra natal que se fazia notar a promoção social almejada.

O segundo fator elencado pelos parlamentos estava correlacionado ao primeiro e dizia respeito às falaciosas promessas e aos convites atraentes enfatizando os bons empregos que no Brasil dia a dia cresciam. Além disso, o aumento dos preços dos alimentos, os baixos salários e a aversão ao serviço militar também influenciaram no fenômeno emigratório⁴⁰.

E vale a pena salientar que, dos que emigravam, a grande maioria sabia ler e escrever, exceto os de maior idade⁴¹. Segundo Ana Silvia Volpi Scott (2001), até finais do século XIX os que emigraram não pertenciam às camadas mais pobres da população, pois ir ao Brasil, naquele momento, podia ser sinônimo de distinção social. Os de condições mais baixas também partiam, porém seus destinos foram para outras regiões de Portugal, como o Alentejo⁴². Henrique Rodrigues⁴³, ao estudar o processo emigratório e a alfabetização no Distrito de Viana do Castelo entre os anos de 1835 e 1860, verificou que dos que emigraram nesse período, quase a totalidade eram alfabetizados.

Outro registro que vem corroborar com as informações dos estudos sobre o índice de

tomo 4, onde Herculano deixa claro seu posicionamento quanto a questão da emigração portuguesa no século XIX..

³⁷ HERCULANO, Alexandre. *Opúsculo. A Emigração, 1873-1875, Tomo IV*, 1876, p. 119-121. Disponível no site: http://purl.pt/718/3/p-5640-p/p-5640-p_item3/p-5640-p_PDF/p-5640-p_PDF_24-C-R0075/p-5640-p_0000_capa-296_t24-C-R0075.pdf Na parte 1.2. deste capítulo falaremos um pouco mais sobre as idéias do historiador e poeta Alexandre Herculano.

³⁸ PIPEP. LISBOA, 1973, p.178.

³⁹ PEREIRA, Miriam Halpern. *Liberdade e Contenção na Emigração portuguesa (1850-1930)*, In. SILVA, M^a Beatriz Nizza & ... *Emigração /Imigração em Portugal*. Actas do “Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX e XX). Lisboa: 1993, pp. 09-10.

⁴⁰ PIPEP, 1973, p. 178.

⁴¹ PIPEP, 1873, p.176

⁴² SCOTT, Ana Silvia Volpi. *As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930)*. Paper apresentado ao: Congresso de Historia Económica de Zaragoza, 2001, p. Disponível no site: <http://www.unizar.es/eueez/cahe/volpiscott.pdf>.

⁴³ RODRIGUES, Henrique. *Emigração e Alfabetização: O Alto-Minho e a Miragem do Brasil*. Viana do Castelo: Ed. Governo Civil de Viana do Castelo, 1995.

alfabetização do emigrante foi a narrativa do cônsul de Portugal no Pará, em 1873. Ao relatar a condição intelectual do imigrante português naquela província, disse:

Em geral sabem ler, escrever, e as quatro operações arithmeticas, mas imperfeitamente. Talvez $\frac{3}{4}$ dos immigrants estejam n'esta classe. Há nellá poucos que saibam aquellas matérias perfeitamente, muitos poucos que possuam a instrucção primaria do 2º grau, menos ainda que tenham instrucção primaria do 2º grau, menos ainda que tenham instrucção secundaria e são raros os que possuem instrucção superior. Em geral, porém, possuem o sufficiente da instrucção de profissão a que se dedicaram, segundo os processos antiquados que a rotina tem transmittido, não faltando em quasi todos grande facilidade de aprender e de adaptação, e muitos desejos de augmentarem os seus conhecimentos praticos e theoricos⁴⁴.

Apesar de parecer contraditório que um país como Portugal, que em 1878 possuía um índice de 79,4% de portugueses maiores de 6 anos residentes no reino que não sabiam ler⁴⁵, pudesse fornecer um quantitativo de administrativos emigrantes com um índice de alfabetização superior à realidade local; incidia que, apesar da baixa taxa de alfabetização dos portugueses, os que ansiavam ir ao Brasil desejavam trabalhar no comércio e não na agricultura, como determinava as leis de imigração brasileira ao criar o sistema de colônias para imigrantes. Por isso, antes de partir o emigrante se preparava, saía das aldeias e dirigia-se às vilas com o intuito de aprender o básico e também alguma profissão que pudesse torná-lo apto a concorrer no mercado de trabalho brasileiro. Como diz Alves (1994), o destino preferido dos portugueses era uma sociedade escravagista em que a mão-de-obra que requeria esforço físico já estava assegurada. Assim, o sucesso de quem emigrava dependia de outras

⁴⁴ PIPEP, 1873, p.141.

⁴⁵ RAMOS, Rui. *Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo*. Análise Social, vol. XXIV (103-104), 1988 (4.º, 5.º), 1067-1145. “A alfabetização de massas parece à primeira vista uma surpresa histórica. Na Europa ocidental, aí por volta dos séculos XIV e XV, ainda apenas uma minoria — clérigos, burocratas, muitos nobres e alguns habitantes educados das cidades, principalmente os mais ricos — sabia ler e era capaz de escrever. Quem, não se destinando às carreiras eclesiásticas, quisesse aprender as primeiras letras teria de tratar privadamente com alguma pessoa entendida que se dispusesse a dar-lhe lições. Todavia, eis que chegamos ao século XIX, trezentos anos passados, e vemos a leitura e a escrita serem ensinadas em escolas públicas — e gratuitas na maior parte dos casos — a todas as crianças maiores de 6-7 anos. A profissão que essas crianças viessem a seguir quando adultas ou a posição que os seus pais ocupavam na hierarquia social não interessavam: todos tinham de aprender.” (p.1067,1068). Disponível no site: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223032571Q0nUJ7ty8Sg03SR3.pdf>

competências, principalmente da capacidade de realizar serviços comerciais. E isso exigia do emigrante o mínimo de alfabetização⁴⁶.

À medida que se aproximava o século XX ampliava-se a emigração de analfabetos. Pelo que consta, esse acréscimo atrelava-se ao aumento da emigração contratada⁴⁷, pois a emigração voluntária⁴⁸ era feita, principalmente, por aqueles que tinham o mínimo de condições para custear a própria viagem.

A vinda de lusitanos mais preparados ao Brasil em meados do século XIX pode ser observada nos anúncios de jornais onde apareceram várias ofertas de portugueses para trabalhar expondo suas qualificações: Um português se oferecia para “caixeiro de escrituração”, sabia “bem ler, escrever e contar”, conhecia a língua francesa e tinha “aprovação d’Aula de comércio”⁴⁹; outro menino português oferecia-se para caixeiro de uma loja de fazenda, alegava possuir bastante prática, tinha idade de 13 e 14 anos, sabendo bem ler e escrever...⁵⁰; um moço de 18 anos, chegado há pouco de Portugal, “filho de pais estrangeiros,” oferecia-se para caixeiro de rua, escritório e segundo definia-se, era “bem-educado”, falava e escrevia “muito bem francês e italiano”⁵¹.

Bruno A. Dornelas Câmara⁵² chama a atenção para o fato de ser admissível a existência de alguns excessos por parte desses anúncios, pois para ser admitido é possível que alguns tenham exagerado nos predicados profissionais. Além disso, ressalta a existência de anúncios, ainda que modesto, de trabalhadores brasileiros oferecendo-se para o trabalho e também o de alguns de brasileiros com excelentes qualificações.

De forma geral, o português que emigrou para o Brasil no século XIX possuía uma média de idade entre 14 a 25 anos, do sexo masculino, alfabetizado e vinha mantido por sua família, a qual deveria possuir o mínimo de recurso para assumir as despesas da viagem e sua estadia no Brasil. Estes partiam em sua maioria para o Rio de Janeiro e em menor escala para

⁴⁶ ALVES, Jorge Fernandes. *Os Brasileiros: Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto, 1994, p. 212.

⁴⁷ A emigração contratada recebia incentivos do Estado e iniciou-se pouco antes da independência do Brasil, porém não foi muito eficaz no Norte do Brasil.

⁴⁸ A emigração voluntária era aquela onde o indivíduo arcava com toda sua despesa, não dependendo do Estado para custear seus gastos de viagem e estadia. Geralmente quem emigrava voluntariamente possuía parentes ou amigos, estabelecendo assim uma rede de solidariedade. Além disso, já saía de Portugal, praticamente, com emprego e estadia garantida.

⁴⁹ *Diário de Pernambuco*, 23.03.1837, apud CÂMARA, 2005, p.88-9.

⁵⁰ *Diário de Pernambuco*, 12.10.1850, apud FREYRE vol. I, 1977, p. 272.

⁵¹ *Diário de Pernambuco*, 01.03.1845, apud CÂMARA, 2005, p. 88.

⁵² CÂMARA, Bruno A. D. *Trabalho livre no Brasil Imperial: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira*. Dissertação de mestrado, CFCH, UFPE, 2005.

as cidades portuárias como Recife e Salvador. Porém, esse perfil passou por alterações em fins do século XIX e inícios do século XX, quando se iniciou a imigração subsidiada pelo Estado. Nessa fase, entrou no Brasil um maior número de portugueses que provinham das camadas sociais mais humildes. Estes na maioria das vezes viajavam sozinhos, buscavam abrigo às portas das instituições beneficentes e assistenciais⁵³.

1.1.1. A emigração clandestina

Durante o século XIX, e especialmente após 1850, a ilegalidade da emigração, as condições de viagens, bem como a natureza dos contratos (em anexo) do trabalho no Brasil, constituíam alguns dos aspectos mais polêmicos da emigração portuguesa ao ponto de provocar inquéritos oficiais sobre o processo emigratório.

Considerando essas questões, o historiador Jorge Fernandes Alves ponderou sobre os *problemas* e *desvios* do processo emigratório e os definiu em três pontos, os quais foram atacados pela legislação portuguesa. O primeiro ponto dizia respeito aos colonos engajados e aos contratos de locação de serviços no Brasil. O segundo referia-se à evasão do serviço militar em Portugal, um dever nacional do qual nenhum cidadão poderia se esquivar. E, por fim, o problema da emigração clandestina, que assumia formas diferenciadas de acordo com a conjuntura vivenciada e se expressava na desobediência à lei⁵⁴. Para solucionar esses desvios algumas leis foram estabelecidas na tentativa de coibir a clandestinidade, a qual ficou conhecida como *tráfico da escravidão branca*.

Para entendermos melhor esse *tráfico* de portugueses se faz necessário retroceder a 1828, ano em que o Brasil assinou o tratado com a Inglaterra determinando que em três anos deveria ocorrer a extinção do tráfico de africanos. Em 1830, na esperança de estimular a emigração de trabalhadores livres, o parlamento brasileiro estabeleceu a lei de locação de serviços para a regulamentação do trabalho livre. Foi essa lei que definiu o contrato de locação de serviço, estabelecendo que os trabalhadores livres precisavam cumprir seus contratos até quitarem o débito contraído com o contratador que financiava sua viagem para o Brasil.

Conforme salienta Marcus Carvalho⁵⁵, ainda na vigência do tráfico negreiro alguns

⁵³ SCOTT, Ana Silvia Volpi. Op. cit., pp. 24-26.

⁵⁴ ALVES, Jorge Fernandes. *Os brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: 1994, p. 124.

⁵⁵ CARVALHO, Marcus J. M.. *O "Tráfico da escravidão branca" para Pernambuco*. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, v. 149, n. 358, 359, 360, 361. 1998. p. 25.

plantadores de Pernambuco sentiram-se atraídos a trazer imigrantes se respaldando na lei de locação de serviços de 1830. Nessa província, os camponeses do Minho e dos Açores eram bem requisitados para trabalhar na agricultura. E foi dessa região e da Ilha da Madeira que vieram a maioria dos imigrantes para o Brasil. Contudo, embora os imigrantes viessem em sua maioria voluntariamente, as condições de transporte eram bem precárias e os navios vinham, geralmente, com o número de passageiros superior ao permitido.

Consoante relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros⁵⁶, alguns dos açorianos, quando chegavam, não podiam desembarcar antes de terem arrematados seus serviços pelo preço da passagem. Esse arrematamento prejudicou a mão-de-obra do imigrante, pois como muitos dependiam da negociação dos gastos da viagem, os salários oferecidos eram abaixo da média na província pernambucana, deixando assim o contratado dependente por tempo indeterminado do contratante⁵⁷.

Dessa forma, o governo português se viu obrigado a legislar sobre a matéria por causa do crescimento desse tipo de emigração e o consequente endividamento dos açorianos. Então, em 1836, entrou em vigor um regulamento que exigiu dos capitães e mestres de embarcações a prestação de uma fiança garantindo que os passageiros poderiam desembarcar livremente. Carvalho alega que essa preocupação, mais do que filantropia, visava promover a agricultura no território de ultramar, e Portugal, por carecer de muita mão-de-obra, desejava que os açorianos permanecessem em sua terra. Por causa disso, o cônsul português em Pernambuco recebeu em janeiro de 1839 instruções para enviar a Angola todos os imigrantes que, vindo ao Brasil, estivessem em má situação. Porém, essa campanha não foi bem sucedida, pois apenas 13 pessoas foram enviadas de Pernambuco para Angola e estas não eram agricultores como esperava o governador da colônia africana⁵⁸.

A Lei de 19 de agosto de 1842 foi mais uma tentativa por parte de Portugal de controlar esse problema. Ela foi considerada a expressão máxima da luta contra a escravidão branca, porque veio para cercear a clandestinidade e estipular, dentre outras coisas, que fosse preenchida uma série de questões, com a identificação de cada viajante. O questionário, depois de preenchido, deveria ser entregue ao cônsul ou ao seu substituto da cidade de destino do passageiro. Além disso, a lei estabeleceu as condições de higiene e cuidados que deveriam ser

⁵⁶ Documento citado por Marcus Carvalho na obra aludida anteriormente.

⁵⁷ CARVALHO, M. J. M. Op. cit., p. 28.

⁵⁸ Id., *ibidem*.

observadas no transporte dos emigrantes. Havia, pelo menos em teoria, grande esforço em reprimir a emigração clandestina.

Em 1843, o cônsul português em Pernambuco obteve a instrução de obrigar os capitães dos navios com bandeira portuguesa a redigirem os contratos de trabalho no consulado, pois dessa maneira poderiam verificar as cláusulas e proteger os imigrantes de contratos onerosos. Mas, como a marinha e as autoridades portuguesas não possuíam jurisdição sobre embarcações de outros países e por não terem as autoridades brasileiras interesse em dificultar a importação de trabalhadores, tal atitude de nada adiantou. Além disso, conforme documento enviado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, a estratégia adotada para burlar essa fiscalização foi a utilização da bandeira brasileira em muitos navios estrangeiros⁵⁹.

A partir de 1855, juntamente com o aumento da emigração, cresceram os números das medidas restritivas. A Carta de Lei de 20 de julho de 1855 estabeleceu um sistema de multas que atingiu os capitães e comandantes das embarcações, caso eles admitissem passageiros sem passaportes, podendo também sofrer prisão entre 6 e 12 meses ou ser destituído do cargo se fossem identificados maus tratos aos emigrantes e falta de higiene nas embarcações. Além de serem aplicáveis ao comandante da embarcação, eram também extensivas ao proprietário do navio. Alves considera que tal Carta denunciava o envolvimento dos capitães dos navios no tráfico da emigração clandestina⁶⁰.

Na década de 1870, ocorreu um afrouxamento da repressão da emigração, porém isso não significou uma política de liberdade. Na realidade, o que houve foi uma maior tolerância da emigração legal e até clandestina, pois isso permitia a diminuição do excedente demográfico em Portugal. No final de 1880, quando as dificuldades econômicas cresceram, os produtores agrícolas se posicionaram novamente contra a emigração alegando a falta de mão-de-obra barata. Assim, em 1896, intensificaram-se a política de repressão contra a emigração clandestina e os seus engajadores. Mas, assim como aconteceu entre 1855 e 1870, o cerceamento à emigração exerceu pouco impacto.

Para ilustrar esses problemas relacionados com a emigração clandestina, relatamos a seguir o episódio do Patacho *Arrogante*, um caso que gerou muita polêmica tanto em Pernambuco como em Portugal.

⁵⁹Id., *ibidem.*, p. 29.

⁶⁰ALVES, Jorge F. op. cit, p. 31.

1.1.2. O caso do *Patacho Arrogante*

O *Patacho Arrogante* era uma embarcação portuguesa que pesava 20 toneladas e suportava entre 80 a 100 passageiros. Todavia, esse navio saiu da Ilha de São Miguel em direção ao Brasil com cerca de 428 trabalhadores, dos quais somente cem possuíam passaportes. Os parentes e amigos dos que embarcaram no *Patacho Arrogante* relataram que perceberam indícios de maus tratos entre os que estavam a bordo da embarcação. Entretanto, ao tentar manter contato com os mesmos, foram impedidos pelo comandante. O *Jornal do Comércio*⁶¹ de Lisboa registrou que os passageiros foram mantidos sob violência e impedidos de sair, sendo muitos deles conduzidos contra sua própria vontade para o Brasil.

O *Patacho Arrogante* chegou à cidade do Recife em 30 de dezembro de 1853 e logo chamou atenção pelo número de imigrantes ilegais. O deputado José Silvestre Ribeiro alegou em sessão na Câmara de Deputados em Lisboa que os passageiros foram “forçosamente em uma promiscuidade revoltante, sem a devida separação de sexos, e incommoda e penosa aglomeração... durante toda a viagem, que foi de 22 dias, soffreram continuamente, e chegaram em péssimo e terrível estado a Pernambuco”⁶².

O aspecto desse episódio considerado como mais grave pelos denunciantes foi o envolvimento de alguns portugueses no tráfico de seus irmãos. Dentre os envolvidos nesse negócio encontravam-se o cônsul português no Recife Joaquim Baptista Moreira e o chanceler e vice-cônsul Miguel José Alves. Com base numa denúncia remetida ao governo português, travou-se todo o debate na Câmara dos Deputados de Lisboa sobre esse caso.

Ao mesmo tempo em que os portugueses residentes em Pernambuco agradeciam a divulgação pela imprensa portuguesa das denúncias contra o cônsul e vice-cônsul portugueses no Recife e solicitavam a continuidade da divulgação dos relatos enviados aos jornais portugueses, constituíram os redatores desses jornais como seus representantes em Portugal na causa em questão. Desejavam, assim, que tal representação contribuísse para uma justa finalização das denúncias.

De acordo com o rumo que este assunto tomou, pode-se deduzir que naquele momento a comunidade portuguesa em Recife estava dividida em dois grupos. Um que se posicionava contra o cônsul e vice-cônsul, o qual constituía a maioria dos súditos portugueses residentes em

⁶¹ *Jornal do Comércio, Lisboa*, 4 de Março de 1854. Biblioteca Municipal do Porto, Portugal, BMP.

⁶² *Idem*.

Pernambuco. Conforme informação extraída do *Jornal do Comércio*⁶³ de Lisboa, foi enviado um documento contra os representantes do governo português ao parlamento em Lisboa em cujo anexo constava um abaixo-assinado. Nele, a quantidade de assinaturas aparece com profunda divergência. O periódico registrou que foram 307 assinaturas dos portugueses residentes em Pernambuco, os quais não temeram se identificar nem registrar os respectivos endereços de seus estabelecimentos comerciais⁶⁴. Já o *Diário de Pernambuco* apontou 1.068 assinaturas.

O cônsul e vice-cônsul, na tentativa de se defenderem, conseguiram formar um segundo grupo, uma comissão com dez comerciantes portugueses residentes na capital para verificar se eram verídicas as assinaturas remetidas a Portugal. Ao definir as funções dos abaixo-assinados, incluíram entre estes 1 alienado, 5 mortos, 24 falidos e 2 fugitivos. A intenção era gerar descrédito ao documento que possuía tantas assinaturas contra ambos. Como resposta a estes os signatários da queixa transcreveram na íntegra o documento remetido ao rei de Portugal com a assinatura de todos os que repudiavam os representantes do consulado de Portugal no Recife.

Sobre esse pequeno grupo que apoiou o cônsul e o vice-cônsul, o *Jornal do Comércio* escreveu:

*Os poucos defensores que o Sr. Joaquim Baptista Moreira[...] tem-se esforçado como bons amigos, em propalar a calúnia, além de outras muitas – que – pretendemos a destituição do Sr. do logar que ocupa, para ser um dos abaixo assignados que os substitua!*⁶⁵

No calor das alterações, os interesses pessoais também sobressaíram com acusações das partes envolvidas. É no meio dessa discussão que o vice-cônsul tentou se descolar das acusações. No entanto, apareceram insinuações sobre o seu comportamento: “(...) Miguel José Alves... despertado por não recair nelle a nomeação, todo se esforça[...] em comprometter o agente Moreira”⁶⁶. O documento remetido ao Rei de Portugal narrou que os representantes

⁶³ Id., *ibidem*.

⁶⁴ Não consegui ter acesso a essa listagem, pois o documento contra o cônsul português que pesquisei na Biblioteca Nacional de Lisboa não tinha anexado essa listagem.

⁶⁵ JC, Lisboa, 10/03/1854.(BMP)

⁶⁶ Biblioteca Nacional de Lisboa. *A Escravatura Branca – O cônsul português em Pernambuco*. Lisboa, Typographia do Jornal do Commercio, 1854. Até onde consegui pesquisar, não encontrei registro dessa discussão nos jornais de Pernambuco.

abusaram, sobremaneira, da confiança do Governo, ambos “não possuíam virtudes, não têm a precisa capacidade, são inimigos um do outro...”. Para os signatários todo o mal deveria ser atribuído principalmente ao vice-cônsul Miguel José Alves, pois sendo funcionário antigo, chanceler, tinha controle sobre as ações do cônsul Joaquim Baptista Moreira, o qual “na direcção dos negócios consulares não he levado por seu pé, já pela sua idade, nenhuma experiência, e mesmo incapacidade”⁶⁷. Alegavam que o cônsul era guiado pelo experiente vice-cônsul, o qual suspeitando que não caísse sobre si a nomeação do cargo de cônsul, procurava comprometer o agente Moreira, que tanto confiava nele e não se apercebia da intenção por não possuir “a precisa capacidade para conhecer a infidelidade de seus conselhos”⁶⁸.

Essa discussão traz à tona aspectos não somente da ilegalidade da emigração portuguesa mas também da organização da comunidade portuguesa em Pernambuco e seu empenho na defesa das causas que envolviam seus conterrâneos. Isso, porém, não significa que os portugueses formavam uma comunidade coesa e sem conflitos.

A resposta favorável aos signatários somente veio acontecer quase dois anos após a denúncia. “Depois de quase dois annos de inexplicáveis demoras, o governo resolveu, enfim, remover o cônsul de Pernambuco contra o qual quase todos os portugueses residentes naquela cidade haviam energicamente representado a el-rei”⁶⁹.

Há registro no *Primeiro Inquérito sobre a Emigração Portuguesa* de que Joaquim Baptista Moreira era cônsul de Portugal no Pará na década de 1870, embora não se saiba se foi para aquela província por remoção. Já o chanceler Alves permaneceu em Pernambuco. Quanto aos passageiros do *Arrogante*, até onde pesquisei, não encontrei registros sobre seus destinos.

Situações como essa⁷⁰ também serviram de respaldo para que se abrissem investigações do processo emigratório na década de 1870. Assim, foi instaurado o *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa*, a ser discutido a seguir.

1.2. Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa

⁶⁷ *Diário de Pernambuco*, 14/07/1854, p. 03.

⁶⁸ Id., *ibidem*.

⁶⁹ *Jornal do Comércio do Porto*, 26/09/1855.

⁷⁰ Bruno Augusto Dornelas Camara cita dois casos, anterior ao *Patacho Arrogante*, um dos quais foi o *Patacho Alberto* que chegou ao Recife em 30 de setembro de 1844 e veio com cerca de 26 tripulantes, desencadeando protestos nos jornais da comunidade lusitana de Pernambuco contra a forma escandalosa do tráfico de trabalhadores açorianos. Veja-se no seu estudo, 2005, pp. 52-53.

O Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa (PIPEP) foi instaurado em 1873 com a intenção de discutir o surto emigratório. Para elaboração do inquérito foi formada uma comissão de parlamentares a qual definiu que o objetivo do inquérito era “corrigir todas as informações, de separar o verdadeiro do falso, de conhecer a causa real do progresso da emigração, e o facto econômico que a determina”⁷¹.

A comissão se propôs estudar como viviam as populações, principalmente aquelas que se encontravam onde os centros da emigração eram mais presentes. Para isso, elaboraram-se dois questionários. O primeiro direcionado aos consulados brasileiros⁷² (Anexo 1), e o segundo, às autoridades administrativas portuguesas. Os questionários buscavam informações sobre as vantagens e desvantagens oferecidas aos emigrantes nas regiões a que se destinavam e procurou verificar quais as reais garantias dadas pela legislação da nação que recebia tais emigrantes. Além disso, a comissão procurou ouvir os agentes consulares do Rio de Janeiro e Washington sobre as questões acima expostas, buscando também respaldo nos trabalhos e publicações estrangeiras. Acreditava-se que um novo direcionamento na legislação poderia melhorar as condições de vida da classe laboriosa em Portugal, além de proporcionar ao povo o conhecimento dos perigos que o aguardava na aventura da emigração, conduzindo-os a ter mais perspicácia nos critérios dos contratos que decidissem fazer.

Antes, porém, de apresentar os relatórios e resultados do levantamento realizado, a comissão fez uso de uma analogia bíblica, defendendo que havia no ato de emigrar uma naturalidade espontânea e histórica. Logo em seguida, teceu críticas às formas da emigração que não se enquadravam no modelo apregoado pelo Estado.

No que se refere à emigração para o Brasil, a Comissão destacou os laços históricos, econômicos e linguísticos que ligavam os dois países: “O Brasil é filho nosso. Dé-mo-lhes a luz, a civilização, a língua, a litteratura, a independencia, e até a família reinante lhe demos”⁷³.

A comissão identificou dois grupos distintos de emigração: emigração livre e emigração contratada. Em relação à emigração livre ou espontânea, não havia o que criticar; já a contratada era tida como *extremamente nociva* e devitaria-se ter como meta evitá-la, pois era ela

⁷¹ PIPEP, 1873, p. 3

⁷² Infelizmente o consulado de Pernambuco não enviou respostas desse questionário aos parlamentares de Lisboa, pelo menos essas não foram transcritas nesse inquérito.

⁷³ PIPEP, 1873, p. 6.

a causa da ruína de muitos emigrados quando estes aderiam à locação de serviços para o Brasil⁷⁴.

O inquérito registrou que nenhum país era mais atrativo do que o Brasil para emigração livre. Os parentes dos emigrantes, por ocuparem lugares no comércio do Brasil, os convidavam para ali trabalharem, umas vezes para substituí-los nas casas onde serviam e outras para seus próprios negócios: “De ordinario a quem é intelligente, activo e honrado, a emigração livre é meio seguro para alcançar fortuna, á qual, com habilitações iguaes, nenhum dos emigrantes tornam-se auxilio vantajoso, dividindo com ellas o fructo das economias”⁷⁵.

A emigração livre interessava ao comércio do reino, pois os portugueses que se estabeleciam no Brasil tornavam-se grandes consumidores dos vinhos e até da cebola portuguesa, expandindo assim o mercado nacional português. Da mesma forma que, dizia o inquérito, Portugal oferecia numerosos consumidores aos produtos brasileiros. Os que retornavam desse tipo de emigração (a livre) edificavam casas elegantes, tudo com o capital acumulado no Brasil.

Quanto à emigração contratada, a comissão deixou clara a sua discordância pois, conforme observação de alguns contratos, quem partia nessa condição somente perdia ao aderir a tal forma de emigração. A esse tipo de emigração a comissão se dizia avessa.

O Inquérito concluiu que o distrito de Porto era aquele em que a emigração era mais forte. Além dele, os que mais se destacavam eram os de Aveiro, Braga, Viana, Viseu, Vila Real e Coimbra. Dessa maneira, na década de 1870, o inquérito procurou sistematizar as causas e consequências do processo emigratório que, como já indicamos, crescia bastante naquele momento.

Com base nos resultados desse inquérito, mais uma lei foi promulgada em 1877. Ela tinha como propósito o estímulo do retorno dos que emigraram para o Brasil e o desvio do seu destino para África, tendo em vista o desenvolvimento das colônias portuguesas naquele continente.

A questão do crescimento emigratório também foi discutida fora do parlamento por alguns intelectuais. Em 1874 Alexandre Herculano foi convidado a avaliar um questionário elaborado pela Associação Agrícola de Lisboa, cujo objetivo principal era ponderar a

⁷⁴PIPEP, 1873, p.7.

⁷⁵Id., p. 8.

emigração portuguesa para a América e seu impacto sobre os interesses agrícolas em Portugal. Herculano considerou que as dificuldades da agricultura portuguesa procediam unicamente da falta de braços e sua consequente elevação do salário, “não da insuficiência dos braços em relação a uma procura crescente, mas da sua diminuição por efeito da emigração”⁷⁶. Herculano era um adepto da emigração interna e sempre se posicionou pelas melhores condições de vida dos trabalhadores rurais. Ao opinar sobre as vias de soluções sugeridas no questionário, ele discordou do sentimento de repugnância ao ato de emigrar. Além disso, dispôs-se contra a obstrução da emigração simplesmente pelo intuito de se diminuir os salários para a agricultura⁷⁷.

O posicionamento dele foi registrado em *Opúsculos* no volume IV, em que analisou o fenômeno da emigração e expôs seu posicionamento quanto à questão. Por ser ele contemporâneo ao acontecimento, esses registros possibilitam-nos compreender alguns aspectos do processo emigratório do século XIX.

Na década de 1870, Portugal vivenciou uma escassez da mão-de-obra no campo por causa do crescimento da emigração. Esse foi um momento em que se reacendeu a discussão sobre que caminhos deveriam ser tomados para se evitar as saídas da mão-de-obra da área rural de Portugal. Herculano, que era um defensor da emigração interna, das províncias mais populosas para as menos populosas, ou seja, do Norte para o Sul do país, se posicionou sobre as causas da emigração, não diferindo das tendências elencadas nos jornais e no inquérito de 1873:

*Emigram uns por calculos e previsões, ou proprios ou dos que os dirigem, pela esperança, bem ou mal fundada, de voltarem algum dia ricos ou abastados á aldeia natal; emigram, não porque não podessem viver, trabalhando, vida modesta e tranquillã entre os seus, mas porque aspiram a mais elevada fortuna. Outros há que emigram violentados, ou antes que não emigram; que são expulsos pela miseria; que não calculam, nem esperam, nem deliberam; que tão sómente se resignam*⁷⁸.

Para Herculano a emigração forçada deveria ser proibida, mas coagir quem queria partir por livre e espontânea vontade era incorreto. Igualar a emigração forçada e a espontânea era um ato infeliz, pois quem emigrava por opção sabia o que queria e para onde ia, contava com os

⁷⁶ HERCULANO, Alexandre. **Opúsculo**. Tomo IV, 1876, p. 109. Disponível no site: http://purl.pt/718/3/p-5640-p/p-5640-p_item3/p-5640-p_PDF/p-5640-p_PDF_24-C-R0075/p-5640-p_0000_capa-296_t24-C-R0075.pdf

⁷⁷Id., *ibidem*.

⁷⁸Id., *ibidem*, 110-111.

parentes, com o amigo da família, com as recomendações que lhes amparava. Quem partia nesta condição podia ser até pobre, mas não era um desvalido. Trabalhava por anos e anos a sacrificar-se e abster-se na esperança de ter maior sucesso econômico. Tudo isso retornava à sua terra natal em benefícios⁷⁹.

Herculano também se posicionou quanto ao Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa argumentando que o teor do inquérito era altamente instrutivo e sobressaía-se entre os documentos relacionados à emigração. Discordou do ponto de vista daqueles que produziram o inquérito quando estes defendiam que a emigração deveria ser inibida, porém reconheceu que os estudos construídos na produção do documento eram reflexos do conhecimento que seus autores possuíam dos fatos narrados. Além disso, concordava com o fato de ser a emigração consequência dos baixos salários. Alegava que não se poderia jamais condenar aqueles que partiam fugindo da miséria para não morrer de fome no país em que nasceram. Para Herculano, tolher a liberdade de sair dessa situação de falta de recurso seria crueldade⁸⁰.

O fenômeno emigratório português no século XIX mobilizou tanto quem emigrava, como seus familiares. Do mesmo modo, articulou outros grupos que compunham a sociedade: os engajadores, que possuíam o objetivo de lucrar com a emigração, bem como os produtores agrícolas, que defendiam o controle da emigração por lucrarem com a permanência dos portugueses no campo. Ou seja, as motivações de uns e outros repousavam nas futuras benesses de que desfrutariam.

1.3. Comunidade de acolhimento: Pernambuco como destino

Os dados numéricos de emigrantes portugueses que desembarcaram em Pernambuco nos anos de 1851-1921 são difíceis de estimar. Contudo, alguns números oficiais utilizados por Jorge Fernandes Alves apontam os percentuais de destinos para Pernambuco entre 1851 e 1899 e nos fornece uma estimativa aproximada da quantidade de entradas dos portugueses no período estudado.

Tabela II*

⁷⁹ Id., *ibidem*. p. 110.

⁸⁰ Id., *ibidem*, pp.148-149.

NÚMEROS E PERCENTUAIS DOS PORTUGUESES RESIDENTES EM Pernambuco			
ANO	ENTRADAS DE EMIGRANTES BRASIL	ENTRADAS DE EMIGRANTES Pernambuco	
1851	3482	195	5,6%
1852	2499	143	5,7%
1853	3687	200	5,4%
1854	4940	192	3,9%
1855	6089	151	2,5%
1856	5743	143	2,5%
1857	2982	307	10,3%
1858	2815	166	5,9%
1859	2640	203	7,7%
1860	2252	191	8,5%
1861	2365	155	6,6%
1862	2264	91	4,0%
1863	2202	82	3,7%
1864	1992	91	4,6%
1865	1741	113	6,5%
1866	1934	108	5,6%
1867	2061	144	7,0%
1868	2003	132	6,6%
1869	2656	158	5,9%
1870	2864	225	7,9%
1871	3634	166	4,6%
1872	4142	209	5,0%
1873	3067	229	7,5%
1874	3733	125	3,3%
1875	3801	147	3,9%
1876	2907	125	4,3%
1877	2735	109	4,0%
1878	2259	100	4,4%
1879	2387	88	3,7%
1889	3059	98	3,2%
1899	1701	43	2,5%
TOTAL	92.635	4.629	5%

* Adaptado das informações extraídas de
Alves, 1994, Vol.1, p. 243: 1993, Vol. 2 (anexo 8.10)

A quantidade real dos que desembarcaram em Pernambuco se faz por aproximação, até porque muitos, quando saíam de Portugal, não determinavam o local de desembarque no Brasil. Além do mais, os dados se referem apenas às saídas da cidade do Porto. Os números divulgados no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa em 1882 contabilizavam que entre 1855-1880 desembarcaram em Pernambuco 9.443 portugueses⁸¹. Esse indicativo confirma a presença de uma quantidade razoável de lusos na província pernambucana. Já o *Almanak de*

⁸¹ *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 3ª série, nº 4, 1882, p. 232. Apud. ALVES, Jorge Fernandes. *Variações sobre o “brasileiro” – Tensões na emigração e no retorno do Brasil*. Revista Portuguesa de História. Tomo XXXIII (1999), U. Coimbra, p. 14.

Pernambuco em 1872, divulgou que a população pernambucana era de 118.478 habitantes dos quais 7.247 eram estrangeiros. O censo de 1872, no entanto, afirmou ser a população pernambucana de 116.671 habitantes.

O Recife, capital pernambucana, por possuir um forte núcleo comercial, tornou-se ambiente de maior concentração dos imigrantes que chegavam a Pernambuco. Na segunda metade do século XIX, a capital da província pernambucana era dividida em duas áreas: a área urbana, que possuía quatro bairros: Recife, Santo Antônio⁸², São José e Boa Vista; e as áreas que se localizavam nos arrabaldes do Recife: Santo Amaro de Jaboatão, São Lourenço da Mata, Poço da Panela e Afogados. Essas oito freguesias estavam sob o comando da Câmara Municipal do Recife.

O bairro do Recife era o mais antigo da cidade e era um bairro comercial⁸³. Nele estavam localizadas todas as casas de comércio de grosso trato (nacionais e estrangeiras), a filial do Banco do Brasil, a Associação Comercial Agrícola e a Associação Comercial Beneficente, uma Caixa Econômica, escritórios de várias companhias de seguros e grande parte da chancelaria dos cônsules residiam ali⁸⁴.

O bairro de Santo Antônio possuía ruas mais largas com comércio de tecidos, hotéis, cafés, ourivesaria, restaurantes, ateliês de fotografia, pintura e muitas igrejas. Era onde se situavam as repartições públicas, o palácio e a secretaria do governo, a repartição da polícia e de obras públicas, a Relação do Distrito, o Tribunal dos Jurados, a Tesouraria Geral e Provincial, as salas de audiência dos juízes do crime, do cível e da paz, o selo e o correio, além de várias tipografias. Em 1850, foi inaugurado o teatro Santa Isabel. Diante de tantas instituições respeitáveis, Santo Antônio era considerado o bairro mais importante da cidade. Foi nele que se instalou o atual prédio do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco. Em contrapartida, o bairro de São José era pacato no movimento comercial. Esse quadro só mudou com a inauguração da estrada de ferro e sua estação, em 1857.

No bairro da Boa Vista, “os negociantes mais abastados ou as pessoas mais ociosas

⁸² O bairro do Recife inicialmente recebeu a denominação de São Pedro Gonçalves. O bairro de Santo Antônio, antes de ser dividido em duas áreas, também recebeu outras denominações, primeiro foi conhecido por Ilha de Antonio Vaz, no governo de Maurício de Nassau passou a ser conhecida como Cidade Maurícia, com o fim do domínio holandês tornou-se conhecido como Santo Antônio.

⁸³ CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. *O Recife e as origens dos seus bairros*, 1978, pp. 221-252, In. Arquivo Público Estadual, *Um tempo do Recife*. Recife: Ed. Universitária. 1978, pp. 224, 229.

⁸⁴ Antônio Pedro Figueiredo em artigo no *Diário de Pernambuco* em 05/10/1857. Apud. SOUTO MAIOR, Mário; DANTAS SILVA, Leonardo (Organizadores). *O Recife: quatro séculos de sua paisagem*. Recife: Editora Massangana, Prefeitura da cidade do Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1992, p.174.

vivem no meio dos jardins, e onde o palácio do bispo, conventos e igreja dão a cidade mui bela que os acolhe, certo ar de importância”⁸⁵. Era o bairro mais novo da cidade, predominantemente residencial e quase não possuía lojas.

O panorama econômico de Pernambuco na década de 1870 era de prosperidade. Nos quadros do Império essa província representava uma das regiões mais desenvolvidas. A safra do açúcar era excelente e possibilitava um ótimo preço. No momento em que os Estados Unidos vivenciavam a Guerra da Secessão, as entradas de açúcar, algodão, aguardente e couros que vinham do interior para o Recife dava grande movimentação ao comércio, possibilitando uma elevada exportação de produtos para os Estados Unidos, Europa e Rio de Janeiro, na região Cisplatina. No primeiro semestre de 1872, houve a exportação de cerca de dez milhões de quilos de algodão para o exterior e mais de vinte e dois milhões de quilos de açúcar⁸⁶.

O *Almanak de Pernambuco* do ano de 1872 registrou que no Recife existiam 90 casas de comércio de “grosso trato”, 22 grandes depósitos de açúcar, 23 prensas de algodão, 115 lojas de fazenda, 40 armazéns de estivas, 25 lojas de ferragens, 4 fábricas de cerveja, 35 lojas de calçados – sendo 4 de sapatos importados diretamente da França, 40 lojas de miudezas, 34 depósitos e fábricas de cigarros e charutos, 350 tabernas, além de centenas de movelarias, fundições, hotéis, relojarias, fábricas de guarda-chuva, de chapéus, de baús, de licores, de panos, etc. Tudo isso gerava um intenso movimento comercial na capital pernambucana⁸⁷. Saliente-se que a predominância no comércio de gêneros alimentícios permanecia sendo do imigrante português.

Quanto às profissões liberais, o Recife possuía: 85 escritórios de advocacia, 45 consultórios médicos, alopatas ou homeopatas, mais de 20 estabelecimentos de “barbeiros e sangradores”, alguns escritórios especializados de agrônomos, engenheiros, agrimensores, corretores, solicitadores, sem contar com duzentos núcleos de aprendizagem musical⁸⁸. A partir da década de 1860, o Recife passava a representar um dos mais importantes centros de produção de intelectuais, destacando-se a Faculdade de Direito do Recife. Nela, estudaram os ilustres intelectuais da época, tais como Silvio Romero, Rui Barbosa, Castro Alves, Fagundes

⁸⁵ VALENTE, Waldemar de Figueiredo. *Antecipação de Pernambuco no movimento da independência: o testemunho de uma inglesa*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1974, p. 115.

⁸⁶ CAVALCANTI, Paulo. *Época de Queiroz: agitador no Brasil*. Recife: Editora Guararapes, 1983. p. 46.

⁸⁷ Id., *ibidem*, p. 53.

⁸⁸ Id., *ibidem*, p. 54.

Varela e Capistrano de Abreu⁸⁹.

Como visto anteriormente, a população pernambucana aumentou significativamente em meados do século XIX. Esse crescimento trouxe, conseqüentemente, um emaranhado de problemas que muitas vezes desencadearam-se nos conflitos sociais que vitimaram alguns portugueses. A seguir, destacaremos não os pormenores de tais conflitos sociais, mas a aversão demonstrada contra os portugueses residentes na província pernambucana que se fizeram presentes nesses movimentos.

1.4. O legado do antilusitanismo em Pernambuco

Os sentimentos antilusitanos, apesar de terem sido marcantes na primeira metade do século XIX, se estenderam em Pernambuco até fins desse século. Conforme salienta Marcus Carvalho⁹⁰, a lusofobia remonta ao período em que o Brasil tornou-se independente de Portugal. Nessa época, a elite pernambucana buscava o comércio livre e empenhou-se na campanha contra o monopólio português sobre o comércio.

Bruno Dornelas Câmara⁹¹ chama atenção para um aspecto significativo do fenômeno antilusitano, pois foi um “fenômeno social demasiado complexo, não podendo ser reduzido apenas a uma mera rivalidade entre colonizador e colonizado”⁹². Câmara ressalta que a aversão ao imigrante português variava de acordo com o grupo social. E, apesar da imprensa panfletária da época discordar da dicotomia desse fenômeno, o autor salienta a impossibilidade de se negar que as leituras dos movimentos de cunho antilusitano se diferenciavam de pessoa para pessoa, de acordo com suas experiências. Além disso, diz o historiador: “o antilusitanismo foi para as classes populares uma forma genuína de inserção no universo das questões políticas da província e até do país”⁹³.

Como se sabe, no período pós-independência o Recife, assim como outras cidades brasileiras, também foi marcado pelas várias manifestações de ruas, muitas delas com teor de violência contra os portugueses. Esses tipos de conflitos aumentaram no período regencial e se

⁸⁹ Id., *ibidem*, p. 54.

⁹⁰ CARVALHO, Marcus J. M. *O Antilusitanismo e a Questão Social em Pernambuco: 1822-1848*. In Miriam Halpern Pereira (org.). *Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (Século XIX e XX)*. Lisboa: Editora Fragmentos, 1993, pp. 145-162.

⁹¹ CAMARA, Bruno Augusto Dornelas. *Trabalho livre no Brasil Imperial: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira*. Dissertação de Mestrado, CFCH, UFPE, 2005.

⁹² Id., *ibidem*, p. 127.

⁹³ Id., *ibidem*.

alastraram durante muito tempo, sendo fomentado pela imprensa de caráter nativista. Socorro Ferraz considera, no seu estudo sobre os liberais do século XIX, que as razões de tais rebeliões tinham como base as queixas contra os impostos, a falta ou aumento do valor das mercadorias, a falsificação das moedas e as denúncias frequentes sobre ausência de liberdade⁹⁴.

No governo de D. Pedro I, difundiram-se várias acusações de que o governo estava entregando o país nas mãos dos portugueses. Por causa de tais queixas, propagou-se uma imagem extremamente negativa dos portugueses. Eram esses taxados de tiranos e exploradores.

No período da abdicação de Pedro I, uma onda de movimentos sociais eclodiu na cidade. Pelo seu caráter lusófono, tais motins tornaram-se uma ameaça aos portugueses residentes no Recife. A Revolução de 1817, a Pedrosada (1817), a Confederação do Equador (1824), a Setembrizada (1931), a Novembrada (1931) e a Insurreição Praieira (1944-1849), foram movimentos que exalaram forte teor lusófono, todos ocorridos na primeira metade do século XIX. Na segunda metade desse século, ainda se sentia a presença do antilusitanismo no movimento da Patriotada, em Goiana (1872). Nessas agitações, alguns portugueses foram mortos.

Em todos os episódios em que os portugueses tornaram-se vítimas, o discurso de acusação era o mesmo: o monopólio do comércio. Como descreve Manoel Correia de Andrade, no início do século XIX, os senhores de engenho, bem como os produtores de algodão de Pernambuco, já desejavam combater os comerciantes portugueses, pois geralmente era em suas mãos que acontecia todo o processo de compra e de venda⁹⁵.

Antes mesmo de o Brasil se tornar independente, no período da Insurreição Pernambucana, já havia a presença do antilusitanismo. Em nove de março de 1817, os ânimos contra os portugueses aumentaram tanto que o governo provisório de Gervásio Pires teve que intervir nos rumos que tomavam as manifestações populares após a vitória dos revoltosos de 1817. Para isso, foi lançada a *Proclamação do Governo Provisório aos Habitantes de Pernambuco*. Nela se anunciava o “fim da distinção entre os brasileiros e europeus”. Lembrava esse documento aos manifestantes que “a pátria é a nossa mãe comum, vós sois seus filhos, sois descendentes dos valorosos lusos, sois portugueses, sois americanos, sois brasileiros, sois

⁹⁴ FERRAZ, Socorro. *Liberais & Liberais: Guerras Cívicas – Século XIX*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996, p. 19.

⁹⁵ ANDRADE, Manoel Correia de. *Movimentos nativistas em Pernambuco: Setembrizada e Novembrada*. Recife: UFPE, 1998, p. 19.

pernambucanos”. Marcus Carvalho diz que o manifesto distribuído na cidade pelo procurador do Recife sobre o pacto de não distinção dos portugueses pelo local de seu nascimento foi oportuno, pois naquela época as questões políticas acabavam resvalando para o lado pessoal e o governo temia vingança de ambos os lados⁹⁶.

Em 1817, já tinha ocorrido um conflito racial entre as tropas de primeira linha e das milícias: soldados portugueses e nacionais se enfrentaram. Tais agitações acirraram-se no período em que Gervásio Pires estava à frente da Junta Governativa em Pernambuco. O capitão Pedro Pedroso⁹⁷ prendeu cerca de 162 pessoas, entre as quais alguns portugueses, e devido a essas prisões, consideradas arbitrárias pela Junta, ocorreu um estranhamento entre o comandante Pedroso e Gervásio Pires. O governo solicitou a imediata libertação desses portugueses, porém Pedroso se rebelou e desacatou a autoridade da Junta, a qual acabou fugindo para o Cabo. Pedro Pedroso e sua tropa por sete dias tomaram a cidade, e foi nesse momento de ameaça à camada senhorial que mais uma vez a capital pernambucana vivenciou um momento de lusofobia acentuada⁹⁸.

Assim como nos motins da Revolução de 1817 e na Confederação do Equador (1824), vivenciou-se um profundo antilusitanismo. Esse sentimento, como diz Câmara, mesmo sendo demagógico em alguns momentos, esteve presente nos discursos dos políticos que alimentaram os movimentos sociais⁹⁹.

Em 1831, mais uma vez estouraram duas revoltas nos quartéis que dominaram a cidade do Recife. A primeira delas ocorreu em 14 de setembro de 1831 e ficou conhecida como a *Setembrisada*. A população contagiada arrombou as portas do comércio e levou tudo, inclusive os livros de contas e notas, desobrigando a todos os que possuíam dívidas de pagá-las. A segunda revolta, ocorrida em 15 de novembro de 1831, ficou conhecida como *Novembrada*.

⁹⁶ CARVALHO, Marcus J. M. de. *Cavalcantis e Cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824*. Rev. Bras. Hist., São Paulo: v. 18, n. 36, 1998 (a).

⁹⁷ Capitão de artilharia, Pedro Pedroso era membro do baixo oficialato. Estava à frente dos militares e da "população". Pedroso não era branco. Frei Caneca, que não gostava dele, disse que o capitão considerava os negros e pardos brasileiros à sua gente, e fazia parte de uma sociedade de homens de cor. Ele ganhou muito poder ao se tornar governador das armas. Mas continuou a se juntar à "sua gente", os negros e pardos do Recife.

⁹⁸ QUINTAS, Amaro. *O sentido social da Revolução Praieira*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1977, pp. 26-27; ANDRADE, Manoel Correia de. Op. Cit. pp. 36-38; CARVALHO, Marcus J. M. op. cit. 1998 (a) e *Rumores e rebeliões: estratégias de resistência escrava no Recife, 1817-1848*. Tempo, Vol. 3 – nº 6, Dezembro de 1998 (b), pp. 6-7.

⁹⁹ CAMARA, Bruno A. D.. *Por uma questão de sobrevivência: trabalhadores livres pobre, imigrantes portugueses e escravos urbanos no Recife na segunda metade do século XIX*. CONGRESSO DA LASA, RJ, 11 a 14.06.2009.

Nela, os agitadores mais exaltados propuseram que os portugueses fossem afastados dos cargos governamentais e que também fossem deportados.

O que não faltou nesse período foram os artigos produzidos por nativistas na imprensa de forte teor lusófono. Um deles, o *Carapuceiro*, editado no Recife entre 1832-1842 apesar de se apresentar como “Periódico sempre moral, e só *per accidents* político”, ressaltou na fala do seu criador, Miguel do Sacramento Lopes Gama, o Padre Carapuceiro¹⁰⁰, elementos de cunho antilusitano associado ao discurso do processo de nacionalização do Estado. Em um de seus artigos ressaltou que existiam brasileiros adotivos que eram dedicados à causa da pátria, “porém o número destes é mui diminuto comparativamente ao grande todo”. Dessa alocação emergem as categorias sociais de *brasileiros natos*, *brasileiros adotivos*, *brasileiros degenerados* ou simplesmente *lusos*. Em seguida, excetuou-se a existência de brasileiros adotivos extremamente honrados à causa da Pátria. Essas distinções ajudam a compreender de que maneira essas rivalidades influenciaram de fato as relações sociais e políticas. Conforme Marcus Carvalho¹⁰¹, os portugueses diferiam-se dos *brasileiros adotivos* porque esses últimos eram tidos como legítimos cidadãos do país: “Adotivo de coração e propriedade, saliente-se, ficando isso claro em 1831, durante um levante de oficiais brasileiros nativistas, quando foi exigida a expulsão somente dos portugueses que tivessem patrimônio de menos de dois contos”¹⁰².

O ápice do antilusitanismo em Pernambuco ocorreu tardiamente, salienta Marcus Carvalho, entre os anos de 1844 e 1849, quando já não existia perigo algum de recolonização. O nativismo renasceu como uma arma dos liberais para reunir a população urbana durante as eleições contra os conservadores e conseqüentemente nos *mata-marinheiros*¹⁰³ da década de 1840. As motivações para a adesão aos mata-marinheiros não estavam restritas às disputas

¹⁰⁰ O padre Miguel do Sacramento Lopes Gama ficou conhecido como Padre Carapuceiro. Em seu periódico pretendia criticar os costumes que considerava nocivos. Suas críticas iam desde aqueles que passavam o dia se embonecando para namorar, “os gamenhos”, a dança do bumba-meu-boi, para quem era considerada uma dança bárbara, inapropriada para uma civilização adiantada. Suas críticas eram abertas a todos (as), mas só vestia a carapuça quem quisesse. Devido a esse periódico Lopes Gama ficou conhecido como o Pe. Carapuceiro.

¹⁰¹ CARVALHO, Marcus J. M. de. *O antilusitanismo e a questão social em Pernambuco, 1822-1848*. In PEREIRA, Miriam Halpern (org). *Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX E XX)*. Ed. Fragmentos, Lisboa, 1993, (pp. 145-162), p. 147.

¹⁰² Id., *ibidem*.

¹⁰³ Os mascates portugueses eram chamados de marinheiros. Dessa forma, o mata-marinheiro era agressões dirigidas aos portugueses ligados ao comércio, ou todos aqueles considerados *nocivos* pelos nativistas. Cf. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora S.A., 1977, p.34.

entre liberais e conservadores, pois a carestia e o desemprego na cidade de Recife, causados pela interrupção das reformas urbanas realizadas no governo do Barão da Boa Vista (1837-1844) e pela crise algodoeira que levou a diminuição do movimento nas prensas e armazéns do Recife funcionaram também como elementos impulsionadores da adesão aos motins antilusitanos. Somando-se a isso, a grande seca entre os anos de 1844 e 1848 contribuiu para o aumento da migração do interior para a cidade do Recife, aumentando assim o quantitativo de desempregados e, conseqüentemente, a insatisfação contra os estrangeiros que ocupavam os postos de trabalhos disponíveis¹⁰⁴.

O maior panfletário da Praieira foi o jornalista Inácio Bento de Loyola. Figueira de Melo¹⁰⁵ diz que foram homens como ele que desencadearam a rebelião ao arrastar os moderados através da facção radical¹⁰⁶. Este Praieiro publicou *A Voz do Brasil*, a qual teve influente peso na Rebelião Praieira. A sua importância foi evidente nos mata-marinheiros dos dias 08, 09 e 10 de dezembro de 1847 e de 26 e 27 de junho de 1848. Loyola insistia em dizer que a independência brasileira não havia sido concluída porque foi imposta por um Príncipe português. Para ele, a independência nada mais foi do que um negócio de pai para filho¹⁰⁷.

A verbalização dos artigos publicados na *Voz do Brasil* possuía o teor de *fuxicos* e comentários maldosos. Por causa das querelas particulares, a vida de muitos comerciantes era exposta ao público. A acusação maior se fazia contra os portugueses, expondo-se detalhes da vida destes, citavam-se seus nomes, apelidos e endereços para não deixar dúvidas sobre de quem se falava. Apontava-se como era seu modo de vida, fazendo-se comentários indecorosos contra os caixeiros, taberneiros e demais varejistas para afetar sua reputação entre os clientes. A

¹⁰⁴ Id., *ibidem*.

¹⁰⁵ Jerônimo Martiniano Figueira de Mello nasceu a 19 de abril de 1809, em Sobral, na capitania do Ceará. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Olinda, onde recebeu o grau de Bacharel, em 1832. Iniciou sua carreira na Magistratura em 1833 como Promotor Público da Corte, Em 1833, foi nomeado Juiz de Direito da comarca de Fortaleza, passando depois, em idêntico cargo, para as Varas do Crime da comarca do Brejo, em Pernambuco, em 1841, e dos Feitos da Fazenda Pública da referida província, em decreto de 21 de janeiro do ano seguinte. Em de 21 de abril de 1849, D. Pedro II lhe concedeu o uso de beca honorária, em atenção aos serviços prestados na Magistratura. Em 1851, foi nomeado Desembargador da Relação de Pernambuco, onde exerceu o lugar de Procurador da Coroa, Fazenda e Soberania Nacional. Foi removido em 1861 para a Relação do Rio de Janeiro, da qual foi nomeado Presidente, em 1870. Em 1873, foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal de Justiça; foi aposentado em 1876. Exerceu os cargos de Secretário do Presidente da província de Pernambuco, Barão da Boa Vista, e de Chefe de Polícia desta província, em 1849, sendo exonerado por decreto de 11 de setembro de 1852; achava-se em exercício quando irrompeu a Revolução Praieira. Exerceu também o cargo de Chefe de Polícia da Corte, em 1854. Mais informações disponíveis no site: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stj&id=312>

¹⁰⁶ FIGUEIRA DE MELO, Jerônimo Martiniano. *Autos do Inquérito da Revolução Praieira*. Brasília: Ed. Universitária de Brasília, 1978, p.XXXVI.

¹⁰⁷ Id., *ibidem*, p. XXXVII.

meta maior era formar entre o conceito único de que os portugueses estabelecidos no comércio a retalho eram os principais culpados pela difícil situação dos pernambucanos¹⁰⁸.

No *Movimento Praieiro* ocorreram várias manifestações de rua cujos alvos eram os portugueses. Os manifestantes saqueavam lojas e exigiam a nacionalização do comércio a retalho. Os políticos que se opunham aos praiheiros atribuíam à imprensa panfletária a responsabilidade dos *mata-marinheiros* ocorridos na cidade¹⁰⁹. Ocorreram cerca de sete mata-marinheiros¹¹⁰: o primeiro deles ocorreu entre os dias 08 e 10 de setembro de 1844, no período da comemoração da independência do Brasil. Esse foi um episódio que ficou conhecido como o *Fecha-Fecha*, pois devido aos motins os comerciantes tiveram que fechar as portas das suas lojas. O comércio estava sendo ameaçado e diversas pessoas foram agredidas, principalmente portugueses¹¹¹. Nos demais, a ameaça contra os portugueses se repetiram. Entretanto, o pior de todos ocorreu nos dias 26 e 27 de junho de 1848 e ficou conhecido como o *mata-marinheiro do Colégio*. Após uma discussão, não se sabe ao certo por qual razão, entre um estudante do Liceu e um caixeiro português de um armazém de carne seca na Rua da Praia, a capital da província pernambucana viveu momentos de intensa agitação. Ocorreram saques a lojas e houve muita pancadaria. Pelo menos cinco vítimas da violência nativista desse mata-marinheiro tombaram no chão e cerca de quarenta pessoas ficaram feridas, matando-se vários comerciantes portugueses. Em seguida, ocorreu mais uma marcha em direção à Assembléia Provincial, e solicitou-se novamente a exclusão dos estrangeiros do comércio a retalho, bem como a expulsão de todos os portugueses solteiros com mais de 15 anos, num séquito de acusações que se multiplicava em jornais e clubes noturnos¹¹².

Desse movimento, dois documentos reivindicatórios foram produzidos e enviados para a Assembléia Provincial. O primeiro não foi considerado pelo teor de radicalidade que apresentava, mas o segundo, conforme cita Câmara, foi mais submisso. Entretanto, o que nos interessa nesse estudo é registrar que, apesar da forma como foi apresentada tal representação à Assembléia, essa instituição prestava queixas contra a concorrência estrangeira, principalmente a portuguesa.

¹⁰⁸ CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas . Op Cit. pp. 128-129.

¹⁰⁹ CARVALHO, 2003, p. 212

¹¹⁰ CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas . Op Cit.

¹¹¹ CAVALCANTI JÚNIOR, Manoel Nunes. “Praieiros”, “Guabirus” e “Populança”: As eleições gerais de 1844 no Recife. Dissertação de Mestrado, CFCH, UFPE, 2001, pp. 96-105.

¹¹² CARVALHO, 1993, pp. 148-149; ALVES, 1999, p. 11; CÂMARA, 2005, pp. 142-160.

O clima de insegurança aumentou ao ponto de o governo português se colocar à disposição dos imigrantes para conduzi-los à África, para isso enviando navios a Pernambuco. Algumas centenas de portugueses partiram, indo construir então a colônia de Moçâmedes (Angola). Pela primeira vez na história de Pernambuco, um grupo de 177 imigrantes pediu ajuda ao governo português para deixar o Brasil. Em 1850, mais cem portugueses tomaram o mesmo rumo¹¹³. Três navios de guerra aportaram no Recife: a corveta *Íris* e o brigue *Vila Flor e Douro*. Esses ficaram à disposição daqueles portugueses perseguidos, caso viessem a ocorrer novos distúrbios, e também ficaram a postos para proteger os súditos portugueses ameaçados pelos excessos nativistas¹¹⁴.

Mas as manifestações antilusitanas não findaram com o Movimento Praieiro. A imprensa permaneceu a propalar o lusofobismo. Em 1852, por exemplo, foram recopilados num livreto vários poemas de cunho antilusitano que circularam nos jornais e periódicos nativistas de Pernambuco¹¹⁵. Os poemas apresentavam o Brasil em alguns momentos como pátria, noutros como nação¹¹⁶ e toda exaltação da pátria/nação brasileira contrapunha-se a Portugal, o qual era estigmatizado por termos pejorativos tais como, “tyranos”, “ladrões”, “tosta cruel”, “tigre insano”, “monstro estrangeiro”. Jeffrey Lesser¹¹⁷, em importante estudo sobre a negociação da identidade nacional, chama atenção para o fato de que o preconceito e os estereótipos que derivam das tensões sociais foram algumas das maneiras pelas quais a identidade do imigrante foi contestada. Nesse caso, os discursos antilusitanos funcionavam, também, como uma forma de contestação dos pernambucanos aos portugueses.

Na segunda metade de oitocentos novamente ocorreu uma manifestação de cunho antilusitano, desta vez em Goiana, a segunda cidade mais importante de Pernambuco à época, principal centro produtor de cana-de-açúcar da Mata Norte e entreposto comercial que

¹¹³ CARVALHO, 2003, p. 230.

¹¹⁴ CÂMARA, 2005, pp. 159-160.

¹¹⁵ BPECB. VIANNA, Luiz Pereira. *Colecção de Poesias Patrióticas Liberais Brasileiras Recopiladas dos Jornaes desde o anno de 1826 até 1851*, nº 3, 1851 / nº 4 e nº 6, 1852.

¹¹⁶ Indicamos ao leitor o texto de Márcia Berbel publicado em István Jancsó (org) - *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC, Editora UNIJUÍ, FAPESP, 2003, sob o título: *Pátria e patriotas em Pernambuco (1817-1822): nação, identidade e vocabulário político*. Nele a autora trabalha com as formas de identificação: nacional, étnica, social, política, entre outras, e busca compreender as relações entre esse tipo de identidade e a formação nacional brasileira, entre 1770-1850.

¹¹⁷ LESSER, Jeffrey. *A Negociação da Identidade Nacional: Imigrantes, Minorias e a Luta pela Etnicidade no Brasil*. São Paulo, UNESP, 2001.

dominava essa região¹¹⁸. O movimento ocorrido nessa cidade ficou conhecido como A *Patriotada*¹¹⁹.

A Patriotada foi resultado das *gaiatices* de Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão contra o imperador do Brasil, D. Pedro II, o qual, em 25 de maio de 1871, dirigiu-se à Europa com uma comitiva de 15 pessoas e realizou uma excursão pelo Velho Mundo. Conforme nos conta Paulo Cavalcanti, essa viagem pelas terras lusitanas trouxe uma amarga decepção ao imperador. Após realizar a excursão e retornar a Lisboa, D. Pedro II deparou-e com as críticas dos jovens escritores Eça e Ramalho. Ambos eram diretores da revista mensal “As Farpas, jornal de luta, jornal mordente, cruel, incisivo, cortante e, sobretudo, jornal revolucionário”, definiu o próprio Eça¹²⁰. Fazendo jus a essa acepção, ambos os diretores divulgavam inúmeras críticas em tom de pilhérias sobre a estadia do imperador D. Pedro II na Europa. Tais críticas foram reproduzidas pela imprensa republicana pernambucana, sendo utilizadas como uma arma política de desmoralização dos adeptos da Monarquia¹²¹.

A reprodução das crônicas das *Farpas* sobre a viagem de D. Pedro II em Pernambuco coincidiu com o retorno da comitiva do Imperador pelo Recife. A presença dessa comitiva, então, despertou as críticas publicadas em forma de poemas pela imprensa antimonárquica. Tamanhas foram elas que o pernambucano e republicano Manuel Rodrigues Pinheiro, sem a devida autorização dos proprietários das *Farpas*, resolveu publicar a produção literária de Eça e Ortigão pelo Jornal do Recife com o seguinte título: *Crônica Mensal da Política, das Letras e dos Costumes*, plagiando o tema original da revista portuguesa¹²². Esta posteriormente ficou conhecida como *Os Farpões*¹²³.

Tal fato fez com que Eça de Queiroz produzisse críticas ferrenhas contra o *plagiador*. Paulo Cavalcanti registra que foram tantas as brincadeiras de mau gosto que os leitores das *Farpas* em Pernambuco reacenderam a chama do antilusitanismo. Assim, novamente se escutou o grito de *mata-mata marinho* ecoar em Pernambuco. A imprensa pernambucana

¹¹⁸ ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004, p.191.

¹¹⁹ CAVALCANTI, Paulo. Op. Cit.; ARRAIS, Raimundo. Op. Cit.

¹²⁰ Carta de Eça ao poeta João Penha, citada por CAVALCANTI, Paulo. Op. Cit., p. 36.

¹²¹ Id., *ibidem*, p. 65.

¹²² Id., *ibidem*, p. 66.

¹²³ CÔRREA, José Soares Pinto. *Os Farpões ou Os Bandarilheiros de Portugal – Resposta cabal aos Srs. Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz autores das Farpas ou Fastos da peregrinação do S. M. o Imperador do Brasil pelo reino de Portugal*. Recife, Typographia Commercial de Geraldo H. de Miranda, Rua Estreita do Rosario, n. 12, 1872. Biblioteca do Porto (Portugal), Faculdade de Letras.

posicionou-se contra as pilhérias de Eça e Ortigão, chamando atenção para a inconveniência de se tocar em *feridas já cicatrizadas*.

Tais polêmicas assumiram proporções violentas em Goiana. Nesse período, essa cidade era o segundo município em importância econômica e social de Pernambuco e possuía cerca de trinta mil habitantes, dos quais mais de cinco mil residiam na cidade e constituíam uma população variada de comerciantes, empregados de lojas, alfaiates, ferreiros, caldeireiros, sapateiros, marceneiros e funcionários públicos. Conforme Cavalcanti, foi contabilizada nesta população a presença de 50 portugueses e 20 italianos.

Os portugueses se entregavam, preferencialmente, às atividades urbanas e possuíam os mais prósperos estabelecimentos comerciais da cidade: lojas de tecidos, armazéns de secos e molhados. Esses eram os principais concorrentes dos nacionais, os quais tentavam sob todas as formas quebrar o monopólio português no comércio a retalho, porém sem resultados favoráveis.

As discussões travadas entre os pernambucanos e os redatores da revista lisboeta despertaram e acirraram em Goiana, mais do que em qualquer parte, os velhos preconceitos de nacionalidade¹²⁴. No final do mês de julho de 1872, o antagonismo entre os portugueses, apelidados de *galegos*, e os goianenses denominados de *amarelos*, resultaram em grave agitação, batizada com ironia por Aurélio Domingues, neto de português, como *Patriotada*. Por causa desse conflito, quase diariamente eram publicados e distribuídos versinhos e quadras populares, tanto contra a imagem dos portugueses quanto dos nacionais. Num desses, os goianenses recitavam: *Marinheiros, pé de chumbo/Calcanhar de frigideira./Quem te deu a ousadia/De casar com brasileira?*¹²⁵. Respondendo-lhes disseram os portugueses: *Prá que secreto misteres/Patriota brasileiro/Dás as filhas por mulheres/Ao burro do marinheiro?*¹²⁶

As trocas de insultos resultaram no movimento social ocorrido em Goiana. “A verdade, porém, é que foi o sentimento antilusitano, espicaçado pelos insultos, das *Farpas*, o centro das manifestações dos goianenses...¹²⁷”. E foi após um jantar que reuniu “os fogosos nacionalistas” de Goiana. No dia 30 de julho de 1872, aconteceu um desfile ao som de música, de frenéticos discursos e de canções guerreiras. E por estar o comércio fechado não puderam os

¹²⁴ *A Província*, 4 de outubro de 1872. Citado por CAVALCANTI, Paulo. Op. Cit., p. 147.

¹²⁵ Id.

¹²⁶ Id.

¹²⁷ CAVALCANTI, Paulo. Op. Cit., p. 148.

manifestantes atacar os portugueses. Contudo, no dia seguinte, logo ao alvorecer, estes retornaram armados de *quiri e cipó-pau* e atacaram os portugueses, os quais fecharam seus comércios. E foram tiros, garrafadas, espancamentos em várias partes da cidade, tudo quase sempre à noite e de surpresa¹²⁸.

A violência contra o português era tamanha que muitos buscaram refúgio em casa de brasileiros amigos, outros trancaram seus armazéns de secos e molhados e lá ficaram sob a proteção de suas portas; ainda houve aqueles que se refugiaram nos canaviais, outros ainda que buscaram asilos nas igrejas e conventos. O *mata-mata* evoluiu em direção a todos os estrangeiros, e um grupo de italianos estabelecidos naquela cidade também foi atingido. A repercussão de tais acontecimentos foi imediata em todo Império. Os jornais¹²⁹ divulgavam os pormenores dos relatos de violência. O *Diário de Pernambuco* tomou partido pelos portugueses; em contrapartida, O *Democrata* e o *Comércio a Retalho* se posicionaram a favor dos goianenses, sendo este último um dos porta-vozes dos *patriotas* contra o predomínio português no comércio interno¹³⁰. Estes jornais muitas vezes exageravam na descrição dos acontecimentos, transformando quem queriam ou em herói ou em bandido.

O Governo mandou processar os *patriotas* e a repercussão desse ato gerou indisposição contra os portugueses em todo Pernambuco. A violência gerada pela duração dos acontecimentos levou alguns grandes comerciantes portugueses a deixar Goiana definitivamente; outros se afastaram da cidade e retornaram após o restabelecimento da ordem. Essa saída não foi positiva para os goianenses, pois os comerciantes portugueses levavam consigo todo seu patrimônio e isso fragilizava a economia da cidade¹³¹.

A conclusão do inquérito sobre essa situação veio a calhar com os preparativos do primeiro cinquentenário da independência do Brasil, e isso esbraseou o sentimento nacionalista levando à rearticulação dos *patriotas* em Goiana e no Recife. O cônsul português, sabedor dos planos dos *patriotas*, resolveu denunciar ao governo a conspiração, a qual já havia alcançado o município de Rio Formoso, na freguesia de Una. Tropas de linha, então, ocuparam Goiana, sendo também enviado reforço militar a Una. Para controlar os ânimos no Recife, o governo suspendeu o desfile cívico de Sete de Setembro e convidou a oficialidade para comemorar a

¹²⁸ Id., p.150.

¹²⁹ *Jornal do Recife e Diário de Pernambuco*, este último se posicionou a favor dos portugueses.

¹³⁰ CAVALCANTI, Paulo. Op. Cit. pp. 157,158.

¹³¹ Id., p. 177.

data no interior do Palácio do Governo. Assim, essa estratégia abortou o desencadeamento das violências contra os portugueses residentes na cidade¹³².

Os ânimos contra o predomínio português no comércio interno levou o jornalista Romualdo Alves de Oliveira a fazer um levantamento de quantas casas de comércio a retalho existiam em Pernambuco, contabilizando mais de dez mil em mãos de estrangeiros em 1873. No Recife, o número excedia os quatro mil, e os portugueses representavam a maioria dos proprietários. Romualdo era um ardente republicano e em 1871 publicou o livro *O Povo* em que criticava a submissão da monarquia aos interesses dos comerciantes portugueses.

Na plataforma do republicanismo pesava o antilusitanismo. Diferente das outras províncias que somente iniciaram a campanha em favor da República após a divulgação do Manifesto Republicano de 1870, Pernambuco desde as décadas de 1850 e 1860, já contava com um número de jornais e núcleos republicanos. A ala radical do Movimento Praieiro fazia parte desse movimento republicano. Ex-praieiros, como Antonio Borges da Fonseca e Affonso de Albuquerque Mello, foram peças importantes nessa campanha. Mello era um forte propagandista e, em 1864, denunciou o regime monárquico no livro *A liberdade no Brasil, seu nascimento, vida, morte e sepultura*. Mello chamava atenção para a “corrupção, fraude eleitoral, a política econômica que favorecia interesses estrangeiros, especialmente portugueses, e o estado de miséria em que vivia a maioria dos brasileiros”¹³³.

Dentre as reivindicações feitas pelos republicanos, uma nos interessa por revelar a continuidade entre o movimento republicano da década de 1870 e o movimento praieiro do final de 1840: o lusofobismo. Marc Jay Hoffnagel sobre essa discussão diz que,

*Como os praieiros, os republicanos se vestiram do manto do lusofobismo. Acusando os comerciantes portugueses radicados no Recife de especular no preço de gêneros alimentícios, explorar o preço dos aluguéis e monopolizar os empregos nas firmas comerciais, republicanos insistiam que o comércio a retalho seja restrito aos brasileiros*¹³⁴.

Acrescenta também o historiador que os republicanos exigiram, através de petições encaminhadas à Assembléia Provincial, que fosse criado um imposto especial contra os estabelecimentos dos portugueses que se recusassem a empregar os nacionais como caixeiros,

¹³² Id., pp. 178,179.

¹³³ HOFFNAGEL, Marc Jay. *Rumos do Republicanismo em Pernambuco*. In. SILVA, Leonardo Dantas (org.). *A República em Pernambuco*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1990, (pp. 158- 179), p. 160.

¹³⁴ Id.. *ibidem*, p. 166.

além de sugerirem que a imigração portuguesa se direcionasse ao campo para que o imigrante luso ganhasse sua vida como trabalhador agrícola¹³⁵.

De maneira geral, apesar de encontrarmos diferenciações na motivação inicial e/ou nos interesses dos envolvidos, os discursos e as ações antilusitanas do século XIX se respaldaram na queixa contra a hegemonia comercial dos portugueses.

Muitos portugueses resolveram se estabelecer na província de Pernambuco. E como veremos a seguir, a desconfiança e a antipatia direcionadas contra os portugueses após a Independência acabaram estimulando a organização da comunidade portuguesa em Pernambuco através da criação de associações próprias. Essas associações tinham o intuito de manter unida e fortalecida a comunidade lusa. Na segunda metade do século XIX, surgiu a primeira delas: o Gabinete Português de Leitura (fundado a três de novembro 1850). Esse, por sua vez, deu origem a outras instituições portuguesas, dentre as quais o Hospital Português de Beneficência do Recife e a Sociedade Beneficente *Monte Pio*¹³⁶ Portuguesa. Essas associações também serão objeto de estudo de estudo do próximo capítulo.

¹³⁵ Id., *ibidem*.

¹³⁶ O termo *Monte Pio* segue a grafia da do registro da associação.

II

O Gabinete Português de Leitura:

Patrimônio histórico da comunidade portuguesa em Pernambuco

O Gabinete Português de Leitura foi a primeira associação fundada pela comunidade portuguesa em Pernambuco após a independência do Brasil. Criado em 03 de novembro de 1850, posteriormente ao Movimento Praieiro (1844-1849), teve como modelo de inspiração os gabinetes europeus que surgiram depois da Revolução Francesa. Os gabinetes de leitura nasceram inspirados nas "*boutiques à lire*", que começaram a aparecer em seguida à Revolução Francesa. Era um espaço onde se podia ter acesso aos livros gratuitamente, ou quem quisesse poderia alugá-los para lê-los em sua residência. Na França, os '*cabinets*' cresceram bastante no século XIX, e entre 1819 a 1844 atingiram o auge do crescimento, aumentando de 23 para 215 salas de leituras. Posteriormente, esse número foi reduzindo-se, e em 1883 somavam apenas 118. Tal queda coincidiu com o enfraquecimento da leitura das obras de romances e o crescimento do romance-folhetim que desviou a atenção dos livros para os jornais. Ao falar dessa transformação, a Revista Universal Lisbonense definiu o século XIX como um "século tão destruidor quanto criador", pois havia destruído "a livraria e pôs no seu lugar o jornalismo. Os livros eram muita ciência para poucos homens; os jornais são um pouco de ciência para todos"¹³⁷.

Os gabinetes de leitura eram compostos por um estatuto que previa a criação de uma biblioteca de gêneros e títulos variados. Por ser uma instituição que tinha como fim o acesso à cultura letrada, o estatuto geralmente previa a formação de uma escola de primeiras letras que possibilitava aos analfabetos o acesso à leitura dos livros contidos em seu acervo. Esses

¹³⁷ Revista Universal Lisbonense s/d. Apud MATTOS, Maria de Fátima da Silva Costa Garcia de. *O Neomanuelismo no Brasil: a identificação de um estilo através da sua instituição – Os Gabinetes Portugueses de Leitura*. São Paulo: Tese de Doutorado, Escola de Comunicação e Artes – USP, 2005, p. 141.

espaços levantaram preocupação aos franceses, pois, sendo seus dirigentes politizados, orientavam os leitores conforme suas visões de mundo. No período da Restauração na França, por exemplo, o Gabinete de Leitura, por ser o principal agente de texto de todo teor foi uma influente arma política utilizada pelos burgueses parisienses no combate à monarquia restaurada¹³⁸. As informações que os livros levavam às pessoas geravam discussões e debates sobre os mais diversos assuntos. Dessa maneira, as bibliotecas transformavam-se em espaços de aprendizagem e reflexão.

Essa prática, bastante modificada, também apareceu em Portugal. Longe de ser um espaço para discussão das ideias revolucionárias francesas, essa instituição refletia as particularidades do iluminismo português. Autores como Montesquieu, Rousseau, Voltaire, D'Alembert eram tidos como revolucionários e por isso suas obras eram proibidas de circularem nesses gabinetes. O ideal de liberdade, igualdade e fraternidade, típico da Revolução Francesa, não combinava com a política colonizadora portuguesa. Pelo que consta, os gabinetes de leitura passaram a funcionar legalmente em Portugal no início do século XIX, quando em resposta à solicitação do Ministro Meaussé foi estabelecido um decreto régio concedendo licença para o funcionamento de um gabinete circulante em Lisboa. Contudo, essa licença estava condicionada às visitas permanentes de censores da Mesa do Desembargo do Paço. Tal licença revela a natureza dos Gabinetes em Portugal. Vejamo-la a seguir:

Decreto ao Conselheiro, Ministro e Secretário de Estado da repartição da Fazenda, para que Luiz Conde de Meaussé possa expor ao público nesta Capital o seu gabinete de leitura circulante.

*Sendo incalculáveis e grandes as vantagens, que devem resultar à literatura nacional do estabelecimento de **gabinetes ou bibliotecas circulantes** a exemplo do que se pratica na maior parte das nações civilizadas da **Europa**; e havendo-me suplicado Luiz Conde de Meaussé licença para expor e franquear, por subscrições, ao público **desta Capital** o seu gabinete de leitura circulante: hei por bem lhe conceder a sobredita licença; contanto que fiquem sujeitas todas as obras de que se compõe, e que for adquirindo, às mesmas Leis de **Censura**, a que estão ligadas as que vendem os mercadores de livros aqui estabelecidos; para cujo fim ordeno que a **Mesa do Desembargo do Paço** nomeie um ou dois de seus atuais e mais antigos **censores** para dirigirem e visitarem o dito gabinete, e censurarem as obras nele existentes, e que para o futuro vierem; procedendo em tudo e por tudo na conformidade do regulamento, que baixa com este, assinado pelo Conselheiro e Ministro Secretário de Estado da Repartição da Fazenda, a quem sou servido nomear*

¹³⁸ MATTOS, Op. Cit. 2005, p. 141.

inspetor-geral do mencionado gabinete circulante; ao qual serão responsáveis e ficarão sujeitos nesta parte. A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido e faça executar pela parte que lhe toca, sem embargo de quaisquer leis ou ordens em contrário. Palácio de Queluz em o primeiro de Julho de mil oitocentos e dois.

Regulamento para o gabinete ou biblioteca de leitura circulante, que Luiz Conde de Meaússé expõe ao público de Lisboa.
2- Para se evitarem delongas sempre prejudiciais e nocivas à circulação das **Luzes e conhecimentos**, cuja propagação rápida pode ser muito proveitosa à **literatura nacional**, serão obrigados os censores diretores, os quais devem ser homens de reconhecida probidade, com conhecimentos da Literatura Antiga e Moderna, e bem versados nas línguas vivas da Europa, a fazer a mais pronta revisão dos livros atuais e dos que vierem depois. [...]4- Vigiarão outrossim os referidos diretores em que não entre no dito gabinete **livro algum da classe dos proibidos** pelas Leis destes Reinos, e no caso de os descobrirem, farão imediatamente apreensão neles [...]; excetuando ex[pre]ssamente desta regra as obras de Diplomática, Estatística, Política e História do Tempo; assim como as obras de homens grandes, distintos por sua assinalada erudição [...], fazendo distinção dos leitores de mera curiosidade, e dos homens de reconhecida literatura e probidade, a quem nunca poderá ser nociva a leitura de semelhantes livros, posto que encerrem algumas passagens menos ortodoxas, escritas conforme as suas persuasões particulares. Palácio de Queluz em 1 de Julho de 1802¹³⁹.

Esses gabinetes, observando-se as restrições do documento acima, se expandiram por Portugal ao longo do século XIX.

Quanto ao Brasil, algumas evidências indicam que os primeiros gabinetes de leitura surgiram no início do século XIX. Conforme estudo de Ana Luiza Martins, o hábito de leitura neste país também esteve ligado à difusão crescente dos romances. A autora aponta que em São Paulo existiam cerca de quase duas dezenas de gabinetes espalhados pela província¹⁴⁰.

Em Pernambuco, um Gabinete Literário foi fundado em 1839. Paulo Cavalcanti¹⁴¹ cita a existência de outro Gabinete Português de Leitura em Goiana, fundado a sete de setembro de

¹³⁹ Secretaria de Estado do Ministério do Reino Notação: Caixa 687, pct. 02 Datas-limite: 1791-1809
Título do fundo ou coleção: Negócios de Portugal
Código do fundo: 59 Argumento de pesquisa: Ilustração Data do documento: 1 de julho de 1802
Local: Lisboa Folha(s): Pacotilha 2; doc. 2, folhas 2 a 4. Disponível no site: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=260&sid=39&tpl=printerview>

¹⁴⁰ MARTINS, Ana Luiza. *Gabinetes de Leitura da Província de São Paulo: A Pluralidade de um Espaço Esquecido (1847-1890)*. São Paulo, FFLCH/USP, 1990 (mimeo).

¹⁴¹ CAVALCANTI, Paulo. *Eça de Queiroz: Agitador no Brasil*. Recife: Ed. Guararapes, 1983.

1870¹⁴², sobre o qual não conseguimos informações. Além dele, existiu o Gabinete de Leitura Desembargador Francisco Luís, que foi instalado com outro nome em 24 de dezembro de 1876¹⁴³. Essa ideia de criação de um espaço para leitura se inspirava, como já dito anteriormente, nos ideais da Ilustração. Estava sua criação atrelada ao conceito de civilização. Eça de Queirós era um dos defensores de que os gabinetes de leitura representavam o ideal de civilização. Foi com base nessa quimera de *povo civilizador* e construtor da nova nação que se criou em Pernambuco o Gabinete Português de Leitura, em 1850, o qual seguiu o modelo do primeiro Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, instituído em 1837.

2.1. A criação do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco (GPLPE)

Como já abordado no primeiro capítulo, o Gabinete Português de Leitura em Pernambuco foi fruto de um contexto de combate à lusofobia. Tratou-se de uma tentativa por parte de alguns portugueses, de (re)significar a antiga e desgastada imagem de serem os portugueses sinônimo do binômio colonizador/explorador e que só se interessavam pelo lucro. Havia a necessidade urgente da não associação da imagem do imigrante luso àquela identidade colonial. Outra representação devia ser (re)construída*, e essa agora era mais positiva, pois associava-se à imagem utópica civilizadora dos gabinetes de leitura. Esse ideal é a principal base da (re)significação* da identidade do imigrante português radicado na província pernambucana.

Apesar de ter como uma das metas proporcionar o acesso aos livros, percebe-se em Pernambuco, assim como foi no Rio de Janeiro, que a criação do Gabinete Português de Leitura pretendia, acima de tudo, funcionar como uma associação de portugueses com o intuito de manter viva a tradição portuguesa, comemorando datas e feitos concernentes à pátria portuguesa. Dessa forma, os gabinetes, por representarem a cultura de uma sociedade letrada,

¹⁴² Id., *ibidem*, p. 146. Sobre esse Gabinete Português de Leitura, até onde pesquisamos, não conseguimos outras informações. A citação de Paulo Cavalcanti se apoia em relatos orais de alguns goianenses idosos.

¹⁴³ Cavalcanti não informa que outro nome foi esse.

* Ao utilizarmos o termo *(re)construir* partimos da ideia de que já existia uma identidade que representava o povo português no Brasil. Contudo, devido às transformações ocorridas nesse país e a lusofobia acentuada que acompanhou tais mudanças, uma nova representação dessa identidade precisava ser *(re)construída*, pois somente com a mudança dessa representação seria possível *(re)significar* a identidade do imigrante português. Dessa forma, os termos *(re)construir* e *(re)significar* são distintos, porém complementares nesse trabalho.

era o modelo ideal a ser apresentado à nação adotiva como uma contribuição do imigrante português à formação e aperfeiçoamento de um Brasil independente.

Em Pernambuco, o Gabinete Português de Leitura foi criado em 3 de novembro de 1850 e instalado em quinze de agosto de 1851. O médico homeopata João Vicente Martins foi o grande impulsionador da criação desta instituição. Em discurso, afirmou que a instituição foi concebida conforme os planos da diretoria do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro¹⁴⁴. “*Sob os auspícios da Divina Providencia está fundado um Gabinete Portuguez de Leitura em Pernambuco, conforme o plano e estatutos do Gabinete Portuguez de Leitura do Rio de Janeiro*”¹⁴⁵.

A narrativa feita na revista *Polyantea Commemorativa* no aniversário dos cinquenta anos desse Gabinete, no dia 15 de agosto de 1901, registrou que a primeira assembleia dessa instituição foi promovida pelo cônsul de Portugal em Pernambuco, o Dr. Joaquim José Alves Moreira e seu chanceler Miguel José Alves. A assembleia aconteceu no Teatro Apolo em 15 de agosto de 1851¹⁴⁶. Para esta reunião compareceram mais de oitenta associados que elegeram a primeira diretoria¹⁴⁷. Nesse momento, foi iniciada a recepção dos livros para a biblioteca do Gabinete, que foram oferecidos pelos membros da diretoria e por outras pessoas, sendo os livros amoldados em “uma pequena e tosca estante de pinho”¹⁴⁸.

A princípio, o Gabinete funcionou baseado no Estatuto do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. Pereira da Costa registrou nos Anais Pernambucanos a existência de

¹⁴⁴ *Diário de Pernambuco*, 15 de novembro de 1850. Apud. AREIAS, Laura & NOGUEIRA, Lucila. *Monografia do Gabinete Português de Leitura*. Recife, 2000.

¹⁴⁵ Reproduzido na *Polyantea comemorativa dos cinquenta anos do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco*. 1901, p. II.

¹⁴⁶ *O Gabinete Portuguez de Leitura em Pernambuco – 1850 – 3 de novembro de 1900. Numero especial*. Imprensa Industrial Nery da Fonseca & Com. Essa reunião se realizou no primeiro andar do prédio n. 40 da Rua da Cadeia Velha no bairro do Recife.

¹⁴⁷ Esta diretoria foi formada pelos seguintes portugueses: Dr. Joaquim Baptista Moreira, Presidente; Miguel José Alves, Vice-presidente; João Querino Aguiar, 1º secretário; Manoel Joaquim da Rocha, 2º secretário; Francisco Guedes de Araújo, tesoureiro. Essa diretoria elencada na *Polyanthea Comemorativa* de 1901 diverge em alguns cargos da apontada por Pereira da Costa nos Anais Pernambucano, vol. 10, Presidente: Dr. Joaquim Baptista Moreira; Vice: Dr. João Francisco Baptista; 1º secretário, Miguel José Alves; 2º secretário, João Quirino de Aguiar; tesoureiro, Francisco João de Barros. No Anexo B encontra-se a listagem dos sócios fundadores.

¹⁴⁸ PEREIRA DA COSTA. *Anais Pernambucano*, Vol. 10 p. 471.

um estatuto adotado em 15 de agosto de 1851 que deduzimos, através dos documentos consultados, ser o mesmo que estava em voga no Rio de Janeiro naquele momento¹⁴⁹.

O estatuto mais antigo a que tivemos acesso, o qual provavelmente foi o primeiro organizado pelos membros da instituição, foi do ano de 1855. Dele extraímos a informações referentes à finalidade do GPLPE.

Artigo 1º A instituição denomina-se GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA EM PERNAMBUCO e o seu fim é promover a instrução pelos meios seguintes:

§1º organizar uma livraria escolhida nas sciencias, litteratura, commercio e bellas artes;

*§2º subscrever os mais acreditados periódicos **nacionais** e estrangeiros, concernentes aos ramos indicados;*

*§3º colligir as obras e manuscriptos de mérito na **língua portugueza**;*

§4º promover a concorrência de outras instituições litterarias portuguezas para a reimpressão dos livros raros e impressão dos manuscriptos interessantes da mesma língua;

§5º estabelecer reuniões litterarias nas quaes oradores hábeis, por meio de discursos coordenados e successivos explique as theorias da sciencias mais indispensáveis;

*§6º concorrer por todos os meios para o progresso da letras e aperfeiçoamento literario dos associados, acceitando discutindo e votando qualquer proposta n'este sentido, e mesmo (sendo possível) estabelecendo cursos regulares de língua nacionais e estrangeiras, e **de contabilidade comercial***¹⁵⁰. (grifos nossos)

O estatuto evidenciou questões que foram externadas em um dos discursos do sócio fundador João Vicente Martins. Antes mesmo da criação dessa instituição – em 5 de outubro de 1850 –, em artigo publicado pelo periódico *O Médico do Povo*, Martins apresentou alguns dos motivos pelos quais considerava importante a criação de um Gabinete de Leitura em Pernambuco.

Um gabinete portuguez de leitura em Pernambuco

Existe ha doze annos no Rio de Janeiro um gabinete portuguez de leitura, creado por acções transmissíveis e sustentado por mensalidades dos accionistas, e de subscptores que desfrutão o uso dos livros, como os accionistas, porem nada possuem do capital, & C. isto He sabido em Pernambuco e eu so o escrevo para que seja imitado como exige a civilisação, se os portuguezes aqui estão como la, segundo eu creio, concordes e animados daquelles brios, que nunca em tempo algum

¹⁴⁹ “Fica estabelecido em Pernambuco um Gabinete portuguez de leitura por uma associação de portuguezes que se regula pelo estatuto do gabinete de leitura do Rio de Janeiro”. Periódico *O Médico do Povo*, nº 21, 24 de dezembro de 1850, p. 83.

¹⁵⁰ APEJE, *Estatuto do Gabinete Português de Leitura*. Pernambuco: Typografia Universal, 1855, p. 1.

portuguezes desmentirão, de apresentar-se em toda parte dignos do nome que tem herdado e que vão legando.

He uma verdade, que fora rediculo negar, que alguns, e não poucos, portuguezes, que vem para o Brasil, trazem um bom cabedal de amor e habito do trabalho, mas vem desprovidos de uma instrucção litteraria, e esses mesmos não tardão em tomar, como podem alguma pequena instrucção entre os companheiros de trabalho. E como por outro lado não são em numero extraordinário os portuguezes que vem para o Brasil possuindo instrucção vastíssima; e como esses sejam de ordinário os que menos trabalhem para elevar até juntos de si os mais ignorantes; deu origem ao gabinete portuguez de leitura, como uma escola pratica, spontanea, jacobista.

Os resultados dessa instituição forão:

1º sociabilidade mais desenvolvida e muito atenciosa e dócil pelas freqüentes reuniões de sócios no gabinete para fins muito honestos e elevados, quaes o estudo novo e o aperfeiçoamento das nações já adquiridas;

2º a emulação decente e nobre entre sócios, querendo cada qual sem deprimir os outros equiparar-se aos melhores e por ventura excede los á força de estudo e preserverança;

3º a emancipação da intelligencia, procurando cada qual instruir-se sem recorrer aos outros, e por emulação deixando de seguir os methodos vulgares, creando para si cada qual seu methodo mais fácil com o louvável fim de avantajarse no desenvolvimnto de sua intelligencia, o mais precioso dom que Deos confere aos homens;

4º o respeito com que estranhos, que há pouco tinham de os accusar de serem ignorantes ou poucos instruídos, os tratão já agora, respeito muito melhor merecido para homens que a si sómente devem o seu engrandecimento intellectual e uma instrucção superior, que lhes era vedada e conquistarão;

5º finalmente como remate o mais precioso a caridade com que de seu grêmio fizeram nascer a sociedade portugueza de beneficência.

Porque razão os portuguezes de Pernambuco não hão de imitar os portuguezes do Rio de Janeiro fundando um gabinete de leitura?

Os que estiverem de accôrdo nestas ideas reunão-se por subscripção, e se lhes mereço algum conceito, visto como tenho feito a diligencia de ser útil a meus patrícios, mandem-me entregar as listas que subscreverem; e quando excedam a duzentos os números dos subscriptores para tão útil instituição reunir-nos-hemos em sociedade, e debaixo da proteção das leis fundaremos um gabinete de leitura, que bem dirigido, como será por sem duvida, pelas pessoas que para isso forem eleitas pela sociedade, em poucos anos rivalisará com o do Rio de Janeiro e poderá dar os mesmos resultados.

Recife, Rua do Apollo n. 24, 4 de outubro de 1850.

João Vicente Martins.

Dessa forma, compreende-se que o gabinete foi fundado também para proporcionar aos imigrantes portugueses autonomia para adquirir os conhecimentos necessários ao seu melhor desempenho nas atividades comerciais. Deriva daí o desejo de criar o curso de contabilidade comercial. Mas, além disso, é inegável a sua finalidade associativa, unindo os portugueses num contexto de lusofobia acentuada.

A condição para se associar ao Gabinete Português de Leitura de Pernambuco foi estipulada nas categorias dos associados: “accionistas, subscriptores, correspondentes e honorários¹⁵¹”. Cada qual possuía direitos e deveres, todos discriminados no Estatuto da Instituição. Aos sócios *acionistas* exigia-se a qualidade de ser cidadão português, além de residir na cidade ou nos subúrbios até cinco léguas. No parágrafo segundo do capítulo terceiro, afirmava que estes deveriam “ter bom procedimento moral e civil, quinze annos de idade pelo menos e meios lícitos de subsistência”¹⁵². Esses eram, de fato, os que possuíam o poder de decisão na instituição¹⁵³.

Os *subscriptores* poderiam ser tanto senhoras portuguesas como estrangeiros de ambos os sexos, sendo-lhes também exigidas as qualidades expostas no parágrafo segundo do capítulo terceiro, exceto no que se refere à idade.

Os *correspondentes* precisavam residir fora da Província, além das qualidades exigidas aos sócios *acionistas* (§2º do 3º capítulo).

Os sócios *honorários* poderiam ser “as pessoas quér dum quér d’outro sexo, sem distinção de nacionalidade, que offerecem ao Gabinete uma produção sua de reconhecido mérito, impressa ou manuscrita, em sciencias, litteraturas ou artes”¹⁵⁴. Saliente-se que, apesar desta abertura e aceitação de sócios não portugueses, somente aos que se enquadravam na categoria de *acionistas*, os quais eram obrigatoriamente homem e português, caberiam todas as decisões e a presidência da Instituição.

O Estatuto discriminou em doze capítulos todas as incumbências do Gabinete, distribuindo as obrigações entre os seus respectivos sócios, determinando as multas e delitos que acarretariam na expulsão dos contraventores.

Art. 28. Deixa de ser sócio:

§ 1º. O que perder qualquer das condições da sua admissão

*§ 2º. O incurso nas ultimas partes dos arts. 19, 22.*¹⁵⁵

§ 3º. O perturbador da ordem nas discussões e reuniões da Assembléa Geral, conselho Deliberativo e Directoria.

¹⁵¹ Estatuto do Gabinete..., 1855, p. 3.

¹⁵² Id., *ibidem*.

¹⁵³ Id., *ibidem*.

¹⁵⁴ Id., *ibidem*.

¹⁵⁵ O artigo 19º referia-se ao regulamento interno da Instituição sobre o uso dos livros. Quem o violasse “a directoria[...] punirá os transgressores, privando-o da lectura por espaço de três mezes pela segunda, e excluindo-o do Gabinete pela terceira, sendo em todos os casos obrigado a indemnisação do prejuizo causado”. O artigo 22º referia-se a venda das acções.

§ 4º. *O que praticar actos offensivos do decoro e respeito que deve constantemente reinar entre todos os membros do Gabinete.*

§ 5º. *O que desattender insultante e acintosamente aos funcionários do estabelecimento.*

§. 6º. *O convencido de extravio voluntário de fundos, ou de qualquer objecto do estabelecimento.*

Art. 29. *O julgamento dos sócios terá lugar perante a directoria; aquelles porém, a cujo delicto corresponda a pena de exclusão terão recurso para o Conselho Deliberativo, sendo em todos o caso previamente avisados, e só julgados á revelia quando não comparecerem nem allegarem motivo justificado.*

Art. 30. *Aquelle que pela Directoria for reprovado para sócio, só poderá ser novamente apresentado para o mesmo no fim de seis mezes depois e sendo regeitado por três vezes não poderão mais pertencer ao Gabinete. Também não poderão mais pertencer se forma excluídos em virtude dos §§1º e 6º do artigo 28.*¹⁵⁶

No penúltimo artigo, nº 64 do último capítulo do Estatuto, determinou-se que seria comemorado no dia 15 de agosto¹⁵⁷ o aniversário da instituição. O estabelecimento deveria ser “ornado e preparado convenientemente”. A cerimônia começava pelas dez horas da manhã e dela participavam todos os sócios, de qualquer classe social. O diretor recitava um discurso adequado ao motivo da reunião, podendo cada um dos sócios ler composições em prosa ou verso referentes aos mesmos assuntos. Finalizada, dissolver-se-ia a reunião. Das três da tarde até às vinte e duas horas o estabelecimento ficava aberto para recebimento dos visitantes.

João Vicente Martins em um de seus artigos se queixou que alguns portugueses eram exploradores de seus conterrâneos. Isso porque uns *pobres moços* que vinham de sua aldeia eram impedidos de estudarem. Esses portugueses aproveitavam-se dos serviços desses rapazes por dois e até quatro anos ou mais, e logo que percebiam que estes haviam adquirido algum conhecimento os dispensavam “sem lhes pagar soldada algum, antes fazendo-lhes contas de gram-capitão, de sorte que ainda elles lhe ficão devendo alguma cousa”. Martins considerou tais portugueses como sendo portugueses “somente de nome”, não possuidores do caráter dos portugueses. Eram esses que punham obstáculos “mais ou menos directo no estabelecimento do gabinete portuguez de leitura, e ha tal entre elles que expressamente tem prohibido a seus

¹⁵⁶ Id., p. 8.

¹⁵⁷ Atualmente se comemora o Aniversário do Gabinete no dia 3 de novembro, apesar das datas se diferenciarem ambas, dia 3 de novembro e 15 de agosto são especiais para a comunidade portuguesa, a primeira porque nela se instalou o GPLPE e a outra porque foi nela que oficialmente se deu pontapé inicial para que se firmasse a instituição.

caixeiros de fazer parte desse gabinete”¹⁵⁸. Martins, em tom de desabafo, antes de partir para o Rio de Janeiro, disse: “Elles ganhão muito em me ir eu embora, porque os havia de collocar no pelourinho da imprensa com seus nomes prenomes apelidos e alcunhas”¹⁵⁹.

Conforme o discurso de Martins, o Gabinete era instituído para promover a instrução desses pobres moços recém-chegados que muitas vezes serviam como uma espécie de escravo. A instituição deveria aperfeiçoar a educação de todos, ao mesmo tempo em que proporcionasse uma distração *honestíssima*. De acordo com os relatos expostos, para se atingir uma quantidade razoável de associados consideravam-se também aqueles que não tinham alcançado um patamar elevado na escala social da comunidade portuguesa. Além disso, em um dos artigos de acusação publicado pelo periódico pernambucano *O Século*, em 30 de janeiro de 1851, se apontou ironicamente o Dr. João Vicente Martins de estar cassando português pelos matos para criar o Gabinete.

Analizando todos os discursos relacionados à criação dessa instituição, desde a queixa de Martins quanto à adesão de alguns portugueses “indignos” de sua pátria até a sua preocupação em amparar os “pobres moços” explorados por tais portugueses, bem como a crítica ao Martins feita pelos nacionais a satirizar seu empenho na criação do Gabinete, pode-se inferir que, de fato, essa associação inicialmente foi heterogênea quanto ao *status* social de seus associados. O estatuto do Gabinete Português de Leitura traduzia os valores que eram tidos como basilares à aceitação de seus associados. Apontando sempre para os valores morais que dignificavam a identidade do imigrante português e, conseqüentemente ampliando os referenciais positivos de se tornar sócio do Gabinete. Nesse sentido, Barth diz “que pertencer a categoria étnica implica ser um certo tipo de pessoa que possui aquela identidade básica, isso implica que se reconheça o direito de ser julgado e de julgar-se pelos padrões que são relevantes para aquela identidade”¹⁶⁰.

Durante o período de 1850–1921 os estatutos passaram por cerca de quatro reformulações, mas o objetivo da instituição sempre foi mantido sem alterações. No estatuto de 1862, por exemplo, as alterações se restringiram a alguns artigos do capítulo II que tratava da *composição do capital do Gabinete, seus rendimentos e fundos de reserva, denominações* e a algumas exigências para ser admitido na instituição. Além disso, o sócio acionista passou a ser

¹⁵⁸ *O Médico do Povo*, nº 21, Rio de Janeiro, 24/dez/1850, p. 83.

¹⁵⁹ *Id.*, p. 84.

¹⁶⁰ POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998, p. 195.

chamado sócio efetivo¹⁶¹. Na realidade, sempre que se achava necessário o grupo dirigente adequava alguns artigos às demandas da instituição.

A sede do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, que funcionou inicialmente na Rua da Cadeia Velha, posteriormente passou para a Rua do Imperador onde funcionou em três prédios diferentes, até que em 1912 passou a ocupar um prédio próprio nessa mesma rua¹⁶². A Rua do Imperador era situada no bairro mais importante da cidade do Recife e isso agregava mais valor à instituição.

2.1.1. A Biblioteca

No século XIX possuir uma biblioteca particular era um indicativo de alto nível cultural e social. Da mesma forma, considerava-se que uma instituição pública que primasse pela organização de uma biblioteca valorizava o conhecimento, expressando respeito aos livros que eram os portadores dos saberes. Além disso, quem frequentava esses espaços de saberes criava vínculos sociais com uma elite influente na esfera política e social. Possuir esse *status* era positivo para quem queria se sobressair como referencial de modelo de civilização.

A biblioteca do Gabinete Português de Leitura passou a funcionar no dia 15 de agosto de 1851. Ela foi tão importante para a comunidade portuguesa que durante muitos anos a comemoração de aniversário do Gabinete foi feita na data de sua instalação, em 15 de agosto de 1851, e não no dia da criação, a 3 de novembro de 1850.

Inicialmente essa biblioteca foi formada por doações e empréstimos dos associados como demonstra o documento abaixo:

Ilm. Sr. Director do Gabinete Português de Leitura

Os sócios abaixo assignados com a maior satisfação veem assistir a abertura deste Gabinete e tendo de ocupar a attenção de V. S., lhes cumpre primeiro louvar o zelo e diligencia da Ilustríssima Directoria, que V.S. tão dignamente preside, com que se empenha para levar a effeito tão util como digna instituição.

Sentem os abaixo assignados não ter obras de mais valor, mas para affoutar (sic) os demais sócios a concorrerem com os que tiverem a seu alcance, eles

¹⁶¹ *Estatuto do Gabinete Português de Leitura em Pernambuco*, 1862. Typ. Commercial de G. H. de Mira. Rua Estreita do Rosário, n. 12.

¹⁶² PEREIRA DA COSTA. *Anais Pernambucanos*. Vol. 10, p. 471. Foram desapropriadas três antigas casas térreas para a construção do prédio atual.

se atrevem a offerecer á sociedade do Gabinete, para poderem requerêl-as quando lhes forem precisas para seu uso particular.

Suas occupaões (tomando-lhes quase todo tempo) não privam aos abaixo assignados de offerecer a esta sociedade sua leal coadjuvação em quanto lhe possa ser útil. E teem a honra de assignar com todo respeito.

De V. S^a

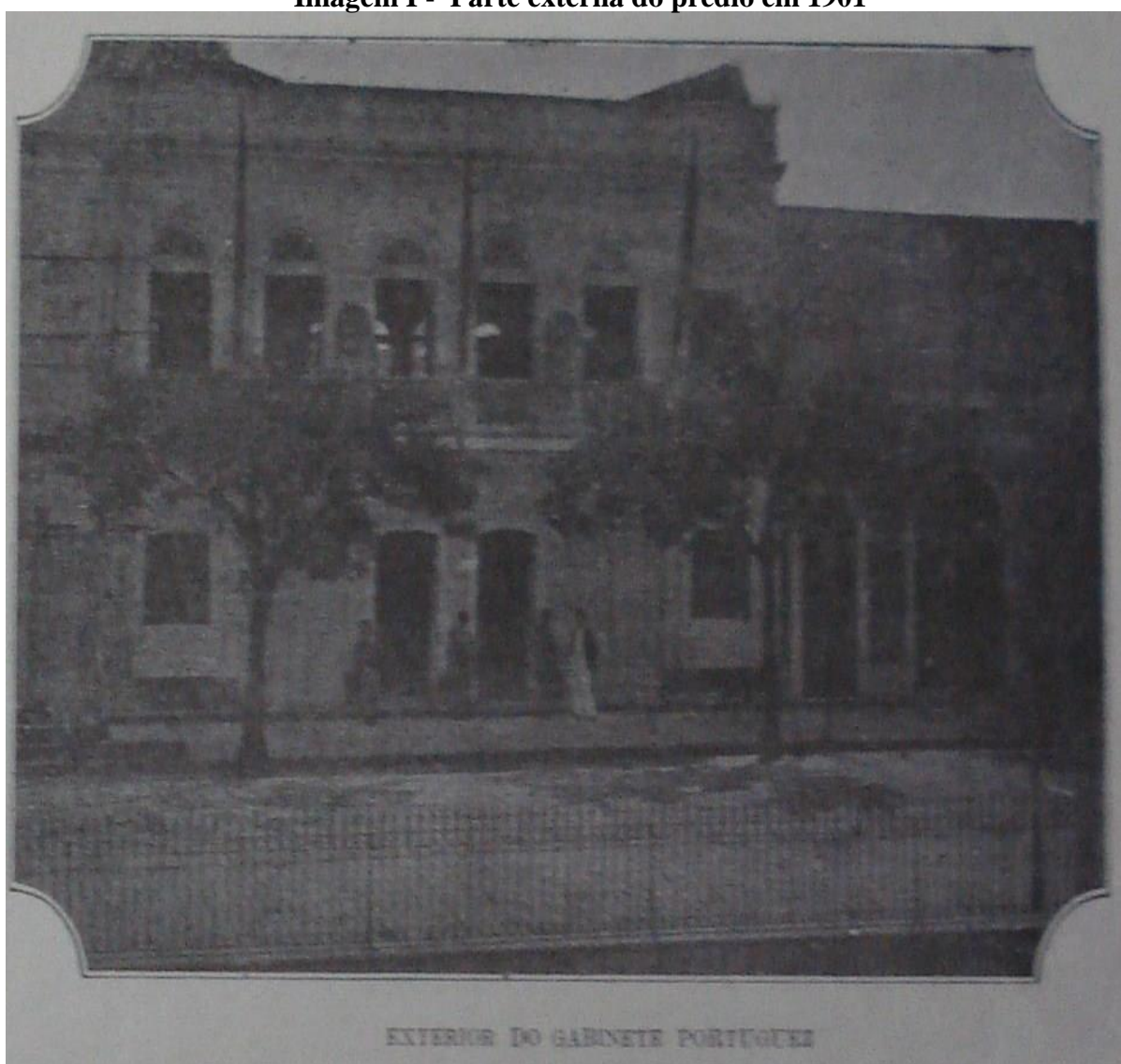
(...)

Pernambuco, 15 de agosto de 1851

Francisco Ignácio Tinoco de Sousa

João dos Santos Tinoco de Sousa .

Imagem I - Parte externa do prédio em 1901



FONTE: Revista Commemorativa dos 50 anos de instalação do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, 1851-1901, p. 1.

Segundo registro, esses dois ofertantes eram comerciantes conceituadíssimos da Praça do Recife e doaram os seguintes livros:

7	vols	– <i>Archivo Popular</i> ;
4	“	– <i>Judeo Errante</i> ;
8	“	– <i>Matilde</i> ;
10	“	– <i>Mystérios de Paris</i>
10	folhetos	– <i>Mystérios do Povo</i> ;
4	vols	– <i>O Piloto</i> ;
2	“	– <i>Annales de Tacite</i> ;
2	“	– <i>História Universal</i> ;
1	“	– <i>Arte de Furtar</i> ;
1	“	– <i>Raphael</i> ;
1	“	– <i>Historia do Brazil (compendio)</i> ¹⁶³ .

O *Almanach de Pernambuco* de 1916¹⁶⁴ registrou que em 1853 foi realizada a primeira exposição do Gabinete, no dia 15 de agosto, onde foram expostos dois mil volumes. Em 10 de outubro de 1880, um relatório informava que a biblioteca já contava com 7.182 obras em 15 mil volumes. No início do século XX, esse número já passava dos 20 mil exemplares¹⁶⁵.

O horário de funcionamento da biblioteca do Gabinete era divulgado nos jornais e periódicos: das 16 h às 22 h, “exceto nos dias de chegada dos vapores do sul e da Europa, em que será aberto às 10 horas da manhã”¹⁶⁶. Eram nesses dias que havia mais movimento no bairro, pois a chegada de vapores indicava novidade. É provável que, devido ao aumento do fluxo de pessoas o Gabinete fosse mais procurado, ou quem sabe, por ser a maioria de seus associados ligados ao comércio, ele se tornava sede para as novidades trazidas pelos viajantes das embarcações. A biblioteca era composta de algumas obras de vários jornais e revistas: brasileiros, portugueses, espanhóis e franceses, que eram regularmente recebidos pelas embarcações que vinham da Europa.

O valor da biblioteca sempre aparecia como forma de exaltação da comunidade portuguesa. No cinquentenário do Gabinete, por exemplo, uma reportagem em homenagem à

¹⁶³ *O Gabinete Portuguez de Leitura em Pernambuco – 1850 – 3 de novembro de 1900. Numero especial.* Imprensa Industrial Nery da Fonseca & Com.. A presença entre os livros doados ao Gabinete de um compendio sobre a História do Brasil demonstra o interesse em se fazer notar o respeito dos portugueses aos brasileiros.

¹⁶⁴ *Almanach de Pernambuco*. Julho/1916.

¹⁶⁵ Relatório de 10/10/1880, relatando a ações da diretoria no período de 1º de outubro de 1879 a 30 de setembro de 1880 e *Polyanthea Comemorativa*, op. Cit.

¹⁶⁶ Secção de Avisos. *A Imprensa*, s/p, 26/ ago/1851.

associação intitulada “A influência do livro” exaltava o poder do livro, afirmando que a biblioteca era espaço de evocação das ideias, dos sentimentos e das ações dos mortos.

E’até certo ponto, um cemitério, mas um cemitério de redevivo, aos quais consultamos, com quem palestramos na mais serena intimidade e dos quaes tiramos os mais proveitosos fructos, sem que de nós elles venham exigir condição alguma em troca dos serviços que nos prestam.(...) Há o bom e o máo livro, há o livro opportuno e o livro inutil, há o fastidioso e o ligeiro, há o livro de pura sciencia e o recreativo. Todos elles são bons amigos, - porque nem mesmo os de más idéas devem ser in limineexcluidos, - todos eles podem fornecer o cabedal de que se precise no momento¹⁶⁷.

De fato, sendo o Gabinete a primeira associação de portugueses em Pernambuco, o espaço de sua biblioteca tornou-se uma espécie de “*porto seguro*” dos encontros entre os conterrâneos portugueses. De seu interior muitas novidades se espalhavam entre a comunidade portuguesa e pernambucana; ali seus frequentadores se informavam sobre os fatos corriqueiros, bem como políticos, além de usufruir das enriquecedoras leituras dos livros e jornais do seu acervo.

Contudo, o relatório¹⁶⁸ apresentado pela diretoria, em outubro de 1880, registrou que as condições dos livros no acervo da biblioteca eram lamentáveis, alguns livros raros estavam em péssimo estado devido às traças. Nesse relatório encontra-se o primeiro registro de organização do arquivo em pastas onde foram colocados em ordem todos os ofícios e demais documentos importantes que contam a história desta instituição. Infelizmente esses documentos e os demais que os sucederam se perderam em um incêndio ocorrido naquela biblioteca na primeira metade do século vinte, destruindo grande parte deles.

¹⁶⁷ CARREIRO, Carlos Porto. *A influencia do livro*. In. *Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, 50º aniversario, 1901*. p. IV.

¹⁶⁸ Relatório apresentado a Assembléia Geral do Gabinete Português de Leitura em Pernambuco, pela Diretoria do mesmo em outubro de 1880. Typ.de Manoel Figueroa e Faria & Filhos., 1880.

Imagem 2 – Parte interna da Biblioteca do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, 1901.



FONTE: Revista Commemorativa dos 50 anos da instalação da Biblioteca do Gabinete Português de Leitura, 1951-1901, p. 1.

2.2. O patrono do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco

Quando o *Diário de Pernambuco* publicou, em 1884, um artigo intitulado “Esboço Cronológico da História Pernambucana”, no qual se atribuía a paternidade do GPLPE ao Dr. João Vicente Martins, o comendador Miguel José Alves logo se apressou em “restabelecer a verdade do fato”¹⁶⁹. Numa carta datada de 29 de agosto do mesmo ano, o comendador esclarecia que em maio de 1850 lembrara-se ele do proveito que faria a adiantada cidade do Recife e a colônia portuguesa da criação de um gabinete de leitura como o erguido na capital do Império, Rio de Janeiro. À vista disso, o comendador relatou que consultou alguns amigos sobre o projeto, encontrando tanto adesões sinceras como também “incrédulo inoportuno e não sei que mais”¹⁷⁰. O comendador Miguel José Alves disse que nessa época o médico Sr. João Vicente Martins veio ao Recife propagar o tratamento homeopático. E foi então que ele teve a oportunidade de falar sobre o assunto com João Vicente Martins, o qual se propôs colaborar com sua ideia¹⁷¹. Em certo trecho da carta, o comendador afirmou que era verdade o que dizia, possuindo testemunho de três cavalheiros que presenciaram tal fato, os quais vivenciaram com ele aquele momento e ainda residiam na cidade. Essas testemunhas eram o médico Dr. Pedro de Ataíde Lôbo Moscoso e os negociantes Manuel Joaquim da Rocha e Francisco João de Barros. Ainda citou o Sr. Dr. Joaquim Baptista Moreira, que era naquele tempo o cônsul de Portugal no Pará.

Agora que os que lerem esta carta, sendo antes desconhecedores dos fatos, ficam deles orientados com segurança de provas e testemunhas, poderá dizer-se que o Sr. João Vicente Martins foi inaugurador do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco? creio que não.

*Se a iniciativa lhe não pertence, e a inauguração também não foi somente dele, à sua definitiva fundação e organização, já o Sr. Martins não estava em Pernambuco...*¹⁷²

Conforme salienta Pereira da Costa, a carta não teve contestação alguma. Todavia, quando se publicou em 1900 e 1901 a revista comemorativa da celebração do cinquentenário do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, o português. Sousa Pinto atribuiu ao Dr.

¹⁶⁹ PEREIRA DA COSTA. *Anais Pernambucano*, vol. 10, p. 472.

¹⁷⁰ Id. *ibidem*.

¹⁷¹ Id. *ibidem*.

¹⁷² Id. *ibidem*, pp. 473, 474.

João Vicente Martins o mérito de ser um dos fundadores da instituição. O retrato desse médico permanecia (e ainda hoje permanece) em lugar de destaque no GPLPE. Já o comendador Miguel José Alves, chanceler do consulado de Portugal, apesar de ter seu retrato na instituição, não figurava entre os fundadores, mas sim como um homenageado pelos serviços realizados na instituição¹⁷³.

Esse depoimento do comendador remete à crise gerada pelo tráfico ilegal dos portugueses no escandaloso caso do Patacho Arrogante, que foi assunto do capítulo primeiro¹⁷⁴. O comendador Miguel José Alves era naquele ínterim o vice-cônsul português em Pernambuco e constava como um dos denunciados, juntamente com o cônsul Joaquim Baptista Moreira, envolvido com a questão do tráfico da escravidão branca. Talvez, presumimos, esse tenha sido um fato que manchou sua imagem, derivando disso o *esquecimento* de sua participação como fundador, apesar da lembrança de sua contribuição para a instituição. Trata-se de uma conjectura que pode lançar uma luz sobre a comunidade portuguesa, pois a escolha de Alves poderia manchar uma instituição pretendida como símbolo da *grandiosa Nação Portuguesa* no Recife. Por outro lado, o médico homeopata João Vicente Martins, pelo seu histórico de dedicação às causas de beneficência, projetava uma imagem mais positiva perante a sociedade pernambucana e a portuguesa.

2.2.1. João Vicente Martins: de médico do povo a patrono do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco

A vida de João Vicente Martins foi marcada pelo altruísmo. Martins (1808-1854) nasceu em Portugal e lá se formou em Medicina. Veio para o Rio de Janeiro e se uniu a Benoit Mure¹⁷⁵ na divulgação da homeopatia no Brasil. Os dois criaram o Instituto Homeopático Brasileiro, em 1843, e a Escola Homeopática Brasileira, em 1845, e também estabeleceram

¹⁷³ Id., *ibidem*.

¹⁷⁴ Subitem 1.1.2..

¹⁷⁵ Benoit Jules Mure, um francês conhecido como Bento Mure, veio para o Rio de Janeiro em 21 de novembro de 1840 na barca francesa Eole a qual trouxe mais de cem famílias francesas. Mure foi discípulo de Hahnemann e seu objetivo inicial era introduzir a doutrina social de Charles Fourier, com o apoio do governo brasileiro de D. Pedro II. Buscou instalar um “phalanstero” – para formar a base de uma comunidade industrial de máquinas a vapor em conformidade com as idéias de Charles Fourier no interior de Santa Catarina, mas esta não vingou. Voltou para o Rio de Janeiro, onde iniciou o ensino, a prática e a propagação da homeopatia. Seu primeiro discípulo no Brasil foi o médico português João Vicente Martins, que viajou ao Norte e Nordeste para difundir os novos conhecimentos. Informações extraídas dos sites: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v13n1/02.pdf> e http://www.cesaho.com.br/publicacoes/arquivos/artigo_40_cesaho.pdf

mais de 26 locais de assistência ambulatorial. Naquela época, os médicos homeopatas eram os principais profissionais de saúde no atendimento à população carente. Por isso, Martins era chamado de *médico dos pobres*.

Entre os meses de novembro de 1848 e março de 1849, João Vicente Martins escreveu artigos nos jornais onde chamava a atenção da população para o risco de uma epidemia do cólera. Martins colocou à disposição os medicamentos homeopáticos como forma de tratar a doença na Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro. Da mesma forma, em 1850, devido ao surto de febre amarela que se propagou por várias cidades do Brasil, esse médico disponibilizou através do Instituto Panecástico do Brasil (1847), o tratamento gratuito aos pobres recolhidos na enfermaria de São Vicente de Paulo¹⁷⁶. Este instituto foi fundado e sustentado pela Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro. Em meio ao surto de febre amarela, Martins organizou o Hospital de Mata-Cavalos para servir à comunidade portuguesa do Rio de Janeiro. Por sua dedicação a tais causas passou a ser chamado de “anjo salvador de uma cidade condenada”. Ele era um ícone para a comunidade de portugueses no Brasil, um exemplo a ser seguido¹⁷⁷. Esse seu empenho nas causas que envolviam a população de condições desfavoráveis o levou a propor à Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro, em fevereiro de 1850, a utilização dos medicamentos homeopáticos como solução para o tratamento clínico da febre. Além disso, recomendou a criação de mais hospitais os quais pudessem proporcionar o tratamento homeopático, porém deixar-se-ia que o doente escolhesse se queria o tratamento homeopático ou o alopático. Sua insistência nessa causa, bem como sua defesa incisiva pela homeopatia acompanhada da crítica à medicina alopática, levou-o a ser ameaçado de deportação.

Não obstante, a vida de João Vicente Martins não se restringiu apenas às causas da medicina homeopática. Em 1850, veio visitar Pernambuco, e nessa província estimulou a criação do Gabinete Português de Leitura tendo sido decisiva sua atuação na instalação dessa

¹⁷⁶ O Instituto Panecástico do Brasil através de João Vicente Martins influenciou os membros da Igreja Católica resultando na criação da Irmandade de São Vicente de Paulo, uma das primeiras congregações de caridade instituídas na França. Essa instituição, em 1848, considerando que se fazia necessário se dar “exemplo vivo da caridade cristã” solicitava o auxílio à população pelos jornais em prol dos doentes pobres, órfãos ou velhos abandonados. Em julho de 1849, foi instalada a primeira Irmandade de São Vicente no Brasil, vindo da França irmãs de caridade. (RIBEIRO, Mário Antônio Cabral. *História da Homeopatia no Brasil*, 2008. Disponível no site: http://amhb.org.br/media/docs/Historia%20da%20Homeopatia%20no%20Brasil_geral.pdf).

¹⁷⁷ AREIAS, Laura & NOGUEIRA, Lucila. *Monografia do Gabinete Português de Leitura*. Recife, 2000, pp. 18-19.

instituição. No periódico *O Médico do Povo*¹⁷⁸, que circulou no Rio de Janeiro e em Pernambuco, ele descreveu como se deu o processo de criação do Gabinete e expôs as dificuldades de convencer alguns patrícios que demonstravam naquele momento pouco interesse na criação da instituição.

Contudo, apesar da resistência de alguns portugueses, Martins conseguiu, com a ajuda de outros tantos, tornar real a criação do Gabinete de Leitura em Pernambuco. Sua participação na criação dessa instituição ganhou críticas ferrenhas, conforme reportagem de *O Século*¹⁷⁹. Um dos artigos desse jornal, ao se referir à criação do Gabinete Português de Leitura, acusou Martins de estar catando portugueses pelo mato para criar esse Gabinete. Desse artigo, pode-se deduzir que não somente os portugueses, mas também os opositores desses conceberam o médico João Vicente Martins como a figura principal na criação do Gabinete.

2.2.2. Sobre a presença de João Vicente Martins na cidade do Porto

A presença de João Vicente Martins sempre foi marcada pela dedicação às causas sociais. Quando esteve na cidade do Porto, em 1852, cogitou logo em tratar de estimular a criação de creches com o intuito de prestar um serviço à sua pátria. Conforme narrativa do próprio Martins¹⁸⁰, sua intenção, ao aconselhar a criação de Creches nas principais cidades de Portugal, era para acudir as *infâncias desvalidas* daqueles que careciam de uma assistência para melhor viver. Sugeriu que fossem chamadas para Portugal algumas irmãs da Caridade de S. Vicente de Paulo para que estas pudessem gerir as creches, como já ocorria nas nações da França e da Inglaterra. Martins estava convencido de que essa era uma das formas de combate à miséria, a qual já era uma ameaça manifesta na nação portuguesa¹⁸¹. Essa ideia não trouxe consigo boa impressão a alguns portugueses. Estes logo associaram as creches a instituições avessas à religião e à família, invenção republicana ou comunista, uma *escola de ladroeira*¹⁸². Apesar disso, Martins continuou a defender a criação dessas creches, asseverando serem estas instituições *cristãs e civilizadoras*¹⁸³. Em seu favor bradaram muitos, inclusive Camillo

¹⁷⁸ Periódico criado por João Vicente Martins (1810-1854) e Sabino Olegário Ludgero Pinho (1820-1869).

¹⁷⁹ APEJE. *O Século*, 30 de janeiro de 1851.

¹⁸⁰ Appenso ao *Braz Tisana*, nº 403, 29/10/1952, p. 01.

¹⁸¹ Id., *ibidem*.

¹⁸² Id., *ibidem*.

¹⁸³ Id., *ibidem*.

Castello Branco, que exaltou a atitude de Martins em sair do Brasil para Portugal com o intuito de criar tão nobre instituição.

E, apesar das divergências, a Creche S. Vicente de Paulo foi fundada a 21 de novembro de 1852 num prédio de número 17 da Praça da Trindade, na cidade do Porto, sob a proteção do bispo do Porto D. Jerónimo José da Costa Rebelo. Nascia, assim, a primeira creche de Portugal, com o intuito de favorecer as mães pobres que careciam de trabalhar e que muitas vezes, por não existir o apoio devido ou até mesmo por não terem com quem deixar seus filhos pelo fato de a necessidade de trabalhar lhe ser vital acabavam por abandoná-los, deixavam-nos sós e eles, em várias ocasiões, acabavam sendo mortos por “animais que as pisavam ou as devoravam”¹⁸⁴.

O historiador Jorge Fernandes Alves¹⁸⁵ cita Martins no rol dos *brasileiros* que muito contribuíram para a criação de instituições que beneficiaram a população portuguesa, como o primeiro instituidor e presidente da Associação da Creche de S. Vicente de Paulo no Porto e enfatiza que essas creches surgiram em zonas operárias, onde as mulheres eram solicitadas a trabalhar fora de casa.

Depois desses fatos, pouco se sabe sobre a vida de Martins, exceto o que ele mesmo diz no *Braz Tisana* ao responder aos seus oponentes. Disse que voltaria ao Brasil e fundaria creches nas províncias do Rio de Janeiro e da Bahia com a ajuda das irmãs de S. Vicente de Paulo, as quais já atuavam no Brasil nos hospitais desde 1849. João Vicente Martins veio a falecer no Rio de Janeiro em 1854.

2.3. Instituições florescentes: do literário ao social

O Gabinete Português de Leitura era um espaço de discursos literários, e serviu também como um lugar de deliberações que orientavam as ações da comunidade portuguesa de Pernambuco. Nas reuniões ordinárias e/ou extraordinárias foram tomadas decisões que visavam atender melhor à comunidade portuguesa. Foi numa dessas reuniões que os associados decidiram criar um hospital que atendesse, principalmente, à comunidade portuguesa residente na província pernambucana.

¹⁸⁴ *Braz Tisana*, nº 411, 09/11/1852 p. 06.

¹⁸⁵ ALVES, Jorge Fernandes. *Os “Brasileiros” Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Universidade do Porto, Portugal, 1993, p. 382.

A motivação primaz para criação do Hospital Português do Recife foi a perspectiva de um surto da cólera. Conforme Mello e Menezes (1997), a cólera se expandiu a partir da Índia, e por volta de 1830 atingiu a Europa. Chegou ao Brasil em 1855 em um navio que aportou no Pará. Em seguida, a epidemia alcançou a Bahia através de outro navio vindo também da Europa, e chegou a Pernambuco em 1856 pelo interior matando 37.586 pessoas. Na capital da província pernambucana, nos meses de fevereiro e março, a epidemia atingiu o seu ápice com mais de cem mortes diárias, totalizando 3.338 vítimas fatais¹⁸⁶.

Em 9 de setembro de 1855, uma comissão que visava atender aos portugueses indigentes e que receava que ocorresse em Pernambuco o mesmo que sucedera na Bahia, se reuniu no GPLPE e decidiu instalar um hospital¹⁸⁷. Para tal, foi criada uma Comissão Portuguesa de Beneficência encarregada de organizar e implantar o Hospital. Em 14 de setembro de 1855, foi remetido ao presidente da província pernambucana um convite para a instalação do Hospital Português¹⁸⁸, que aconteceria no dia 16 de setembro de 1855. Essa data tinha um significado forte para os portugueses, pois foi nela que D. Pedro V, o filho primogênito de D. Maria II e D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha, subiu ao trono¹⁸⁹.

O festejo da instalação ocorreu no salão do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, estando presentes diversas autoridades, representantes do clero, do exército, da

¹⁸⁶ MELLO, Virginia Pernambucano & MENEZES, José Luis Mota. **Real Hospital Português de Beneficência de Pernambuco**. Recife, 1997, p. 31. Em 1850 já havia ocorrido um surto de febre que vitimou principalmente os estrangeiros. Alguns registros apontam que devido a preocupação com a *moléstia da febre* em 21 de fevereiro de 1850 o vice-cônsul português, Sr. Joaquim Baptista Moreira informou que chegara de Portugal a barca portuguesa “Bracharense”, procedente do Porto. A dita barca trouxera grande número de portugueses, uns ficariam em Pernambuco e outros desembarcariam na Corte. Como estava reinando na Província pernambucana a *peste* e, sendo as principais vítimas os estrangeiros, por não estarem habituados ao clima. O vice-cônsul rogou ao Presidente da Província que quando o navio chegasse ao porto fosse entregue ao capitão do mesmo um ofício para que seu mestre não desembarcasse nenhum passageiro português que estivesse vindo ao país pela primeira vez, evitando desse modo, o sacrificio dos mesmos pela febre. Deveriam-se conduzir tais passageiros a Corte do Rio de Janeiro, último destino do navio. Pois, os que vinham pela primeira vez eram, geralmente, as principais vítimas dessa epidemia. (APEJE. *Diversos Cônsules*. 21/02/1850, fl. 118). Essa experiência foi lembrada no discurso de instalação do Hospital Português de Beneficência do Recife pelo presidente da comissão de instalação deste hospital. (GPLPE. *DISCURSOS citados no ato da instalação solemne do Hospital Português Provisorio de Pernambuco em 16 de setembro de 1855 Dia da Aclamação do Senhor D. Pedro V, mandados publicar pela Comissão Portuguesa de Beneficencia em benefício do mesmo Hospital*. Recife, Typographia Universal, Rua do Collegio, n. 18, 1855, pp. 1).

¹⁸⁷ Ofício sobre a criação do Hospital Português. Diversos. 14/09/1855 e 18/09/1855. APEJE..

¹⁸⁸ Convite ao presidente da província para a inauguração do Hospital Português, 14/09/1855. Diversos, folha. 128. APEJE.

¹⁸⁹ GPLPE. *Discursos citados no ato da instalação solemne do Hospital Português Provisorio de Pernambuco em 16 de setembro de 1855 Dia da Aclamação do Senhor D. Pedro V, mandados publicar pela Comissão Portuguesa de Beneficencia em benefício do mesmo Hospital*. Recife, Typographia Universal, Rua do Collegio, n. 18, 1855, pp. 1, 3.

sociedade civil. O Dr. Almeida Soares de Lima de Bastos discursou sobre o perigo da cólera que estava na iminência de acontecer. Na sua fala, o médico lembrou a todos os presentes a necessidade da concretização do hospital num sermão em que apelou para a providência divina, demonstrando o cuidado de Deus com seus desvalidos, e também ao patriotismo dos conterrâneos: “Não foi de balde, Senhores, (com quanto prazer o digo!), que apellamos para o vosso patriotismo: não foi de balde, que invocamos a vossa caridade”¹⁹⁰. Conforme Bastos, o Hospital era erguido “sob os mais felizes auspícios, e inaugura nos fastos de nossa historia humanitaria mais um padrão de gloria para os brios portuguezes”¹⁹¹.

O general José Inácio de Abreu e Lima, um dos principais líderes da Revolução Praieira, estava entre os convidados ilustres para a solenidade de instalação do Hospital Português. Seu discurso se fundamentou na *virtude cristã da caridade*. Com base no princípio do cristianismo, fez uso da figura de Cristo e defendeu que a caridade, além de ser uma virtude cristã, era uma necessidade social, um reflexo da “presença de Deus em todos os actos da vida humana”¹⁹². Elevou a atitude da Comissão Portuguesa de Beneficência em seu gesto de caridade cristã ao se preocupar com seus irmãos e disse que os portugueses, sendo hóspedes em Pernambuco, deveriam honrar “a nossa hospitalidade, cumprem que se mostrem dignos della pelas suas virtudes, pela sua delicadeza, pela união entre si, por esse mutuo respeito que devem consagrar, para que se estenda até nós”¹⁹³.

Inicialmente o Hospital Português funcionou, provisoriamente, no salão do Gabinete¹⁹⁴. Em 22 de setembro de 1855, a Comissão apresentou duas localidades para a instalação de um prédio para o hospital português: um sobrado sito à Rua Corredor do Bispo, que pertencia ao farmacêutico Joaquim Ignácio Ribeiro, e o outro, no Largo da Soledade, propriedade dos herdeiros do finado Francisco da Silva. Em 2 de novembro desse mesmo ano foi escolhido o sobrado do Corredor do Bispo¹⁹⁵. Em 18 de novembro foi inaugurado efetivamente o Hospital Português de Beneficência em um sobrado alugado ao norte da Rua Corredor do Bispo, onde

¹⁹⁰ Id., *ibidem*, p. 6.

¹⁹¹ Id., *ibidem*.

¹⁹² Id., *ibidem*, p. 12.

¹⁹³ Id., *ibidem*, p. 14.

¹⁹⁴ APEJE. Comissões Diversas, DII – 14/09/1855, fl. 128.

¹⁹⁵ APEJE. DIVERSOS II, 22/11/1855, fls. 132, 135.

hoje se situa o último trecho da Rua do Príncipe. O prédio localizava-se em frente de um amplo terreno que depois foi ocupado pela Praça Adolfo Cirne e pelo Parque Treze de Maio¹⁹⁶.

Entre os meses de fevereiro e abril de 1856, a epidemia da cólera atingiu o ponto mais alto em Recife. Nesse período, o Hospital Português comunicou à população pernambucana que devido à invasão da doença na cidade estava com as portas abertas a todos, sem distinção de cor ou nacionalidade¹⁹⁷.

Em 2 de julho de 1856, o rei de Portugal, com a intenção de demonstrar o apoio do Estado português a esta instituição em terras brasileiras, resolveu colocar esse hospital sob sua proteção através de um alvará. Essa proteção foi ratificada em 1862, e em 7 de novembro de 1907, fazendo juz à mesma, o rei D. Carlos I concedeu o título de Real ao Hospital Português de Beneficência de Pernambuco¹⁹⁸.

Após o surto epidêmico da cólera, a comissão se empenhou em procurar um terreno definitivo para um novo hospital. Em outubro de 1857, a comissão foi examinar uma propriedade localizada na Boa Vista, o Sítio do Cajueiro. De acordo com a descrição, esse sítio era situado numa localização que oferecia uma série de vantagens: às margens do Capibaribe, possuía um clima arejado, existindo disponíveis bons banhos de rio, com viveiros de peixes, fruteira, e outras fontes de alimentos. Os imóveis que se localizavam às margens desse rio, do trecho que ia da Madalena até a Várzea, eram sofisticados e serviam tanto para moradia como para veraneio. Uma nota do *Diário de Pernambuco* mencionou que a direção do Hospital Português não podia ter feito melhor negócio, pois o local era de fato adequado aos doentes, “visto como ali se encontra excelente edifício, ar puro, recreio e até mesmo banho. Enfim, foi uma bela aquisição”¹⁹⁹.

A diretoria do Hospital cuidou logo de construir uma capela dedicada a São João de Deus, que era o padroeiro dos hospitais, dos doentes, dos moribundos e dos enfermeiros. A capela foi inaugurada em 1859 por ocasião do quarto aniversário do hospital. O Capelão que assistia aos pacientes deveria ser preferencialmente português, devendo ser também responsável pela administração do serviço interno hospitalar, dos enfermeiros, das enfermarias, da higiene. A partir de 1908, essa tarefa ficou sob a competência de religiosas oriundas da Itália

¹⁹⁶ MELLO & MENEZES, Op. Cit., p. 35.

¹⁹⁷ APEJE. Comunicado de 08/02/1856. DIVERSOS. fl. 302.

¹⁹⁸ MELLO & MENEZES. Op. Cit., p. 37.

¹⁹⁹ Apud. MELLO & MENEZES. Op. Cit., p. 42. (s/d)

para trabalhar na instituição²⁰⁰, pois após 15 de setembro de 1907 a junta administrativa do hospital contratou quatro irmãs da Congregação das Filhas de Santana para vir ao Brasil auxiliar na administração do Hospital. Isso porque a congregação tinha como finalidade assistir aos doentes e dedicar-se à educação feminina.

Em 11 de julho de 1858, numa Assembléia Geral, foi adotado o Estatuto do Hospital Português. Seus fins eram claros, constando que a instituição era um estabelecimento de caridade, destinado essencialmente ao tratamento dos súditos portugueses indigentes, de ambos os sexos e de qualquer idade, domiciliados na província. Seu sustento, sua administração e movimento econômico corria por conta de uma associação composta de portugueses domiciliados na província pernambucana.²⁰¹

Era assim uma associação de portugueses, os quais contribuía com quantias em dinheiro no ato de sua adesão à mesma e pagavam mensalmente uma taxa de associado. A esses competia votar e serem votados em Assembleia Geral.

A Junta Administrativa do Hospital era eleita em Assembleia Geral composta por um provedor, que era o chefe da associação e superintendente de administração; um vice-provedor; dois secretários; um esmoler, que corresponde hoje à função de tesoureiro; e dezoito mordomos, a quem competia auxiliar os serviços do provedor e demais membros da Junta em períodos de escalas semanais alternadas.

O Hospital atendia aos doentes agrupando-os em diferentes classes. Doentes particulares de primeira e segunda classe eram os portugueses com condições econômicas para arcar com os gastos dos tratamentos no Hospital. Os de primeira classe possuíam o direito a quarto separado ou a uma sala especial, além de serem servidos com os melhores utensílios do estabelecimento. Com a permissão do provedor, estes podiam dispor junto a si de um criado ou escravo. Já os doentes de segunda classe ficavam em enfermaria, mas eram tratados com “decência”. Os pacientes de terceira classe eram os indivíduos pobres, portugueses reconhecidamente indigentes. Estes eram atendidos gratuitamente na enfermaria geral do Hospital e o tratamento era pago pela associação e rendimento do Hospital. Ainda existiam os de quarta classe, os escravos. Eles ficavam em enfermaria separada do corpo principal do edifício e suas despesas eram pagas pelos seus proprietários.

²⁰⁰ MELLO & MENEZES. Op. Cit., pp. 44, 45.

²⁰¹ *Estatuto do Hospital Português de Beneficência do Recife*, 1858. Capítulo I, Artigos 2º e 3º.

O Hospital possuía farmácia e um boticário que preparava as receitas prescritas pelo médico. Essa farmácia funcionou de 1855 até 1884, quando, a partir de uma recomendação da saúde pública, foi proibido que as farmácias particulares fornecessem medicamentos. A equipe de funcionários do Hospital era composta por médicos, enfermeiros, serventes, barbeiros, encarregados da cozinha e da dispensa, além do capelão e dos escravos. Os aposentos do hospital proporcionavam aos pacientes uma biblioteca, banhos mornos, bem como de uma ponte do lado do rio que servia de passagem para os doentes tomar banhos no rio²⁰².

Além do Hospital Português, a comunidade lusitana radicada em Pernambuco criou a *Associação Beneficente Monte Pio Português*, em 1864; a *Associação Beneficente Portuguesa*, em 8 de dezembro de 1872, que inicialmente foi denominada *como Associação Portuguesa de Beneficência dos Empregados no Comércio e Indústria de Pernambuco*; e o *Grêmio Caixeiral Thomaz*²⁰³ Ribeiro.

Em meio ao crescimento dessas associações portuguesas surgiu a proposta de unificá-las em apenas duas. Esta proposta partiu primeiramente do provedor do Hospital Português, em 1877, que solicitou a todos os membros da junta administrativa do Hospital que procurassem convencer todos os portugueses estabelecidos no Recife da conveniência de inscreverem seus caixeiros como sócios do hospital, como também de irem incitando nas associações a ideia da fusão de todas as associações em apenas duas úteis e necessárias: Hospital Português e Gabinete de Leitura²⁰⁴.

Essa ideia não foi levada adiante. Mas quando o Gabinete Português de Leitura comemorava seu cinquentenário, ela ressurgiu. O português Sousa Pinto, em artigo publicado na *Revista Comemorativa* dos cinquenta anos do Gabinete, escreveu artigo de três páginas refletindo sobre “A fusão das Associações portuguesas em Pernambuco” e redesenhou todo percurso glorioso da comunidade portuguesa no Estado, chamando atenção para o momento de crise que as associações portuguesas vivenciavam. Somente o Hospital Português de Beneficência, dentre as associações portuguesas, era digno de admiração e vivia sem aperto. As demais instituições lutavam com dificuldade para se sustentar e isso as estava enfraquecendo. Viviam de um passado glorioso, mas o momento apontava para seu último suspiro. A crise das associações se devia ao fato de a colônia portuguesa ter diminuído em Pernambuco, reflexo do

²⁰² MELLO & MENEZES, Op. Cit., p. 55.

²⁰³ O nome *Thomaz* segue a grafia de seu registro na associação.

²⁰⁴ Apud. MELLO & MENEZES, Op. Cit. p. 51, 54.

resultado da crescente imigração portuguesa para as colônias africanas. Um dos sinais desse declínio era, segundo ele, a redução das atividades mercantis exercidas pela comunidade portuguesa em Pernambuco.

Aqui no Recife, parece que a nossa asserção – a que, aliás, por falta de dados positivos, não damos um rigor mathematico – é sufficientemente comprovada por esse facto característico: o augmentar successivo do elemento brasileiro no trafico mercantil da localidade. N’um passado ainda não muito remoto, o commercio desta capital, especialmente o de retalho, era na quase sua totalidade representada por casas portuguezas²⁰⁵.

À comunidade portuguesa faltavam os meios de sustentar um grande número de associações. Para exemplificar sua tese, Sousa Pinto ofereceu o seguinte exemplo:

O Gabinete Português de Leitura (...) tem por fim promover o desenvolvimento intellectual e concorrer para o progresso moral dos seus associados, diffundindo por elles os conhecimentos uteis, por meio de conferencias, sessões litterarias e scientificas, estabelecendo aulas nocturnas, sustentando uma bibliotheca escolhida e empregando quaesquer outros meios adequados e eficazes.

(...) Entretanto, não lhe foi possível até agora promover regularmente conferencias e sessões literárias e scientificas, nem abrir aulas para ensino e educação de seus associados ou de quem tenha necessidade de frequentar-as. A realização completa desse magnífico programma exige dispêndios avultados, que um numero cada vez mais resctricto de sócios não podem proporcionar de forma alguma²⁰⁶.

Logo em seguida, Sousa Pinto apontou para a solução. Segundo ele, “bastaria que todas as associações portuguezas n’esta cidade passassem a constituir uma só, exceptuando sempre o Hospital de Beneficência”²⁰⁷, pois este era próspero e vinha prestando excelente serviço.

Souza Pinto descreveu o dispêndio para uma pessoa se manter sócio das associações portuguesas. Além do Hospital Português e do Gabinete Português de Leitura, ainda existiam, como foi citado anteriormente, mais três instituições: o *Monte Pio Português*, a *Associação de Beneficência* e o *Grêmio Caixeiral Thomaz Ribeiro*. Para se associar à primeira se dava 10\$000

²⁰⁵ Gabinete Português de Leitura. *Revista Comemorativa*, 15 de agosto de 1901, pp. I, II, III.

²⁰⁶ Id., *ibidem*, p.III.

²⁰⁷ Id., *ibidem*.

de entrada e a mensalidade de 2\$000; para a segunda a jóia de entrada era de 25\$000 e a mensalidade de 1\$000; para a terceira, 10\$000 e a mensalidade de 1\$000; e para a quarta a jóia de entrada era de 15\$000 e a mensalidade de 2\$000. O dispêndio a quem quisesse participar de todas as associações era de 60\$000 em quotas e 6\$000 mensais, sem contar com a do Hospital, o qual era o preferido pelos tratamentos que proporcionava aos seus associados.

Pensar em unir as associações não era sinal de falta de patriotismo²⁰⁸, asseverava Sousa Pinto, pelo contrário mostrava a unidade da comunidade. A fusão resultaria num novo grêmio que cuidaria em respeitar o cumprimento dos deveres peculiares de cada grupo que existia. Essa poderia ser chamada de *Sociedade Portuguesa de Litteratura, Instrução e Beneficencia em Pernambuco* e devia contemplar os principais dispositivos de todos os estatutos em vigor das associações que constituísse a *liga*²⁰⁹. Dessa forma, Sousa Pinto acreditava que ocorreria um aumento do quadro social e dos meios destinados aos fins da nova associação e, conseqüentemente diminuiria o dispêndio dos associados. Em relação aos capitais de cada uma das associações e sua utilização no novo Grêmio, Souza Pinto sugeriu que, assim como no Gabinete e no *Monte Pio*, os capitais não pertenceriam a nenhuma das associações, mas seriam “o patrimônio commum dos sócios de todas e, mais largamente, de todos os membros, presentes e futuros, da colonia portugueza n’esta cidade”²¹⁰. Ao encerrar sua proposta, Sousa Pinto usou a frase de Lamennais: “A união faz a força”.

Outro português, conhecido como Carmo Luso, na comemoração dos 50 anos da biblioteca do Gabinete exaltou a seriedade da instituição em festividade, ao mesmo tempo em que criticou as demais “agremiações” portuguesas que, segundo ele “por ahi pullulam, ora nos jornaes dando-nos conhecimento dos seus bons discursos, ora convocando reunião, que quase sempre não se effectuam a falta de numero”²¹¹. Continuando sua crítica, afirmou que eram infrutíferos os resultados dessas agremiações e que somente lucravam os donos dos prédios onde as mesmas se localizavam, pois recebiam suas mensalidades. A partir de então, Carmo Luso defendeu a ideia de fusão das associações portuguesas, pois seria melhor uma única associação forte do que várias que nada faziam²¹².

²⁰⁸ “O remedio que apontamos não é tal que repugne ao patriotismo ao bom senso da colônia portugueza”. Idem, *ibidem*, p. III.

²⁰⁹ Sousa Pinto se referiu ao novo Grêmio ao final de sua fala como se fosse uma *liga*.

²¹⁰ Id., *ibidem*.

²¹¹ Id., *ibidem*, p. XI.

²¹² Id., *ibidem*, p. XII.

Essa proposta, apesar de não vingar em sua totalidade, resultou na incorporação da Associação Portuguesa de Beneficência em Pernambuco logo após a fusão desta com a *Sociedade Beneficente Monte Pio Português* ao Hospital Português de Beneficência, no início do século XX²¹³. As demais instituições deixaram de existir e outras surgiram, como o Clube Português, em 1927. O Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, contudo, permaneceu em seu percurso, perseguindo a meta de um prédio grandioso como os erguidos em Portugal. Essa questão será também discutida no capítulo seguinte.

²¹³ *Estatuto do Real Hospital Português de Beneficência em Pernambuco*. Aprovado em Sessão de Assembléia Geral Extraordinária, no dia 21 de março de 1937, p.6.

III

(Re)significação de uma identidade portuguesa:

O Gabinete Português de Leitura de Pernambuco

A identidade do imigrante português foi alvo de discussões diferenciadas das demais etnias que se estabeleceram no Brasil devido ao passado colonial que ligava ambas as pátrias. O povo português que vivia na província pernambucana, como abordado no capítulo primeiro deste estudo, permaneceu com uma imagem atrelada ao passado colonial. Sua identidade era definida através do binômio colonizador-explorador das riquezas nacionais. Para se deslocar desta imagem os lusitanos, representados nesse estudo pelo Gabinete Português de Leitura de Pernambuco (GPLPE), buscaram (re)construir uma imagem a qual se baseou no binômio imigrante-construtor²¹⁴ para o progresso e civilização da nação brasileira.

Seguindo esse percurso de análise, este capítulo se propõe compreender as variações discursivas produzidas pelos integrantes do GPLPE no processo da (re)significação da identidade do imigrante português radicado em Pernambuco. Para isso, elegemos alguns momentos da história dessa instituição que consideramos relevante ao entendimento desse processo. Entre as décadas de 1850-1860, busca-se compreender as variações dos discursos em torno da definição da identidade do imigrante português e a percepção dos nacionais na delimitação das fronteiras estabelecidas pelos representantes do Gabinete Português. A partir da década de 1870, entrou em cena a “preocupação” com a formação étnica da nação brasileira, e nessa discussão o português passa a ser apresentado por alguns intelectuais como um referencial positivo para o desenvolvimento da nação brasileira. A partir de 1880, com a comemoração do tricentenário camoniano, novos elementos foram inseridos na representação da comunidade portuguesa em Pernambuco, e essa representação culminou com a construção do atual prédio do Gabinete. É pautado nessa lógica que este estudo procurou analisar as

²¹⁴ Por construtor entenda-se contribuidor.

variações dos discursos produzidos pelo próprio português no processo de (re)construção dos discursos que (re)significaram sua identidade em Pernambuco entre os anos de 1850 e 1921.

3.1. O Gabinete Português de Leitura e a sociedade pernambucana: delimitando as fronteiras identitárias

Logo após as últimas manifestações da Praieira (1849) se instalou na província pernambucana o Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, no dia 3 de novembro de 1850. Como já visto no capítulo anterior, os Gabinetes de Leituras tornaram-se comuns em alguns países da Europa Ocidental. Esses gabinetes, por representarem conhecimento letrado, transformaram-se em espaços que proporcionavam *status* a seus criadores, bem como aos seus frequentadores. Ao optar pela criação de um Gabinete de Leitura no Brasil, os imigrantes portugueses empenhados em sua formação (re)significaram a instituição numa associação que, além de se apresentar como espaço de saber, estabelecia os laços de pertença e solidariedade entre os portugueses residentes no Brasil e, especificamente, em Pernambuco, província que está sendo estudada nesta pesquisa.

O período de criação do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco foi um momento em que o sentimento antilusitano reinava nos discursos produzidos tanto pelos portugueses quanto pelos pernambucanos. Ao refletir sobre esses discursos antiportugueses, é possível compreender os pormenores da fala de João Vicente Martins, quando apresentou o Gabinete Português de Leitura aos pernambucanos. Martins, inicialmente, abandonou os percalços com que se deparou ao buscar a ajuda de alguns portugueses residentes em Pernambuco e considerou, conforme ele mesmo disse, apenas o seu desejo e de uns poucos portugueses de ver nascer a instituição. Depois de vencidos os primeiros obstáculos no seio da própria comunidade lusa, ele ponderou os aspectos positivos dessa comunidade em seu discurso de instalação.

Martins frisou que a comunidade era uma demonstração da união dos portugueses residentes na província pernambucana e também a expressão do respeito para com a nação que os havia gerado, ou seja, Portugal. Dessa forma, esses portugueses podiam ser considerados tanto merecedores de ter como pátria-mãe Portugal, quanto dignos da hospitalidade que o Brasil lhes oferecia. Ao apresentar o Gabinete Português de Leitura como uma constatação do

sentimento fraterno que deveria unir os portugueses aos brasileiros, Martins reagia aos discursos radicais que apregoavam a quebra do monopólio português no comércio pernambucano, bem como reagia ao discurso que denominava como “desagradável e maléfica” a presença dos portugueses em Pernambuco. O sócio-fundador Dr. João Vicente Martins fez questão de evidenciar que o Gabinete Português de Leitura era um ato nobre da demonstração do afeto e do respeito dos seus conterrâneos aos pernambucanos. A “tática” de defesa discursiva não se fez sob a égide da acusação e justificativa, mas sob a retomada das ações positivas de seus compatriotas para com os pernambucanos. Ao dizer que se congratulava naquele momento com os “Srs. Pernambucanos porque recebem desta associação de portugueses, tão nobre em seus fins, mais uma certeza que não desperdiçavam a sua hospitalidade com estrangeiros ingratos, que só queiram desfrutar o país sem plantar nele árvore nenhuma que dê bons frutos”²¹⁵, Martins externou três questões de suma importância para sua comunidade.

A primeira dizia respeito à apresentação da criação de uma instituição com fins nobres, explicitamente civilizatórios. E assim sendo, o embasamento do discurso antilusitano caía por terra; a segunda é que os pernambucanos não estavam desperdiçando sua hospitalidade com “estrangeiros ingratos”. Por fim, Martins fez questão de associar o Gabinete Português de Leitura a uma “árvore frutífera” e útil à sociedade pernambucana. Atacavam-se, assim, nesse discurso, três acusações sofridas pela comunidade portuguesa e fazia sobressair os lusos como povo civilizado, nobre, grato e útil aos pernambucanos. Nesse sentido, o Gabinete foi apresentado como o órgão pacificador, uma prova cabal da boa intenção dos lusitanos em terras pernambucanas. A ingratidão apregoada pelos que nutriam a xenofobia se esvaía frente a esta instituição.

O discurso de João Vicente Martins, que denominamos aqui como “introdutório”, a discussão que pretendia a (re)construção de uma identidade portuguesa em Pernambuco primou pela negociação identitária e ratificou todas as contribuições da comunidade portuguesa aos pernambucanos. Martins evitou o conflito e o embate contra o posicionamento dos nativistas. Ao destacar que a instituição era “uma demonstração bem clara dos sentimentos de fraternal amizade que unem os portugueses com os brasileiros”²¹⁶, ele fez questão de enfatizar que esses

²¹⁵ *Diário de Pernambuco*, 12 de novembro de 1850. APUD, AREIAS, Laura & NOGUEIRA, Lucila. *Monografia do Gabinete Português de Leitura*. Recife, 2000

²¹⁶ Id., *ibidem*.

portugueses possuíam bens que foram adquiridos “à custa de tantas fadigas”²¹⁷. Ressaltando que a prosperidade dos comerciantes portugueses era o fruto do seu empenho. Saliente-se, no entanto que, apesar da alegação da fraternidade que unia as duas nações, Martins colocou os portugueses na categoria de estrangeiros. Eram unidos pela fraternal amizade oriunda da pátria-mãe que também havia “concebido” o Brasil, mas eram diferentes: estrangeiros, numa nação irmã concebida por eles mesmos.

A conjuntura vivida pelos portugueses foi contemplada em todos os aspectos no discurso de fundação do GPLPE. Ao expressar a identidade coletiva do seu povo, Martins demonstrava preocupação com a orientação de sua fala. Essa articulação serviu como tese para a negociação identitária, pois através da alocação da irmandade se retomava as narrativas do passado e endossava-se a continuidade do grupo. Pelo que vimos, essa foi a principal estratégia na negociação identitária utilizada pelos integrantes dessa instituição naquele período.

É perceptível que no discurso o uso das semelhanças ecoava também em diferenças. Em resposta às acusações que sofriam buscou-se a negociação. Às agressões respondeu-se com a retórica da fraternidade. Eram todos, os lusos e pernambucanos, filhos da *nação briosa*, ou seja, de Portugal. No contexto da continuidade discursiva antilusitana, as diferenças eram, de certa forma, negadas. Entretanto, isso não significou a descaracterização do grupo; pelo contrário, implicou as estratégias da negociação das fronteiras identitárias.

Ao afirmar que em torno do Gabinete Português de Leitura os portugueses demonstravam-se dignos da nação a que pertenciam, Martins fez uso da memória, do passado comum entre seus conterrâneos para assim formalizar a associação portuguesa em Pernambuco. Fátima Araripe²¹⁸, ao analisar o papel da memória, diz que o ser humano por estar situado em um ambiente que contém um volumoso mecanismo do passado, ele busca nesse mecanismo aquilo que melhor se adegue ao seu próprio fim. Dessa forma, a memória é utilizada “para se obter uma identidade e laços de pertencimentos com a comunidade onde se insere”²¹⁹. Além disso, o enfoque no parentesco de serem frutos da “Nação briosa” trazia à tona o saber histórico, evocando-se a memória como suporte necessário à legitimação de tal assertiva.

²¹⁷ Id., *ibidem*.

²¹⁸ ARARIPE, Fátima M^a A.. *Do patrimônio cultural e seus significados*. Campinas: Transinformação (artigo) 16: (2), 111-122, maio/ago, 2004.

²¹⁹ Id., *ibidem*, p. 114.

Enquanto participantes de um grupo, homens e mulheres levam consigo um sentimento de pertença com o tempo, o lugar e as pessoas que formam esse grupo. E o Gabinete Português de Leitura foi uma instituição que adquiriu um significado coletivo para seus membros. Apresentava-se como lugar imbuído de sentidos; um lugar que se pretendia identitário, relacional e histórico²²⁰. Identificava os lusos como diferentes, pertencentes à comunidade de origem, porém isso não os impedia de que se relacionassem com os brasileiros. Era possível que estes transpassassem as fronteiras sem que com isso *perdessem* sua identidade. Fredrik Barth expõe que “se um grupo conserva sua identidade quando os membros interagem com outros, isso implica critérios para determinar a pertença e meios para tornar manifestas a pertença e a exclusão”²²¹.

Nessa perspectiva, o Gabinete ao ser criado assumiu a característica de uma comunidade simbólica, sentida por seus integrantes como extensão de sua pátria, não no sentido territorial, mas simbólico. Contudo, essa forma de apresentação do Gabinete Português de Leitura aos pernambucanos foi posteriormente refutada em um artigo publicado no periódico *Echo Pernambucano*, reproduzido pelo *O Século*. O artigo reflete a percepção de uma parcela dos pernambucanos, que denomino como *nacionais*, no que se refere à criação da instituição. Por considerarmos o artigo autoexplicativo, transcrevêmo-lo na íntegra a seguir.

O Gabinete Litterario Portugez

Quando por aqui se espalhou a noticia de que o Sr. João Vicente Martins tinha criado nesta província um gabinete litterario portugez, pouco apreço demos a isso, entendendo que sendo poucos os portugezes que sabem ler e escrever correctamente a sua língua, e que teem alguns conhecimentos, essa instituição tinha por fim fazê los aprender alguma cousa e applicarem se a leitura: realmente não atinamos com o fim, a que parece hoje dirigir-se essa associação; mas agora em vista de certos fatos, e melhor refletindo sobre o caso, cremos que esse gabinete traz machiavelismo, e compreende mais política, do que instrucção.

Quem é o Sr. João Vicente Martins para promover a criação de um gabinete litterario em Pernambuco, e onde sómente entrem portugezes? É um senhor que tem alguma habilidade, que passa por cirurgião homeopatha, que é muito vivo; mas que não ta num caso de um litterato, que só almeja o saber, a instrucção, e que sacrifica seus dias e sua fortuna neste empenho. Mas supponha-se que Sr. João Vicente Martins é uma grande capacidade, o que é só por hypothese adimittimos, e que ama a sciencia, e por isso a

²²⁰ AUGÉ, Marc. *Não lugares: Introdução a uma sociologia da supermodernidade*. Campinas, Papirus, 1994.

²²¹ POUTGNAT, Philippe; STREIFF- FENARTE, Jocyline. *Teorias da Etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998, p. 195.

aplicação aos estudos, e gosta de vê-la progredir, ainda assim achamos um pouco extraordinário que andando por tanta parte do Brasil, só se lembrese da criação de um gabinete litterario em Pernambuco, e na quadra atual, onde é mister muito tino e circumspecção em nossas acções para não nos fazermos supeitos de pertencer á esta ou aquella política, e de promovermos a queda ou sustentação e engrandecimento deste ou daquele partido. E porque este gabinete havia ser só de portugueses? Conhecemos nessa cidade e mesmo pela província alguns portugueses muito poucos, que são homens de letras; mas a mór parte são ignorantissimos e nenhum interesse de instrucção os poderia levar á criação desse gabinete, porquanto só cuidam do commercio, que sabem, que se instituiu o gabinete litterario? Não, o fim é meramente político, ao menos assim parece a muita gente, e como era precisa em Pernambuco uma sociedade de portugueses, que executasse os planos da rua da Quitanda²²² do Rio, e as ordens do Sr. Clemente Pereira ²²³, eis o gabinete litterario criado aqui no Recife, a sociedade por consequência instalada, e tudo a caminho.

Não se persuada o Sr. João Vicente Martins, que nós o maltratamos por isso, nem que redigimos este artigo para satisfazer os seus inimigos d'arte, os cirurgiões e médicos allopathas (como agora são chamados,) que escarnecem da homeopathia, não: a redação do Echo não esta disposta a servir ás paixões de ninguém, e apreciando a medicina homeopathica pelos seus effeitos, que tem observado, não podia trazer á terreiro esta questão do gabinete litterario portuguez para assim ridicularisar a homeopathia. Não somos médicos, não temos, portanto, a necessária instrucção para darmos um voto scientifico sobre as duas medicinas, que se guerreão; mas somos inclinados a crer que a homeopathia é medicina, que cura, e que sua descoberta foi um beneficio para a humanidade.

Não tendo, pois, nada o gabinete litterario com a homeopathia, está claro que não é senão o amor de nosso paiz que nos faz apresentar estas considerações sobre a criação do tal gabinete, e para a qual há tanto empenho.

Andão emissários pelo matto procurando portugueses para o gabinete: o que é isto Sr. João Vicente? Que zelo, que desejo ardente de metter os pobres marinheiros, que vivem lá pelos engenhos e fazendas de algodão, no gabinete litterario? Sr. João Vicente, este seu gabinete litterario traz água no bico.....!

Se é, pois, verdade, como parece, que o sr. João Vicente Martins largando por momentos a medicina veio criar em Pernambuco uma associação portuguesa consinta que lhe digamos e aos que cahirão na corriola, que nada mais impolitico, extemporâneo.

²²² A Rua da Quitanda, a que se refere o artigo, era o endereço do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro. Essa relação, de que a criação do Gabinete em Pernambuco era oriunda do Rio de Janeiro não é impropriedade, pois fez parte do discurso do fundador daquela Instituição publicado no *Diário de Pernambuco* de 12 de novembro de 1850: “*Sob o auspício da divina providência! Está fundado em Pernambuco um Gabinete Português de Leitura, conforme o plano e estatutos do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.*” (grifos meus).

²²³ José Clemente Pereira, um português de Trancoso, Bispado do Pinhel, em Portugal, que vivia no Rio de Janeiro, local onde tinha ocupado elevadas funções de governo à época de D. João VI e de D. Pedro I. Este foi convidado a participar do governo de D. Pedro II em defesa do retorno à autoridade centralizada. E no Rio de Janeiro foi eleito *Provedor* vitalício da Santa Casa da Misericórdia.

Estamos todos em uma situação anormal, a sociedade brasileira, e principalmente a pernambucana acha-se deslocada, e em estado de fermentação pelos ódios dos partidos, pelas perseguições e barbáries, que se ha feito aos opposicionistas, que mal podem fallar e escrever, mas sem direito de vida e propriedade, sem garantia alguma, etc.: ora, este estado não póde durar, hade acabar por força, porque a violência é um estado extranatural: para que pois os portugueses se querem expôr e arriscar, concorrendo agora deste ou daquele modo para continuação desta compressão, que esmaga os brasileiros? Para que se metter em política no Brasil, uma terra que não é delles, que não os gosta, e onde eles podião viver bem, tratando só de seus interesses? Há em Portugal algum brasileiro, que se intrometta na política da rainha, ou do povo? Fizemos lá algum gabinete litterario? Influímos lá de modo algum para os Cabraes venção ou não venção as eleições? Não, porque rasão pois os Srs. Portuguezes lá no Brasil de metter-se a políticos, e bolirem com o que não lhes pertence?

Recuem emquanto é tempo; não fiem em ninguém, nem mesmo nos guabirus, porque quando se vivem perdidos, que lhe há de pagar o pato hão de ser os portuguezes. Senhores, vivei connosco, sem trahir-nos, sede sinceros, não leveis a população do Brasil a praticar um excesso. O conselho é prudente.

*Do Echo Pernambucano*²²⁴ (Grifos meus)

O artigo demonstra que estes *nacionais* perceberam a importância de tal Gabinete para os portugueses. A maneira como o discurso foi articulado leva-nos a deduzir que tal percepção foi uma das formas de resistência à organização das fronteiras que demarcavam o lugar da comunidade portuguesa em Pernambuco. A concepção dessa fronteira identitária, por estar inserida numa conjuntura impregnada pelo sentimento antilusitano, se revela e é revelada nas/pelas convulsões da sociedade vigente.

Assim, o discurso dita qual o lugar do estrangeiro (nesse caso o português) e o lugar do nacional na sociedade pernambucana. Violar tais limites significava traição, e isso dava respaldo a toda e qualquer reação dos pernambucanos.

Outro aspecto do artigo é que ele, ao contextualizar o surgimento do Gabinete, concebeu o mesmo como um subterfúgio para as discussões políticas, as quais, na opinião do autor, cabiam somente aos *nacionais*. Por fim, justificou-se a “preocupação” com a criação/atuação da instituição alegando-se que o cuidado com ela se fazia presente devido ao amor que se tinha pelo Brasil, ou seja, o contraponto do amor à pátria era a observação das

²²⁴ Sem autor. *O Gabinete Litterario Portuguez. O Século*, s/p, Recife, 30/jan/1851.

ações dos portugueses residentes em Pernambuco. Nesse caso, o zelo pelas questões de cunho nacional se tornava indissociável da repulsa aos portugueses.

Os discursos em torno da criação desse Gabinete expressaram tanto os caminhos percorridos pelos portugueses para se inserir na sociedade de acolhimento – sem com isso perder sua identidade – como a rejeição da sociedade de acolhimento a esses portugueses, considerados estrangeiros “*nocivos*”. Saliente-se que os termos de cunho pejorativo contra o português ainda eram fortemente divulgados pela imprensa pernambucana nesse período, questão esta já pontuada no primeiro capítulo deste estudo.

Partimos do pressuposto de que os portugueses já possuíam uma identidade que foi construída em consonância com o processo colonizador. Dessa forma, acreditamos que o Gabinete Português de Leitura foi uma instituição que se empenhou em (re)construir os discursos para (re)significar a identidade dos portugueses.

As palavras do comendador Miguel José Alves, chanceler de Portugal em Pernambuco à época da fundação do Gabinete Português de Leitura, podem ser tomadas como exemplo. Disse ele que o objetivo da instituição era o de “Unir os portugueses residentes em Pernambuco, fomentar a sua unidade moral e congregando-os no culto à Pátria Portuguesa e ao amor ao Brasil”²²⁵.

A ideia de *Pátria Portuguesa* traz à tona uma discussão de categoria étnica. Sendo a etnia aqui usada para se referir às características culturais – língua, religião, costumes, tradições, sentimento de “lugar” – que são partilhadas por um povo²²⁶. Roberto Cardoso de Oliveira²²⁷ diz que o termo etnicidade é aplicado, com valia, para a análise da interação de imigrantes em uma terra estrangeira. E é nesse sentido que os portugueses assumem a categoria de grupo étnico neste estudo.

Mas, trabalhar com o termo da etnicidade atrelado aos portugueses que residiam no Brasil torna-se complexo exatamente pelo passado colonial comum, fato diferente em relação à situação dos outros imigrantes que se estabeleceram também no Brasil no século XIX. O caso específico deste estudo são os lusos que se estabeleceram em Pernambuco, pois apesar dos conflitos discursiva que destacava o português como uma figura negativa, não se pode negar

²²⁵ AREIAS, Laura & NOGUEIRA, Lucila. *Monografia do Gabinete Português de Leitura*. Recife, 2000, p. 28.

²²⁶ HALL, Stuart. *Identidade Cultural na Pós-modernidade*. RJ: DP& A, 2000, p. 62.

²²⁷ OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *Caminhos da identidade: Ensaio sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

que as semelhanças com a comunidade receptora era notável: falava-se a mesma língua, seguia-se a mesma religião; ocorria um fluxo cultural entre a comunidade de acolhimento (pernambucanos) e a que se estabelecia (portugueses).

Geralmente é com base na diferença que um grupo mantém sua identidade, e esta, ao ser invocada, faz surgir as fronteiras. Para se compreender o significado do termo *fronteiras*, a análise de Fredrik Barth é apropriada, pois ela diferencia a cultura da identidade afirmando que:

*O que separa dois grupos étnico-culturais não é, em princípio, a diferença cultural; uma coletividade pode funcionar perfeitamente admitindo em seu seio uma pluralidade cultural. O que cria a separação é a 'fronteira', é a vontade de se diferenciar e o uso de certos traços característicos como marcadores de sua identidade específica*²²⁸. (Grifo do autor).

É certo que as categorias étnicas consideram as diferenças culturais, afirma Barth. No entanto, “as características que devem ser levadas em conta não são a soma das diferenças ‘objetivas’, mas somente aquelas que os próprios atores consideram significantes²²⁹”. Essa definição barthiana é bastante adequada para entendermos o caso do imigrante português em Pernambuco. Através dela se compreende que a etnicidade construída pelos lusos era situacional, ou seja, se adequava ao contexto vigente. Os discursos produzidos pelos integrantes do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco eram expressivos dessa situação.

A fala de João Vicente Martins exposta anteriormente, por exemplo, aponta para uma negociação identitária. Martins retoma no passado comum, o elo fomentado por esse passado. Então, com base nesse passado procurou negociar uma identidade portuguesa, a qual vinha sofrendo agressões através dos discursos antilusitanos propalados pela imprensa. Ao fazer uso da memória, Martins não somente engrandeceu sua terra natal, mas atrelou que a grandeza daquela ressoava no Brasil.

É importante registrar que, por outro lado, os brasileiros fizeram uso da memória para evocar a ideia de ser Portugal aquele que, desde o passado colonial, explorava o Brasil. Há um conflito nesse aspecto e cada evocação ao passado visava afirmar apenas os interesses das partes envolvidas. Nesse contexto, percebemos o quanto foi importante a criação do Gabinete Português de Leitura para a comunidade lusa em Pernambuco. Foi nessa instituição que os

²²⁸ APUD. CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 200.

²²⁹ POUTIGNAT & STREIFF-FENART, Op. Cit., 1998, p. 194.

lusos se mantiveram unidos, fortaleceram os laços de solidariedade entre os iguais diante do contexto vivenciado. O Gabinete aparece, dessa forma, como a instituição que formalizou os laços de pertença e solidariedade entre os portugueses em Pernambuco.

3.2. Instituições em torno das Identidades

As discussões pseudocientíficas sobre raça tornaram-se frequentes no Brasil a partir da década de 1870. Nesses debates, alguns cientistas, intelectuais e políticos ressaltavam a necessidade de aprimorar a raça brasileira. O deputado e intelectual alagoano Tavares Bastos (1839-1875), por exemplo, defendia que acabar com a escravidão e incentivar a emigração branca não eram uma questão de compaixão, mas um passo para o progresso e a civilização, pois, segundo Bastos, o negro era a causa do atraso e trazia prejuízo aos avanços da nação brasileira. Bastos se pautava nas teorias raciais em voga naquele período²³⁰.

Alguns intelectuais desse período apontaram para as afinidades dos portugueses e sua importância para formação de uma identidade brasileira civilizada. Concebia-se sua imigração em massa como sendo vantajosa para "aprimorar a raça brasileira". A "vantagem" dos lusos foi alardeada na crise de esgotamento do escravismo e em momentos de maior afluência de italianos, alemães e poloneses. Alguns intelectuais, como Silvio Romero, teceram críticas contra o sistema de colônias estabelecidas no sul do país, atacando principalmente a concentração populacional germânica por esta formar colônias que não se misturavam, tendo em vista seus valores alegadamente “estranhos” à brasilidade. Contra esse perigo, propunha-se o assentamento preferencial de portugueses nas mesmas regiões. Esse discurso fazia parte das discussões relacionadas à valorização da mão-de-obra branca no mercado de trabalho e o consequente “branqueamento” da nação brasileira no pós-independência. Conforme salienta

²³⁰ O século XIX foi palco da divulgação das teorias do arianismo, a qual teve como principal divulgador o Conde de Gobineau, que esteve no Brasil entre os anos de 1869-1870 e manteve amizade com o Imperador brasileiro. Gobineau previa que devido o cruzamento das raças em menos de duzentos anos os habitantes brasileiros estariam fadados ao desaparecimento. Outro aporte teórico que fundamentou as idéias dos intelectuais que discutiram a formação da identidade nacional foi o darwinismo social, uma teoria da evolução social que se baseava na analogia com as ciências biológicas. Distorcendo as idéias de Darwin, alguns pensadores consideravam que a presença do negro era extremamente negativa ao ideal do progresso e da civilização. Outra forma de interpretação se baseou no Evolucionismo social, o qual propunha a interpretação do desenvolvimento sociocultural do homem baseado no conceito de evolução. Nessa interpretação o ponto máximo do progresso humano era a cultura européia ocidental, as demais culturas eram consideradas primitivas.

Schwarcz²³¹, as políticas de imigração buscaram reescrever e branquear a constituição da população brasileira. Nesse panorama, vários intelectuais brasileiros se empenharam em definir as caracterizações do que era um nacional. E para sê-lo era necessário ter nascido em território brasileiro, falar idioma português e seguir a religião católica.

Para compreendermos melhor esta temática recorreremos ao Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, criado em 1837. Em sua formação, o Gabinete Português de Leitura de Pernambuco esteve ligado ao Gabinete do Rio de Janeiro. Como exposto no capítulo segundo deste estudo, o primeiro estatuto da instituição pernambucana foi o estatuto utilizado pelo Gabinete do Rio de Janeiro. O que deduzimos ao realizar este estudo é que essa influência se estendeu por todo século XIX, inclusive quando se fez uso dos discursos ligados à formação da identidade nacional e às teorias raciais. Geralmente tais discursos, bem como os relatórios e outros documentos dessas instituições, eram enviados de uma instituição para outra. E em alguns casos foi possível observar a influência que as experiências trocadas entre as mesmas exerciam nas decisões tomadas pelos sócios do Gabinete de Pernambuco.

Um fato que se relaciona à formação da identidade nacional brasileira merece destaque: o convite feito pelo Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro ao escritor Sílvio Romero em 1890. O escritor não foi escolhido por acaso, pois era conhecida sua tendência à valorização do português como elemento positivo para a definição do tipo de homem ideal brasileiro. Romero, apesar de considerar a mistura das três etnias (o índio, o branco e o negro) formadoras do brasileiro, foi partidário da teoria da assimilação para o branqueamento da raça final. Nessa perspectiva, a valorização dos europeus considerados assimiláveis passou a ser ponto nevrálgico de sua tese. Sílvio Romero considerou que, devido ao passado comum dos portugueses com os brasileiros, os lusos eram importantes no processo da assimilação. Essa tendência defendida por ele recebeu o reconhecimento da comunidade portuguesa do Rio de Janeiro que era representada pelo Gabinete Português de Leitura daquela província.

A palestra proferida por Romero no Gabinete do Rio de Janeiro foi intitulada como o “Elemento português no Brasil” e se baseava na tese da formação da nacionalidade brasileira e os riscos da inserção dos povos inassimiláveis em sua população, reafirmando a importância do elemento português na formação da população e na cultura nacional. Dessa maneira, ele

²³¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientista, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

defendeu o incentivo à emigração portuguesa para o Brasil e seu benefício para a composição da nação. Além disso, chamou a atenção para o perigo dos povos inassimiláveis, principalmente os alemães e italianos, os quais formavam colônias no sul do país e em São Paulo. Segundo Romero, isso havia ocorrido por um equívoco do Império e descaso da República²³². Exaltou ainda em seu discurso o fato de o povo português não buscar a distinção do brasileiro, e isso por se sentir componente da formação do Brasil, além de reafirmar a importância dos lusos na base identitária da nação, pois os brasileiros herdaram deles a língua e religião. Para Romero, tudo isso se traduzia na fraternidade entre ambas as nações. O posicionamento do autor também foi pela hifenização da nacionalidade luso-americana. Não considerou desejável a presença das etnias negra e indígena para a permanência da constituição nacional. No contexto do moderno imperialismo, Romero avaliou que somente pela afirmação da formação luso-americana e o fortalecimento das relações econômicas e culturais com Portugal é que o Brasil perderia a vulnerabilidade a que ficou restrito o continente asiático e africano.

Ao analisar o discurso proferido por Romero, Tatiana Quintela de A. Bastos considerou que o mesmo foi uma das expressões do imaginário que se queria construir por intermédio da ação do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro naquele período. Alguns elementos contidos na fala do conferencista, como a relação da origem brasileira atrelada à colonização portuguesa, a utilização da mesma língua, a idéia da fraternidade e a valorização da imigração portuguesa, eram questões de extrema importância para aquilo que os integrantes do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro se propunham consolidar, bem como grande parte da colônia de imigrantes portugueses na capital brasileira. “Com efeito, a escolha como palestrante por parte da diretoria do instituto não foi ao acaso. Tratava-se, naquela ocasião, de reforçar, pelo discurso de um intelectual brasileiro reconhecido”²³³. Nesse cenário, diz a historiadora, a “valorização da cultura lusitana pelos integrantes do Gabinete Português [Rio de Janeiro] corresponde à tentativa de consolidar para a sociedade brasileira a ideia benéfica e positiva do imigrante português”²³⁴.

²³² Romero, Sílvio. *Elemento português no Brasil. Conferência*. Lisboa: Typ. Da Companhia Nacional Editora, 1902. [1890]. Apud. BASTOS, Tatiana Quintela de Azeredo. *Gabinete Português de Leitura: construção de uma identidade*. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2007. p. 39.

²³³ Id., p.41.

²³⁴ Id., p. 36.

Dessas idéias também compartilharam outros escritores, como Nina Rodrigues, adepto das benesses da imigração portuguesa, mas impreterivelmente contra a mestiçagem brasileira que, segundo ele, levaria ao fracasso da nação. Outro autor que valorizou a imigração portuguesa foi Gilberto Freire, que analisou a construção da identidade nacional exaltando a colonização portuguesa²³⁵.

Um ano após a criação do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, foi criado, em 21 de outubro de 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) na capital brasileira. Este instituto veio para produzir um saber oficial e construir uma história nacional que levasse o imenso império a obter um passado comum que respaldasse a escrita de uma história do Brasil a ser divulgada pela revista da própria instituição.

No discurso da fundação do IHGB, o Cônego Januário da Cunha Barbosa alegou que a História do Brasil deveria ser escrita não nos moldes provincianos, pois essa não era uma história de particulares, mas a História geral precisaria ter “encadeados os seus acontecimentos com esclarecido critério, com dedução filosófica, e com luz pura da verdade”²³⁶. A meta era que o instituto congregasse o maior número possível de documentos para construir uma história geral e filosófica do Brasil²³⁷.

A Revista do IHGB defendia que a história nacional não poderia ser construída em oposição à metrópole, porém considerava ser necessária a construção de diferenciações e de fronteiras de uma identidade brasileira diferente da portuguesa²³⁸. Um dos participantes deste Instituto, o Ministro do Império Barão Homem de Mello, enfocou em um de seus estudos (1871) o lado benéfico da colonização portuguesa para a história da formação nacional, evidenciando a grandeza da origem brasileira²³⁹.

O posicionamento dos componentes do IHGB diferenciava-se do comportamento dos sócios do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco (IAGP), instituição criada em 28 de janeiro de 1862. Apesar de ser uma das metas iniciais do IHGB a criação de sucursais, a criação dessa instituição em particular não despertou nenhuma atenção do IHGB. Conforme

²³⁵ Cf. RODRIGUES, Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 3ª ed., 1939 [1894]; FREYRE, Gilberto. *Uma cultura ameaçada: a lusobrasileira*. Recife: Fundação Gilberto Freire, 2010 [1940].

²³⁶ Apud. FERRÃO, Luiz Felipe Vieira. *Instituto Arqueológico Geográfico Pernambucano: Um tributo a memória regional (1848-1911)*. PPGH, UERJ, 2001, p. 22.

²³⁷ Id.. *ibidem*.

²³⁸ BASTOS, Op. Cit. p. 29.

²³⁹ Id., p. 31.

alude Ferrão, o grêmio pernambucano não fez questão da proteção da associação do Rio de Janeiro; na realidade, se comportou como igual e solicitou reconhecimento sem pretender com isso se submeter aos ditames do IHGB²⁴⁰.

Contrariando a proposição estabelecida pelo IHGB de uma História geral, muitos dos sócios do IAGP defendiam o ponto de vista da abordagem de uma história provincial, pois a história centralizada não respeitava as singularidades das províncias. Outro aspecto que se contrapôs à perspectiva do instituto do Rio de Janeiro refere-se à participação dos portugueses na sua composição. Até onde conseguimos pesquisar, percebemos que o IHGB, por adotar um discurso de exaltação à raça portuguesa, se aproximou do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. Já em Pernambuco, ao contrário, o IAGP, em 1862, somente tinha como sócio um único português, José Soares de Azevedo, com formação no curso de Letras e que exercia o magistério no Liceu Pernambucano. Ferrão argumenta que dentre muitas explicações prováveis, a lusofobia acentuada na província pernambucana pode ter sido a causa dessa situação. Afinal, a biografia de alguns dos sócios do IAGP, como Muniz Tavares, mostrava que este, noutro tempo, defendera abertamente a expulsão dos portugueses da província pernambucana²⁴¹.

Porém, na comemoração do décimo oitavo aniversário do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, em 1869, o IAGP não deixou de responder ao convite do Gabinete e enviou representante à festividade da instituição. O representante enviado foi o Dr. Aprígio Justiniano da Silva Guimarães, que discursou aos presentes na sessão comemorativa. Vejamos alguns trechos do mesmo.

Em tempos remotos da nossa nacionalidade que era então portugueza, vemos os nossos antepassados combatendo pela Liberdade e pela Cruz; e se venceram, foi que o consorcio das duas divindades não era desagradável ao Omnipotente.

Quando o Batavo audaz e astucioso pisou terras do Brasil, os nosso antepassados de Pernambuco reclamaram para logo a liberdade das suas crenças; e o conde Mauricio, vencendo escrúpulos e preconceitos de seus companheiros d'administração, cedeu às leis da justiça, obedeceu às exigências da lei natural da liberdade de consciência.

(...) Com effeito, se a meu lado um homem respeita minha vida, a minha propriedade, à minha honra, se esse homem obedece como eu as leis

²⁴⁰ FERRÃO. Op. Cit, p. 24.

²⁴¹ Id.. p. 32.

*instauradas para uma boa coexistência social – o que importa a mim , sob o ponto de vista social, que elle adore a Deus, d’este ou d’aquelle modo?*²⁴²

Todo o discurso pronunciado pelo representante do IAGP, Aprígio Guimarães, distanciou-se dos discursos dos demais representantes das outras instituições que participaram da festividade, pois todas elas se restringiram a exaltar a instituição e a pátria portuguesa, uma vez considerarem a data em efeito. O próprio orador salientou ao final de suas palavras: “Mas, Senhores, por que roubei-vos tantos momentos, arrazoando assumpto que poderia parecer estranho à ocasião?”²⁴³ Logo em seguida, justificou dizendo que partiu do Instituto Arqueológico e Geográfico com o intuito de trazer daquela instituição uma recordação da história da pátria, e essa era uma lembrança da luta dos antepassados durante a dominação holandesa “em defeza de sua consciência – Liberdade e Cruz!”²⁴⁴.

Na ocasião da data comemorativa do GPLPE, mais uma vez se vê que o orador, ao se dirigir ao monarca português, descrevia a instituição como uma associação patriótica a qual no aniversário do monarca era tida como uma demonstração do amor de seus súditos em terras pernambucanas. E para demonstrar sua gratidão ao Rei resolveu libertar um escravo em sua homenagem²⁴⁵.

De uma forma geral, os discursos proferidos nesse período (1869-1870) em torno do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco fundamentaram-se na exaltação da Nação Portuguesa. As alocuções eram uniformes em glorificar a instituição, destacando sua contribuição à colônia portuguesa. A instituição aparecia consagrada como uma “árvore frondosa” que havia gerado frutos valiosos, como o *Monte Pio Português de Beneficência* e o Hospital Português do Recife. No sermão proferido nessa festividade, o Pe. Leonardo João Grego²⁴⁶ fez questão de frisar o pioneirismo da instituição na missão civilizadora na província pernambucana, definindo-a como “o primeiro padrão de glória que enobrece a família portugueza no norte ao império”²⁴⁷.

²⁴² *Fastos do Gabinete Português de Leitura em Pernambuco. Coleção de Poesias e Discursos recitados na sessão magna do décimo-oitavo anniversario da abertura em 31 de outubro de 1869.* Pernambuco, Typographia do Correio do Recife. 1970, pp. 19-20.

²⁴³ Id., *ibidem*, p. 28.

²⁴⁴ Id., *ibidem*, p. 29.

²⁴⁵ Id., *ibidem*, p. 58.

²⁴⁶ Presbítero secular e cavaleiro da Ordem de Cristo.

²⁴⁷ *Fastos do Gabinete...*, p.120.

A partir da década de 1870, as discussões que valorizavam a presença do português para o fortalecimento da constituição da nação brasileira ganhou mais força nos discursos produzidos pelo Gabinete Português de Leitura. Na década de oitenta, Camões ressurgiu como expressão maior de Portugal e símbolo da gente lusitana, tanto em sua terra natal quanto onde existissem representantes da colônia portuguesa.

3.3. Camões: O herói de Portugal e símbolo do emigrante português

A ideia de comemorar a morte de Camões foi sugerida por Joaquim de Vasconcelos, sócio da Sociedade de Geografia em Lisboa, a 17 de maio de 1879. Entretanto, somente em janeiro de 1880 é que essa ideia ganhou impulso após a publicação de um artigo no *Comércio de Portugal* pelo diretor da revista *O Positivismo*, Teófilo Braga. Nesse artigo, Braga afirmava que o povo tinha de escolher “o gênio que é a syntese do seu caracter nacional, aquelle que melhor exprimiu essas tendências, ou o que mais serviu essa individualidade ethnica”²⁴⁸.

Para Teófilo Braga, o poeta Camões era o mais perfeito emissário da nacionalidade portuguesa por ter cantado o descobrimento do caminho marítimo para o Oriente, fato histórico que mais contribuiu para o progresso humano. Ao mesmo tempo em que a epopéia camoniana se fez universal por seu tema, também se fez nacional, pois sua poesia traduzia os feitos portugueses. A comemoração da morte do poeta, bem como a sua evocação estava associada aos momentos mais graves de crise da nação. Por isso, para Teófilo Braga a leitura de *Os Lusíadas* servia de acalanto para aqueles que lastimavam a perda da independência nacional, alentando a sua recuperação em 1640. Braga ainda considerou que, assim como no passado, a comemoração do centenário significava uma “revivescência nacional”²⁴⁹.

Mas, somente há três meses da data comemorativa, que foi em 10 de junho de 1880, foi que se tomou a iniciativa para a realização do tricentenário de Camões. A atitude foi encabeçada pelo secretário perpétuo da Sociedade de Geografia e jornalista do *Comércio de Lisboa*, que convocou toda imprensa, a qual assumiu a responsabilidade da comemoração. Conforme salienta Maria Isabel João, a forma de organização de tal comemoração foi uma

²⁴⁸ BRAGA, Teófilo. *O centenário de Camões em 1880*. In *Comércio de Portugal*, Lisboa, 08 de janeiro de 1880. Apud. JOÃO, Maria Isabel. *Memória e Império: Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, p. 52.

²⁴⁹ Id., *ibidem*, pp. 52, 53.

demonstração de ser Camões uma figura consensual na sociedade portuguesa, um célebre gênio e símbolo da nacionalidade.

Um deputado português em seu discurso de defesa da data comemorativa expressou aquilo que todos os partidários da comemoração pensavam. Disse ele: “relembrar os mortos é estimular os vivos; recordar *Os Lusíadas* é reviver a melhor ephoca da nacionalidade portuguesa, e acordar um mundo onde Portugal foi senhor, foi grande, foi onnipotente”²⁵⁰. Nesse sentido, pensar Camões era fazer renascer o “velho espírito” que havia feito a “cavallaria patriótica redemptora, [que] civilizou a Africa, a Asia e a America”²⁵¹.

Havia ainda aqueles que acreditavam que evocar Camões no centenário de sua morte despertaria a sociedade portuguesa para a necessidade de transformações. Tal comemoração, ao ter como função manter vivas as memórias, retomou, como exemplo, a “época grandiosa” da história nacional. Sendo assim, reviver Camões era também acreditar num futuro melhor²⁵².

Eduardo Lourenço, no livro *Mitologia da Saudade*, faz algumas considerações sobre o grande mito que se tornou Camões para os portugueses.

*A identificação de Portugal com Camões, por hora conjugada dos acontecimentos históricos e da revolução cultural romântica, é um caso único no quadro da cultura européia. Durante todo o nosso século XIX há uma espécie de vaivém entre a leitura que fazemos do nosso destino coletivo e imagem de Camões. Ou, antes, do seu Livro, que se converterá ao mesmo tempo na estátua do Comendador da nossa cultura e seu anjo da guarda, em nosso juiz e nossa esperança de redenção. Para os portugueses, Camões não será apenas o maior dos poetas – era-o já, desde o século XVII, (...) – mas, o seu herói nacional. Apenas o estilo do nosso destino coletivo e a história do nosso imaginário podem explicar essa conversão do autor d’Os Lusíadas em símbolo de Portugal. É a esse título que, com maior naturalidade, Camões se torna objeto das nossas paixões nacionais, que são menos literárias ou culturais do que ideológicas, patrióticas, cívicas e por vezes partidárias. Se ainda hoje, um pouco por toda a parte, as associações de emigrantes portugueses se colocam sob a égide de Camões, isso se deve a esse incrível processo de mitificação e, pode mesmo dizer-se, de divinização do sentimento nacional que se dá no primeiro quartel do século XIX*²⁵³.

²⁵⁰ ARANHA, Brito. *Diccionario Bibliographico Portuguez, Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e Brazil...* Tomo XV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1888, p. 24. APUD JOÃO, Op. Cit. p. 54.

²⁵¹ Id., *ibidem*, p.55.

²⁵² JOÃO, Op. Cit. p. 58.

²⁵³ LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da Saudade: seguido de Portugal como destino*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 57.

A definição de Camões como referencial e símbolo da Nação portuguesa no século XIX também repercutiu no Brasil. O Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro e Pernambuco aderiram às comemorações do Tricentenário de Camões em 10 de junho de 1880. Nas palavras do relator da celebração do centenário de Camões, no Rio de Janeiro, se não fora o Gabinete de Leitura tal comemoração não teria ocorrido com a pompa devida no Brasil²⁵⁴.

Em Pernambuco, conforme as narrativas da diretoria do Gabinete, a repercussão da comemoração foi grande, tendo o evento durado cerca de três dias. A propaganda sobre a festa foi divulgada no jornal *Diário de Pernambuco*.

A primeira notícia difundida no *Diário de Pernambuco* foi a 4 de junho de 1880 sobre a divulgação da tiragem dos *Sonetos de Camões* e quem se interessasse a obtê-lo deveria encomendá-lo²⁵⁵. Conforme relatório da diretoria do Gabinete, os *Sonetos* foram produzidos no Porto, tendo sido feita uma tiragem de mil exemplares²⁵⁶. No dia 5 de junho, a diretoria do Gabinete Português publicou uma solicitação a todas as associações que tinham sede na cidade, bem como todos os moradores a iluminarem as fachadas de seus prédios nas noites 8, 9 e 10 de junho para os festejos a Camões, das 16h00 horas em diante. A diretoria pediu também aos donos de estabelecimentos comerciais que fechassem suas portas no dia 10 de junho, no mínimo a partir das 4 horas da tarde em diante²⁵⁷.

No dia 5 de junho a diretoria do Gabinete divulgou a programação dos três dias.

CENTENÁRIO DE CAMÕES

Programa para celebração dos festejos

1º A fachada do edifício do Gabinete estará illuminada e as noites de 8, 9 e 10 do corrente.

2º Em a noite de 8 pelas 8 horas será inaugurado no Gabinete o retrato de authentic Camões, depois do que se distribuirá aos subscriptores os Sonetos cuja edição se achará exposta.

Tocará durante este acto o Grupo Ocorinistico do Club Carlos Gomes, que graciosamente se presta a esse fim; igualmente tocará uma banda marcial.

Os exemplares dos sonetos que não forem entregues neste dia só o serão do dia 11 em diante.

3º No dia 9 tocará a tarde uma banda marcial no jardim do Campo das Princezas e ali permanecerá até às 8 horas da noite.

²⁵⁴ *Terceiro Centenário de Camões. Juízo da Imprensa do Rio de Janeiro acerca do relatório da diretoria do Gabinete Português de Leitura em 1880.* Rio de Janeiro, 1880, p. 6.

²⁵⁵ *Diário de Pernambuco*, 04 de junho de 1880, p. 6.

²⁵⁶ *Relatório da Diretoria do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco.* Recife, 18/nov/1880 (página ilegível).

²⁵⁷ *Id.*, p. 4.

4º No dia 10 as 5 horas da tarde tocarão duas bandas marciais no mesmo jardim até as 10 horas da noite.

5º A sessão do dia 10 terá começo ás 8 horas da noite no theatro Santa Isabel, tocando a orchestra o hymno nacional brasileiro seguido hymno nacional portuguez o que terá lugar á chegada das primeiras autordades da província, se estas se não fizerem esperar mais de dez minutos, alem da hora marcada. Em seguida a mesma orchestra executará a grande marcha triumphal – Luiz de Camões – composta expressamente para esta solemnidade pelo discntino maestro brasileiro Francisco Libanio Colar, e por elle offerecida a El-rei D. Luiz I.

6º No palco do theatro em lugar de honra será collocado o retrato de Camões.

7º As commissões que se apresentarem e o corpo consular estrangeiro tomarão lugar no palco do theatro.

8º Depois de executada a marcha triumphal o orador, sendo depois concedida a palavra ás pessoas que della houverem de usar.

9º Os cavalleiros que quizerem contribuir para o maior esplendor da solemnidade, far-se-ão inscrever previamente em uma lista especial até as 6 horas da tarde do referido dia, no Gabinete Portuguez. Por esta lista serão chamados pela ordem da inscripçãoa occuparem a tribuna.

10º O theatro será aberto ao publico ás 7 horas da noite.

11º A entrada para os camarotes de 1ª, 2ª e 3ª ordem é reservada ás famílias, ficando a disposição do publico sem designação previa de lugares e sem nenhuma ordem de precedência as cadeiras, plateas, camarotes de 4ª ordem, paraizo e galeria.

12º Á orchestra tocara em intervallos indeterminados.

*13º A sessão terminara com a execução da poleka – João – escripta expressamente para esse fim pelo Sr. Francisco Gomes Castellão, que dedicou a directoria e offereceu ao Gabinete Portuguez...*²⁵⁸

Essa mesma reportagem foi publicada novamente no dia 7 de junho sendo acrescentado no 1º ponto que “Igualmente será illuminado nas mesmas noites o jardim do Campo das Princezas, por especial obsequio do Exm. Ser. Presidente da província”²⁵⁹.

Conforme relato de Paulo Cavalcanti, as ruas Larga do Rosário e Duque de Caxias também foram iluminadas, e nessa última foi formado um arco e posto um coreto onde uma banda de música tocou até as últimas horas do dia oito. A propaganda do drama sobre Camões a ser apresentado no teatro Santa Isabel no dia 9 de junho também foi divulgada diariamente pela imprensa pernambucana²⁶⁰.

²⁵⁸ Sem autor. *Centenário de Camões: Programa para celebração dos festejos. Diário de Pernambuco*, Recife/ 5/jun/1880, p. 3.

²⁵⁹ Id., 7/jun/1880, p. 4.

²⁶⁰ Id., 6, 7, 8/jun/1880.

Na culminância da comemoração do Terceiro Centenário de Camões – no dia 10 de junho –, foram queimadas em frente ao edifício do Gabinete Português de Leitura e em outros pontos do Recife várias girândolas de foguetes. Além disso, um grande letreiro com o nome Camões aparecia iluminado a gás na sede da Companhia de Iluminação a Gás sito a Rua do Imperador. Nesse dia, partiram duas bandas de músicas da porta do Gabinete e do Largo do Arsenal da Marinha, as quais percorreram toda a cidade concentrando-se na frente do *Diário de Pernambuco* e do *Jornal do Recife*. Todos os navios mercantes brasileiros e portugueses que estavam aportados no Porto do Recife se embandeiraram em sinal de gala. O comércio fechou logo ao entardecer e uma multidão se dirigiu para o bairro de Santo Antonio onde ocorriam as festividades com as bandas marciais que animavam a multidão. No Teatro Santa Isabel, celebrou-se o tricentenário de Camões e tamanha foi a concorrência que em poucos minutos não havia um lugar sequer. A lotação do teatro, que era de oitocentas a novecentas pessoas, ultrapassou o número de três mil. A decoração interna do teatro ostentou no fundo do palco o retrato de Camões, sendo postos nos degraus do trono vários bustos em gesso de homens célebres nas ciências e nas letras.

No dia 12 de junho, um grupo de jovens ainda sob o efeito da comemoração organizou um baile que, apesar da oposição de uns e outros, ocorreu nos salões do Clube Euterpe sob a aprovação da diretoria do clube.

Diversas autoridades foram convidadas para o evento, como os cônsules de Portugal, Espanha, Peru e Uruguai, além dos representantes da Câmara Municipal, do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, do Montepio Português, da Santa Casa da Misericórdia, do Instituto Literário Olindense, da Sociedade Recreativa Juventude, do Clube Carlos Gomes, do Clube Abolicionista, da Irmandade do Bom Jesus dos Passos, do Hospital Português. Além desses, foram também convidados os representantes da Imprensa, *Jornal do Recife*, *Diário de Pernambuco*, *Idéia Democrata*, *Democracia*, *America Ilustrada e Opinião*²⁶¹. A diretoria do Gabinete Português de Leitura convidou o presidente da província para presidir a sessão.

Durante as festividades do tricentenário vários discursos foram pronunciados por diversos intelectuais: Clovis Beviláqua, que na época era terceiroanista da Faculdade de Direito

²⁶¹ Sem autor. *Centenário de Camões: Programa para celebração dos festejos*. *Diário de Pernambuco*, Recife/ 5/jun/1880, pp. 7 e 8.

Imagem 3

THEATRO
SANTA ISABEL
COMPANHIA DRAMATICA
MAGNIFICOS ESPECTACULOS
ESPLENDIDAS FESTAS
Quarta-feira 9
e sexta-feira 11
Solemnizando o tri-centenario do grande e immortal
poeta epico portuguez
LUIZ DE CAMÕES
A empresa no intuito de acompanhar o movimento generoso da illustre
directoria do Gabinete Portuguez desta cidade, resolveu-se a dar este especta-
culo em
GRANDE GALA
para os quizes pede e espera a concurrencia publica.
Dado principio a ambos os
Hymno Nacional
E o de Sua Magestade Fidellissima
executados pela orchestra.
Representar-se-ha em seguida o lindo e esplendido drama em 5 actos,
de Burgain
LUIZ DE CAMÕES
com episodio da vida do grande e immortal poeta portuguez.
Distribuição
Luiz de Camões
D. Pedro de Athayde
D. Carlos de Mendonça
D. Fernando
D. Rodrigo
D. Ray (fidalgos hespanhol)
João
D. Catharina de Athayde
Lousa (oia)
Um criado.
Sr. Medeiros
« E. Alvares
« Pereira
« Lisboa
« Penedo
« Araujo
« Lima
D. APOLONIA
« Marianna
Sr. Lessa
DENOMINAÇÃO DOS ACTOS
1.º ACTO.—O preso dado.
2.º ACTO.—O rival generoso
3.º ACTO.—A despedida.
4.º ACTO.—O regresso.
5.º ACTO.—Se transeat gloria mundi
A empresa para manter esta peça não se poupou a despesas e para isso
abandonou o seu estabelecimento a arte
M. G. Manhõça
de propoz expulsião em

Imagem 4

THEATRO
SANTA ISABEL
COMPANHIA DRAMATICA
QUARTA FEIRA 9 DE JUNHO
Imponente festa dramatica
paaa solemnizar o Centenario do immortal
Luiz de Camões
Principe dos poetas de Portugal e
Hespanha !
A empresa associando-se aos seus dignos
irmãos de Alem-Mar, resolveu levar á scena
nos dias 9 e 11 de junho dous espectaculos
de gala e para este fim está desde já prepa-
rando o importante drama :
LUIZ DE CAMOES
A empresa lançando mão deste drama tem
em vista dous pontos :
Primeiro por contar em si parte da vida do
Grande Epico ;
Segundo por ser escripto pelo primeiro
vulto da arte dramatica no Brasil, o muito
festejado e laureado escriptor — Burgain.
O programma será detalhadamente annun-
ciado segunda-feira 7 de junho.
Os bilhetes que restam são vendidos para
uma recita e para as duas se assim o illus-
trado publico entender.
THEATRO
SANTA ISABEL
EMPRESA DRAMATICA

Fonte: Propagandas no jornal *Diário de Pernambuco* em Junho de 1880.

do Recife; Pedro Celso Uchoa Cavalcanti, que falou pelos alunos do primeiro ano do curso de Direito; Carlos Porto-Carreiro, que discursou pela Escola Politécnica; Martins Júnior, o qual recitou o poema *Duas Épocas*, dedicado à “imorredoura memória de Luiz de Camões”. Naquela ocasião, o cearense Beviláqua disse: “Então, ó Camões, quando alcançastes as praias da Índia, soerguendo os lusíadas, alcançastes ao mesmo tempo, as praias do futuro soerguendo a glória interior da tua nação”²⁶².

Esse evento ocorrido paralelamente em Pernambuco, Rio de Janeiro e Portugal não deixou de ter a representatividade diretamente de Portugal, a nação festejada. De Lisboa, a comissão do centenário enviou um telegrama aos portugueses residentes em Pernambuco congratulando o Gabinete Português de Leitura pela fraternal unanimidade e pela glorificação a Camões símbolo da nação portuguesa. O orador do Gabinete no evento foi o Veríssimo Ferreira Chaves Júnior e a festividade se estendeu até a meia noite. Ao final, foi executada a *polka Jau*, escrita pelo amador Francisco Gomes e ofertada ao Gabinete²⁶³.

Apesar de tudo ter ocorrido conforme o que foi planejado, nem toda colônia portuguesa residente em Pernambuco contribuiu para a realização da comemoração. Todavia, o desânimo oriundo da falta de empenho de uma parte mais importante da colônia portuguesa não tirou o brilho da festa, que contou com a dedicação da diretoria a qual se empenhou e fez acontecer o programado ²⁶⁴.

O relatório da diretoria do Gabinete Português relatou que a partir dessa comemoração uma nova fase foi iniciada nos “fastos do humanitarismo”. Podemos compreender essa afirmação como sendo um sinal do novo encaminhamento que a instituição passou a gerir. Em sua gênese, o Gabinete evocou com mais frequência o discurso da irmandade, evidenciando que, apesar de diferentes, os portugueses e brasileiros possuíam uma mesma filiação. E, no momento de sua criação, os lusitanos também se preocuparam em (re)construir um discurso que (re)significasse uma identidade deslocada da velha imagem colonizador/explorador. A partir da adoção da homenagem a Camões, o Gabinete Português de Leitura passou (também²⁶⁵) a destacar

²⁶² Apud. AREIAS, Laura & NOGUEIRA, Lucila. *Monografia do Gabinete Português de Leitura*. Recife, 2000, p. 70.

²⁶³ Relatório apresentado a Assembleia Geral do Gabinete Portuguez de Leitura em Pernambuco pela diretoria do mesmo, em 10 de outubro de 1880, p. 4.

²⁶⁴ Id., p. 5.

²⁶⁵ Também, pois o discurso da irmandade não desapareceu, mas a ênfase doravante se faz em Camões o símbolo da Nação portuguesa, que cantou sua glória. Logo, ser português era carregar consigo a herança civilizatória.

com maior intensidade a grandeza da gente e da pátria portuguesa a qual era uma herança dos grandes feitos tão bem propagados em *Os Lusíadas*.

Nos discursos comemorativos, o Gabinete Português de Leitura ressurgiu como uma comunidade simbólica, uma espécie de extensão da pátria portuguesa em terras brasileiras²⁶⁶. Nessa perspectiva, Eric Hobsbawm em *A invenção da tradição*, conhecido livro que organizou com Terence Ranger, ao definir que as tradições inventadas se apresentam no “conjunto de práticas..., de natureza ritual ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição a qual automaticamente implica a continuidade do passado histórico adequado”²⁶⁷, faz-nos entender que os discursos construídos em torno da mitificação de Camões também foram um dos pilares na (re)significação da identidade do imigrante português em Pernambuco. Ao evocar o passado, se buscavam as glórias que engrandeciam o pertencimento à comunidade portuguesa. Hobsbawm considera a importância da utilização dos elementos antigos na preparação de novas tradições inventadas, afirmando que “Sempre se pode encontrar no passado de qualquer sociedade um amplo repertório destes elementos; e sempre há uma linguagem elaborada, composta de práticas e comunicações simbólicas”²⁶⁸.

No Brasil, os discursos em torno de Camões também apareceram atrelados ao termo *raça*. Este termo passou a ser paulatinamente utilizado como uma evocação da *mais alta qualidade* da contribuição dos portugueses à formação da identidade nacional brasileira. Um trecho do documento produzido no Tricentenário do Rio de Janeiro reforça que o discurso produzido em torno da (re)significação da identidade do imigrante português no Brasil considerava as conjunturas vividas.

*A **raça portuguesa** possui em alto grau a faculdade de cosmopolitismo. Circumscripção em uma estreita facha da costa européa, experimenta a necessidade de espaço mais vasto, de mais larga esphera para exercer a sua actividade, provar as variadas aptidões de que é dotada.*

Costumada a presenciar as fúrias do mar, com as quaes combate a miúdo, não lhes inspira medo e travessia do oceano e cruza-o em todas as direções. O seu genio aventureiro a conduz a todos os pontos do globo, e em qualquer latitude achareis vestígios da sua passagem, ou monumento da sua permanencia.

²⁶⁶ HALL, Stuart. *Identidade Cultural na pós-modernidade*. RJ: DP& A, 2005.

²⁶⁷ HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence (org.). *A invenção da tradição*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2008, p. 1.

²⁶⁸ Id., *ibidem*, p. 14.

Tanto se habitua aos gelos polares como vive e se identifica na zona tórrida. E' notavel a sua capacidade assimildora, conservando todavia uma somma de qualidades ethnicas que lhes são de muito proveito na luta pela existencia.

O espirito de aquisição de propriedade domina grandemente cada um dos seus indivíduos, e em cada núcleo surge immediatamente a idea de associação, quer para fins beneficentes ou religiosos, quer para fins instructivos ou mero recreio.

Raro será da terra, em que, havendo residentes portuguezes, elles não tenham fundado sociedades de soccorros, confrarias religiosas, escolas, bibliothecas, philarmonicas e gymnasio. Na China e na Califórnia, na África como na America, achareis documentos desse asserto²⁶⁹ (grifos meus).

Essa menção ao termo raça aparece ligada à conjuntura que o Brasil vivenciava em torno da construção de uma identidade nacional em busca de um tipo ideal do homem brasileiro. O Dr. Ferrer, sócio honorário do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, discursando sobre o aniversário da instituição, em 15 de agosto de 1901, destacou a progressão do Gabinete, apesar, disse ele, dos embaraços sofridos e “do desanimo tão commum a nossa raça”. O termo raça, como era comum nesse período, passou a ser usado com o definidor das características positivas e negativas do português pelos seus próprios conterrâneos em alguns momentos.

Em Portugal, foi somente a partir de 1924 que esse termo passou a ser atrelado à comemoração de “Camões”. Os organizadores do centenário do nascimento de Camões (atribuído a 10 de junho de 1524) designaram a *Festa da Raça*, e nela o poeta foi identificado como o maior cantor da Raça. Esse termo, conforme fala Maria Isabel João, parecia reportar-se ao “conjunto do povo português, enquanto colectivo com um passado histórico comum, tradições e ideias que lhe conferem uma identidade própria”²⁷⁰. Já em Pernambuco, o termo raça esteve também presente na definição da arquitetura do prédio do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco.

3.4. Uma arquitetura para a posteridade

Era um sonho de muitos, desde a década de 1880, a construção de um prédio para o Gabinete que traduzisse a grandeza da origem de seus associados. Foi justamente no ano em que se comemorou o Tricentenário de Camões que no Rio de Janeiro

²⁶⁹ *Terceiro Centenário de Camões. Juízo da imprensa do Rio de Janeiro acerca do Relatório da directoria do Gabinete Portuguez de Leitura em 1880.* Rio de Janeiro: Typographia e Litographia de Moreira, Maximiano & C.. Rua da Quitanda, nº 111, 1881, p. 9.

²⁷⁰ JOÃO, Maria Isabel. Op. cit. p. 537.

também foi assentada a pedra fundamental do edifício que veio a ser construído em estilo neomanuelino. Conforme Mattos, a construção do prédio concebeu uma arquitetura em que Portugal fosse exaltado, levando, assim, aos portugueses a vaidade de pertencer à pátria portuguesa. Com o intuito de preservação da memória, a linguagem arquitetônica dos gabinetes teve a escultura como aliada, numa pontual e decisiva interação²⁷¹. O estilo adotado dava forma à memória e traduzia as intenções da instituição. Assim, a arquitetura aparece para valorizar um passado grandioso, livrando-o do esquecimento. No caso do Gabinete Português de Leitura, a arquitetura servia como resgate do passado de glórias, conquistas e feitos. E, apesar do passado colonial de exploração associado aos portugueses, tal arquitetura poderia contribuir para a (re)criação e (re)significação das identidades. Logo, a glória da pátria-mãe visualizada nessa arquitetura era também glória de seus filhos.

Em 1901, a *Poliantea Commemorativa* do cinquentenário de instalação da biblioteca do Gabinete dizia que, assim como as demais associações portuguesas, os integrantes do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco não haviam ainda conseguido erguer o prédio próprio. A construção faria cumprir o propósito do artigo 1º do seu estatuto²⁷², que estabelecia metas ainda não alcançadas por causa da necessidade dos recursos financeiros. Atribuía-se essa escassez de recursos ao número cada vez menor de associados, bem como às muitas associações portuguesas. Cada uma dessas associações cobravam jóias cujos valores somados encareciam bastante a adesão de quem quisesse tornar-se sócio de todas elas. Então, como solução do problema, Sousa Pinto sugeriu a fusão de todas, situação já abordada no capítulo anterior.

No relatório apresentado pela diretoria do Gabinete, em 1904, o tesoureiro da instituição apresentou o *Demonstrativo do caixa da Comissão do Prédio* (Imagem abaixo)²⁷³.

²⁷¹ MATTOS, Maria de Fátima da Silva Costa Garcia de. *O Neomanuelismo no Brasil: a identificação de um estilo através da sua instituição – Os Gabinetes Portugueses de Leitura*. São Paulo: Tese de Doutorado, Escola de Comunicação e Artes – USP. 2005, p. 144.

²⁷² “O Gabinete Portuguez de Leitura (...) tem por fim promover o desenvolvimento intellectual e concorrer para o progresso moral dos seus associados, diffundindo por elles os conhecimentos uteis, por meio de conferencias, sessões litterarias e scientificas, estabelecendo aulas nocturnas, sustentando uma bibliotheca escolhida e empregando quaesquer outros meios adequados e efficazes”. APUD. Revista do 50º Aniversário da Instalação do Gabinete Portuguez de Leitura Pernambuco, 15 de agosto de 1901, Número Especial, p. 03.

²⁷³ *Relatório do Gabinete Portuguez de Leitura em Pernambuco, 1904-1905*, Recife: Imprensa Industrial, 1905, p. 13.

<p align="center">Demonstração do Caixa da Comissão do Prédio para o Gabinete Portuguez de Leitura, a contar de Outubro de 1904 a 30 de Setembro corrente.</p>		
Debito		
30 DE SETEMBRO DE 1904 :		
Saldo em caixa nesta		
data	3798960	
30 DE SETEMBRO DE 1905 :		
Alugueis recebidos de		
Outubro de 1904 até		
esta data.....	25618200	25818160
Credito		
BANCO DO RECIFE:		
Quantia depositada a		
juros de 7 %.....	19008000	
Concerto, caiação e pin-		
tura das casas ns. 8		
e 10 à rua do Impe-		
rador, por intimação		
da Hygiene.....	5068000	
Idem na casa n. 6 da		
mesma rua.....	268380	
Consumo d'agua, pago.	2158440	
Contribuição de Dray-		
nage, paga.....	1348760	
Seguro das casas, pago	328500	
Estampilhas para re-		
cibos.....	158600	28308680
Saldo em caixa Rs.		1508480
Resumo		
Deposito no Banco do		
Recife.....	393148120	
Dinheiro em Caixa....	1508480	394648600
Recife, 30 de Setembro de 1905.		
JOÃO ALVES DE FREITAS.		
Thesoureiro.		

Fonte: *Relatório do Gabinete Português de Leitura em Pernambuco, 1904-1905*. APEJE.

Mas foi somente em outubro de 1908 que se deu o assentamento da pedra fundamental, passando-se cerca de treze anos até a inauguração do novo prédio, em junho de 1921. O prédio do Gabinete não seguiu por completo o referencial arquitetônico dos demais edifícios das instituições portuguesas erguidas no Brasil. O modelo adotado pelos Gabinetes do Rio de Janeiro e da Bahia seguiu o estilo neomanuelino, porém em Pernambuco a arquitetura baseou-se no ecletismo. Entretanto, devido a um incêndio ocorrido em 17 de julho de 1937, o prédio foi todo reformado, ficando quase nada da construção original. Contudo, em sua recuperação não foi esquecida a referência ao estilo manuelino, como visto na figura abaixo.

Imagem 6



Vitrail do Salão Superior do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco com o emblema da Ordem de Cristo: a Cruz, uma simbologia Manuelina.
Fonte: Fotografia particular.

O relatório sobre a inauguração do prédio do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco ressaltou que a concretização da construção do prédio fizera real o desejo de se construir um prédio símbolo da “raça lusa”, almejado desde a década de 1880. O prédio situado no bairro de Santo Antônio compunha o complexo da cidade visto como local mais *civilizado* – perto do Teatro Santa Isabel e da sede do Governo. O “majestoso prédio” materializava a importância da instituição à comunidade portuguesa residente

no Estado e representava uma extensão da *Pátria Portuguesa* em terras pernambucanas²⁷⁴.

Imagem 7



Prédio do atual do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco. Fonte: fotografia particular.

Um relato feito sobre o prédio do Gabinete do Rio de Janeiro e que se adequa à história do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco é apropriado na finalização deste estudo. Ao ser objeto de discurso, aquele Gabinete foi traduzido como um monumento histórico, considerando-se que, mesmo se fossem destruídos os arquivos

²⁷⁴ IPHAN, Typografia Minerva Central, de J. A. Carvalho. *África Oriental Portuguesa*, 1923.

portugueses e brasileiros “não deixando memória escrita do amor fraternal dos dois povos, aquele esplêndido monumento erguido por portugueses no Brasil diria às gerações futuras que, unidos como estão, ali o solo e a obra d’arte...” funcionaria como memória do povo lusitano em terras brasileiras.

Nesse sentido, o prédio erguido materializou as ideias expressas nos discursos que ora se ampararam na definição das fronteiras identitárias do imigrante português, ora se apoiaram no poeta Camões, o herói da nação portuguesa e símbolo do emigrante português. Assim, a memória da nação portuguesa passou a ser evocada por aquilo que era tido como merecedor de ser registrado e não somente por mera preservação do passado. O prédio do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco assumiu, dessa forma, a função de monumento histórico, o qual, conforme Jacques Le Goff, é “o resultado do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro, voluntária ou involuntariamente, determinada imagem de si própria”²⁷⁵. Logo, compreender a história dessa instituição nos possibilitou entender como os portugueses pensaram a si próprios e (re) construíram os discursos que (re) significaram sua identidade em Pernambuco.

²⁷⁵ LE GOFF, Jacques. *Documento/Monumento*. In Enciclopédia Einaud. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984, p. 103.

Considerações finais

A escolha do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco como referencial de análise nesse estudo considerou que as vivências dos seus sócios foram representativas apenas de uma parte dessa comunidade. Porquanto, ao se pensar a história da comunidade portuguesa e se considerar a visão do próprio português sobre os acontecimentos que lhe afetaram no período pós-independência, desembocou-se numa visão que se diferenciou das outras histórias contadas sobre essa comunidade em Pernambuco.

Ao se considerar que uma experiência adquire significados diversos a partir das várias interpretações que cada personagem consegue transmitir de uma mesma situação, aludimos à interpretação de Clifford Geertz, o qual pondera que o exame da construção/desconstrução da realidade social deve observar as várias percepções dos grupos sociais para que se compreenda como os agentes sociais representam a si mesmos e o mundo que os cerca²⁷⁶. É válido registrar que as respostas encontradas no decorrer desta pesquisa com base nos integrantes do Gabinete Português de Leitura não foram nem devem ser tomadas como modelo absoluto e representativo de toda a comunidade portuguesa. Mesmo porque os homens são livres para vivenciar suas experiências a partir daquilo que se torna mais importante para eles mesmos.

Dáí conclui-se que o Gabinete Português de Leitura de Pernambuco foi ator e, ao mesmo tempo, palco em/de vários cenários. Primeiramente, surgiu num contexto de extrema lusofobia, como um ator que visava mudar a cena das acusações sofridas por aqueles a quem representava naquele momento; era uma espécie de subterfúgio para os portugueses residentes nessa província e buscava se instalar/apresentar como palco de um novo cenário. Nesse palco, os portugueses eram apresentados pelos benefícios que traziam e pretendiam oferecer aos pernambucanos. A necessidade de (re) significar a identidade estereotipada do imigrante português e sua relação com o passado colonial foi a cena mais trabalhada nesse e por esse ator, o qual teve muitos representantes. Um dos quais, o sócio fundador João Vicente Martins, não fez eufemismos ao apresentar a instituição como uma *árvore frondosa* que dava somente bons frutos (frutos esses representados pelos seus sócios portugueses). E, apesar de ser alvo de debates e rebates,

²⁷⁶ GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p. 21.

impôs-se como a principal (além de ser a primeira) associação portuguesa após a independência do Brasil no norte agrário da nova nação. Foi em seu seio que surgiram as demais associações portuguesas que floresceram na província pernambucana: o Hospital Português, em 1855; a Associação Beneficente *Monte Pio* Português, em 1864; a Associação Beneficente Portuguesa, em 8 de dezembro de 1872, que inicialmente foi denominada de Associação Portuguesa de Beneficencia dos Empregados no Comércio e Indústria de Pernambuco; e o Grêmio Caixeiral *Thomaz* Ribeiro. O Hospital Português, por exemplo, funcionou, inicialmente, em uma das suas salas.

A importância do Gabinete Português de Leitura se fez também notar num dos maiores momentos de crise a que chegaram as associações portuguesas no início do século vinte, pois naquele momento o Gabinete, juntamente com o Hospital Português, manteve-se forte, e cada um abarcou em seu seio as associações que a eles se aproximavam em objetivos.

O percurso traçado pelos integrantes do Gabinete acompanhou as conjunturas da nação brasileira e se adequou às necessidades que se impuseram dia a dia. A instituição concentrou seus discursos na negociação identitária, buscando delimitar as fronteiras entre ser português e brasileiro, sem com isso buscar o isolamento cultural – até porque o português e o brasileiro possuíam semelhanças inquestionáveis. Contudo, um e outro eram diferentes. Devido à forte lusofobia, a negociação identitária foi prioridade no primeiro momento da concepção desse Gabinete. Porém, a partir da década de 1880, com a comemoração do Tricentenário de Camões, a ideia de *nação portuguesa* foi ganhando mais espaço e o Gabinete Português de Leitura assumia, nos discursos produzidos em torno de si, o caráter simbólico de extensão da pátria portuguesa. E para que essa representação fosse absoluta, vislumbrou-se a construção de um prédio que representasse os portugueses com a honra e esplendor sonhados pelos sócios deste Gabinete Português de Leitura, materializando, assim, a ideia de grandeza da *nação* e da *raça portuguesa* num monumento à posteridade.

Percebe-se que a construção desse prédio fechou o ciclo em torno da formalização de uma identidade que nele se materializava. Não obstante, esse estudo sobre a (re)construção dos discursos em torno da (re)significação da identidade do imigrante português em Pernambuco merece maior atenção, pois ainda há muitas histórias a serem compreendidas nesses percursos.

Fontes consultadas

- A Escravatura Branca – O cônsul português em Pernambuco*, Lisboa, Typographia do Jornal Comércio, 1854.
- Almanach de Pernambuco*. Julho/1916.
- Carreiro, Carlos Porto. *A influencia do livro*. In. *Gabinete Português de Leitura de Pernambuco*, 50º aniversário, 1901.
- Côrrea, José Soares Pinto. *Os Farpões ou Os Bandarilheiros de Portugal – Resposta cabal aos Srs. Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz autores das Farpas ou Fastos da peregrinação do S. M. o Imperador do Brazil pelo reino de Portugal*. Recife, Typographia Commercial de Geraldo H. de Miranda, Rua Estreita do Rosario, n. 12, 1872.
- Discursos citados no ato da instalação solemne do Hospital Português Provisorio de Pernambuco em 16 de setembro de 1855 Dia da Aclamação do Senhor D. Pedro V, mandados publicar pela Commissão Portugueza de Beneficencia em benefício do mesmo Hospital*. Recife, Typographia Universal, Rua do Collegio, n. 18, 1855.
- Estatuto do Gabinete Português de Leitura*. Pernambuco: Typografia Universal, 1855.
- Estatuto do Gabinete Português de Leitura em Pernambuco, 1862*. Typ. Commercial de G. H. de Mira. Rua Estreita do Rosário, n. 12.
- Estatuto do Hospital Português de Beneficência do Recife*, 1858.
- Estatuto do Real Hospital Português de Beneficencia em Pernambuco*. Aprovado em Sessão de Assembléia Geral Extraordinária, no dia 21 de março de 1937.
- Fastos do Gabinete Português de Leitura em Pernambuco. Coleção de Poesias e Discursos recitados na sessão magna do décimo-oitavo aniversario da abertura em 31 de outubro de 1869*. Pernambuco, Typographia do Correio do Recife. 1970.
- IPHAN, Typografia Minerva Central, de J. A. Carvalho. *África Oriental Portuguesa*, 1923.
- Ofícios Diversos Cônsules*, 1850. APEJE.
- Ofícios sobre a criação do Hospital Português*. Diversos, 1855,1856. APEJE.
- Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Commissão da Câmara dos Senhores Deputados (PIPEP)*. Lisboa: 1873.

Polyantea comemorativa dos cinquenta anos do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, 1901.

Relatório de 10/10/1880, relatando a ações da diretoria no período de 1º de outubro de 1879 a 30 de setembro de 1880 e Polyanthea Comemorativa.

Relatório da Diretoria do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco. Recife, 18/nov/1880.

Relatório apresentado a Assembléia Geral do Gabinete Português de Leitura em Pernambuco, pela Diretoria do mesmo em outubro de 1880. Typ.de Manoel Figueroa e Faria & Filhos, 1880.

Relatório do Gabinete Portuguez de Leitura, em Pernambuco, 1904-1905. Recife: Imprensa Industrial, 1905.

Revista O Gabinete Portuguez de Leitura em Pernambuco – 1850 – 3 de novembro de 1900. Numero especial. Imprensa Industrial Nery da Fonseca & Com.

Secretaria de Estado do Ministério do Reino Notação: Caixa 687, pct. 02 Datas-limite: 1791-1809 Título do fundo ou coleção: Negócios de Portugal Código do fundo: 59 Argumento de pesquisa: Ilustração Data do documento: 1 de julho de 1802 Local: Lisboa Folha(s): Pacotilha 2; doc. 2, folhas 2 a 4. Disponível no site: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=260&sid=39&tpl=printerview>

Terceiro Centenário de Camões. Juízo da Imprensa do Rio de Janeiro acerca do relatório da diretoria do Gabinete Português de Leitura em 1880. Rio de Janeiro, 1880.

Vianna, Luiz Pereira. *Colecção de Poesias Patrióticas Liberais Brasileiras Recopiladas dos Jornaes desde o anno de 1826 até 1851*. Nº 3, 1851 / nº 4 e nº 6, 1852.

Jornais e Periódicos

A Imprensa, 1851, Pernambuco.

Braz Tisana, 1952, Pernambuco.

Diário de Pernambuco, 1850, 1852, 1854, 1880, 1882, 1921.

Jornal do Comércio, 1853, 1854, 1855, Lisboa.

Comércio do Porto, 1872, 1873.

O Médico do Povo, Rio de Janeiro, 1850.

O Século, 1851, Pernambuco.

Referências bibliográficas

- ALENCASTRO, Luis Felipe. *História da vida privada no Brasil – a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ALVES, Jorge Fernandes. *Os Brasileiros: Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto: 1994.
- _____. *Variações sobre o “brasileiro” – Tensões na emigração e no retorno do Brasil*. *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXIII, 1999. U. Coimbra, p.191-222.
- _____. *Terra de Esperanças – O Brasil na emigração portuguesa. Portugal e Brasil – Encontros, desencontros, reencontros*. Cascais: Câmara Municipal, VII Cursos Internacionais, 2001, p.113-128.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Movimentos nativistas em Pernambuco: Setembrizada e Novembrada*. Recife: UFPE, 1998.
- _____. *As raízes do separatismo no Brasil*. Recife: Editora Universitária, 1997.
- ARARIPE, Fátima M^a A.. *Do patrimônio cultural e seus significados*. Campinas: Transinformação (artigo) 16: (2), 111-122, maio/ago, 2004.
- AREIAS, Laura & NOGUEIRA, Lucila. *Monografia do Gabinete Português de Leitura*. Recife, 2000.
- ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.
- AUGÉ, Marc. *Não lugares: Introdução a uma sociologia da supermodernidade*. Campinas, Papirus, 1994.
- BOMFIM, Manoel (1868-1932). *A América Latina: Males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- BASTOS, Tatiana Quintela de Azeredo. *Gabinete Português de Leitura: Construção de uma identidade portuguesa (1837-1893)*. Dissertação defendida na UFRJ, 2007.
- CÂMARA, Bruno A. D. *Trabalho livre no Brasil Imperial: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira*. Dissertação de mestrado, CFCH, UFPE, 2005.
- _____. *Por uma questão de sobrevivência: trabalhadores livres pobre, imigrantes portugueses e escravos urbanos no Recife na segunda metade do século XIX*. CONGRESSO DA LASA, RJ, 11 a 14.06.2009.
- CARVALHO, Kátia de. *Imprensa e informação no Brasil, século XIX Ciência da Informação - Vol 25, número 3, 1996 – Artigos*.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002.

_____. *O antilusitanismo e a questão social em Pernambuco, 1822-1848*. In Miriam Halpern Pereira (organizadora). *Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (Séc. XIX e XX)*. Editora Fragmentos, Lisboa, Portugal, 1993, pp.145-162.

_____. *O “tráfico de escravatura branca” para Pernambuco no acaso do tráfico de escravos*. In *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 1988, v. 149, pp. 22-51.

_____. *A Guerra do Moraes (A luta dos senhores de engenho na Praieira)*. Dissertação de mestrado, CFCH, UFPE, 1986.

_____. *Os nomes da revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849*. *Revista Brasileira de Historia*, jul. 2003, vol. 23, nº 45, pp. 209-238.

_____. *Cavalcantis e Cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824*. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200014&lng=es&nrm=iso>. (1998a)

_____. *Rumores e rebeliões: estratégias de resistência escrava no Recife, 1817-1848*. *Tempo*, Vol. 3 – nº 6, Dezembro de 1998b.

CAVALCANTI JUNIOR, Manuel Nunes. *“Praieiros”, “Guabirus” e “População”: As eleições gerais de 1844 no Recife*. Dissertação de mestrado, CFCH, UFPE, 2001.

CAVALCANTI, Paulo. *Eça de Queiros, agitador no Brasil*. Recife: Editora Guararapes, 1983.

CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. O Recife e as origens de seus bairros centrais. pp. 221-252, in *Arquivo Público Estadual de Pernambuco, Um tempo do Recife*. Recife: Ed. Universitária, 1978.

Collins Dicionário de Inglês - Completo e Unabridged 10 Edition 2009.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 1999.

DANTAS SILVA, Leonardo (Organizadores). *O Recife: quatro séculos de sua paisagem*. Recife: Editora Massangana, Prefeitura da cidade do Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1992.

DIELH, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

FELDMAN, Ariel. *O Império das Carapuças: espaços públicos e periodismo no tempo das regências (1832-1842)*. Dissertação, UFPR, 2006.

- _____. *A Construção do Estado e da Nação no Brasil: Identidades políticas e imprensa periódica no período regencial (1831-1840)*. Dossiê Identidades Nacionais; N. 2 – outubro/novembro, (Organização: Glaydson José da Silva), 2006.
- FERRÃO, Luiz Felipe Vieira. *Instituto Arqueológico Geográfico Pernambucano: Um tributo a memória regional (1848-1911)*. PPGH, UERJ, 2001.
- FIGUEIRA DE MELO, Jerônimo Martiniano. *Autos do Inquérito da Revolução Praieira*. Brasília: Ed. Universitária de Brasília, 1978.
- FLORENTINO, Manolo & MACHADO, Cacilda. *Ensaio sobre a imigração portuguesa e os padrões de miscigenação no Brasil (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora S.A., 1977.
- _____. *Nordeste*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1989.
- _____. *Uma cultura ameaçada: a lusobrasileira*. Recife: Fundação Gilberto Freire, 2010.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- HALL, Stuart. *Identidade Cultural na Pós-modernidade*. RJ: DP& A, 2000.
- HERCULANO, Alexandre. *Opúsculo*. Tomo IV, 1876, p. 30. Disponível no site: <http://www.purl.pt/718>
- HOBBSBAWN, Eric(org) & RANGER, Terence (org.). *A invenção da tradição*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2008.
- HOFFNAGEL, Marc Jay. *Rumos do Republicanismo em Pernambuco*. In. SILVA, Leonardo Dantas (org.). *A República em Pernambuco*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1990, pp. 158- 179.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 11ª edição, 1977.
- JOÃO, Maria Isabel. *Memória e Império: Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- LE GOFF, Jacques. *Documento/Monumento*. In Enciclopédia Einaud. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984.
- LESSER, Jeffrey. *A Negociação da Identidade Nacional: Imigrantes, Minorias e a Luta pela Etnicidade no Brasil*. São Paulo, UNESP, 2001.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.

- LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da Saudade: seguido de Portugal como destino*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- MATTOS, Maria de Fátima da Silva Costa Garcia de. *O Neomanuelismo no Brasil: a identificação de um estilo através da sua instituição – Os Gabinetes Portugueses de Leitura*. São Paulo: Tese de Doutorado, Escola de Comunicação e Artes – USP, 2005.
- MATOS, Sérgio Campos. *História e identidade nacional: A formação de Portugal na historiografia contemporânea*. *Lusotopie*, 2002 : 123-139.
- MARTINS, Ana Luíza. *Gabinetes de Leitura da Província de São Paulo: A Pluralidade de um Espaço Esquecido (1847-1890)*. São Paulo, FFLCH/USP, 1990 (mimeo).
- MELLO, Evaldo de Cabral. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- _____. *O Norte agrário e o Império, 1871 -1889*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasileira; INL, 1984.
- MELLO, Virgínia P. & MOTA, José Luis M. *Real Hospital Português de Beneficência em Pernambuco*. Recife: 1997.
- MONTEIRO, Tania Penido. *Portugueses na Bahia na segunda metade do século XIX – emigração e comércio*. Porto: Secretaria de Estado da Emigração – Centro de Estudos, 1985.
- OLIVEIRA, Carla Mary da Silva. *Saudades d'além mar: um estudo sobre a imigração portuguesa no Rio de Janeiro através da revista Lusitania (1929-1934)*. Dissertação de Mestrado . CCHLA/ UFPb, 2003.
- OLIVEIRA, Luca Lippi. *O Brasil dos imigrantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *Caminhos da identidade: Ensaio sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- PAIVA, José Rodrigues & AGUIAR, Cláudio. *Literatura e Emigração*. Recife: Associação de Estudos Portugueses Jordão Emerenciano; UFPE, Departamento de Letras, 2001.
- PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. *Anais Pernambucanos*, v. 10. Arquivo Público Estadual, Recife – PE, 1951.
- PEREIRA, Mirian Halpern. *Política portuguesa de emigração (1850 a 1930)*. Bauru: EDUSC, 2004.
- _____. *Liberdade e Contenção na Emigração portuguesa (1850-1930)*, In. SILVA, M^a Beatriz Nizza & ... *Emigração /Imigração em Portugal*. Actas do “Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX e XX). Lisboa: 1993

- POUTGNAT, Philippe; STREIFF- FENARTE, Jocyline. *Teorias da Etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.
- QUINTAS, Amaro. *O sentido social da Revolução Praieira*. Pernambuco: Editora Massangana, 1977.
- _____. *O Recife de Luís do Rego*. (1978, pp. 143-158), in Arquivo Público Estadual de Pernambuco, *Um tempo do Recife*. Recife: Ed. Universitária, 1978.
- RAMOS, Rui. *Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo*. *Análise Social*, vol. XXIV (103-104), 1988 (4.º, 5.º), 1067-1145.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Liberdade em construção: identidade nacional e conflito antilusitanos no primeiro reinado*. Rio de Janeiro: Editora: Relume Dumará e FAPERJ, 2002.
- RIBEIRO, Mário Antônio Cabral. *História da Homeopatia no Brasil*, 2008. Disponível no site: http://amhb.org.br/media/docs/Historia%20da%20Homeopatia%20no%20Brasil_geral.pdf
- RODRIGUES, Henrique. *Emigração e Alfabetização: O Alto-Minho e a Miragem do Brasil*. Viana do Castelo: Ed. Governo Civil de Viana do Castelo, 1995.
- RODRIGUES, Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 3ª ed., 1939.
- ROWLAND, Robert. *Manuéis e Joaquins: A Cultura Brasileira e os Portugueses*. *Etnográfica*, Vol. V (1), 2001, pp. 157-172.
- SANTOS, Wilza Betania. *Gabinete Português de Leitura: uma resposta ao antilusitanismo em Pernambuco de 1850*. Paper apresentado no II Seminário de História da Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 2001.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientista, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCOTT, Ana Silvia Volpi. *As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930)*. Paper apresentado ao: Congresso de Historia Económica de Zaragoza, 2001.
- SERRÃO, Joel. *A Emigração Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizontes, 1982.
- SILVA, Luiz Geraldo. *‘Pernambucanos, sois portugueses!’- Natureza e modelos políticos das Revoluções de 1817 e 1824*. *Artigos Almanack Brasiliense*, nº 01, maio/ 2005.

- SIMÕES, Nuno. *O Brasil e a imigração portuguesa*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934.
- SOUTO MAIOR, Mário; DANTAS SILVA, Leonardo (Organizadores). *O Recife: quatro séculos de sua paisagem*. Recife: Editora Massangana, Prefeitura da cidade do Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1992.
- SOUZA, Ricardo Luiz de. *O antilusitanismo e a afirmação da nacionalidade*. Politéia: Hist. e Soc. Vitória da Conquista, v. 5, n. 1, pp.133-151, 2005.
- TAVARES, Antônio Rodrigues *Fundamentos e Actualidades do Real Gabinete Português de Leitura. Edição comemorativa do 140º aniversário de fundação*. Rio de Janeiro, Publicação do Real Gabinete português de Leitura do Rio de Janeiro, 1977.
- VALENTE, Waldemar. *Antecipação de Pernambuco no Movimento da Independência (testemunho de uma inglesa)*. Recife, 1974.
- VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Tomo quinto. São Paulo: Melhoramentos, 1975.
- VILLALTA, Luiz Carlos. *Pernambuco, 1817, “encruzilhada de desencontros” do Império luso-brasileiro. Notas sobre as idéias de pátria, país e nação*. Artigo publicado no dossiê “Brasil Império”, organizado por Lílían Schwartz, na Revista USP, São Paulo (58): - , jun./jul./ago. 2003.

ANEXO

QUESTIONÁRIO PARA OS CONSULES PORTUGUEZES NOS PAÍSES DE IMMIGRAÇÃO

1º N'esse disctrito consular quantos immigrants de Portugal têm entrado cada anno nos últimos dezannos? De que idade, de que sexo, de que estado, de que profissão? Quantos sabendo ler e escrever têm entrado nos últimos dez annos, por que tempo, para que occupaões e em geral com que condições?

2º Quantos immigrants contratados têm entrado nos últimos dez annos, por que tempo, para que occupaões e em geral com que condições?

3º Quantos immigrants contratados para serviços agrícolas nos últimos dez annos têm voltado á pátria depois de adquirirem alguns bens? Quantos se fixaram definitivamente n'esse paiz?

4º Identicas perguntas para os immigrants não contratados que se empregaram em serviços agrícolas.

5º Identicas perguntas a respeito dos immigrants nos últimos dez annos, que se têm empregados no commercio ou na industria.

6º Quantos immigrants nos últimos dez annos têm falecidos annualmente estando empregados em serviços agrícolas? Quantos contratados e quantos livres de contratos.

7º Identicos quesitos para os immigrants empregados no commercio e na industria.

8º Quantos immigrants nos ultimos dez annos têm voltado á patria por molestia ou miseria?

9º Qual é o salario medio dos immigrants contratados para serviços agrícolas? Qual o do trabalho livre?

10º Identicos quesitos para os immigrants empregados no commercio e na industria.

11º Os immigrants costumam levar algum capital ou instrumento de trabalho? Qual é a situação d'estes comparada com a dos que nada possuem?

12º Como são cumpridos pelos contratadores e cultivadores os contratos dos immigrants? Será facil que estes juntem peculio?

13º Os immigrants livres encontram ou não facilidade de se empregarem? Em que? Com que condições?

14º Os immigrants encontram ou não facilidade de obter terras para cultivarem? Com que condições?

- 15° Os immigrants adoecem a miudo por effeito do clima ou dos trabalhos a que são sujeitos? Que meios ha para serem tratados nas doenças?
- 16° Existem associações de beneficencia ou institutos de caridade que recebam os immigrants durante as suas enfermidades, lhes valham na miseria ou lhes proporcionem o regresso á patria?
- 17° Dos immigrants nos ultimos dez annos quantos têm recorrido a essas instituições para serem tratados, receberem esmola ou voltarem á patria?
- 18° Como são tratados os immigrants contratados? São satisfactorias as condições de alimentação, vestuário e habitação?
- 19° Os immigrants contratados para serviços agricolas são ou não sujeitos a castigos corporaes ou outros impostos pelos cultivadores? Quaes são esses castigos? Com que formalidade são impostos?
- 20° As leis civis, criminaes e fiscaes são ou não as mesmas para os immigrants portuguezes, para os de outras nacionalidades, e para os naturaes do paiz? Se ha differença, em que consiste?
- 21° Como são tratados os immigrants contratados e livres a bordo dos navios que os transportam? Haverá alguma modificação a introduzir nas leis portuguezas a esse respeito?
- 22° Para esse disctrito consular em que proporção se presume estar a emigração clandestina com a legal? Como cohibir a emigração clandestina?
- 23° Que providencias será conveniente solicitar do governo d'esse paiz para melhorar a condição dos immigrants portuguezes?
- 24° Os immigrants portuguezes são ou não preferidos aos dos outros paizes para serviços agricolas e industriaes? Qual é rasão da preferencia, se existe?

PIPEP, 1873.